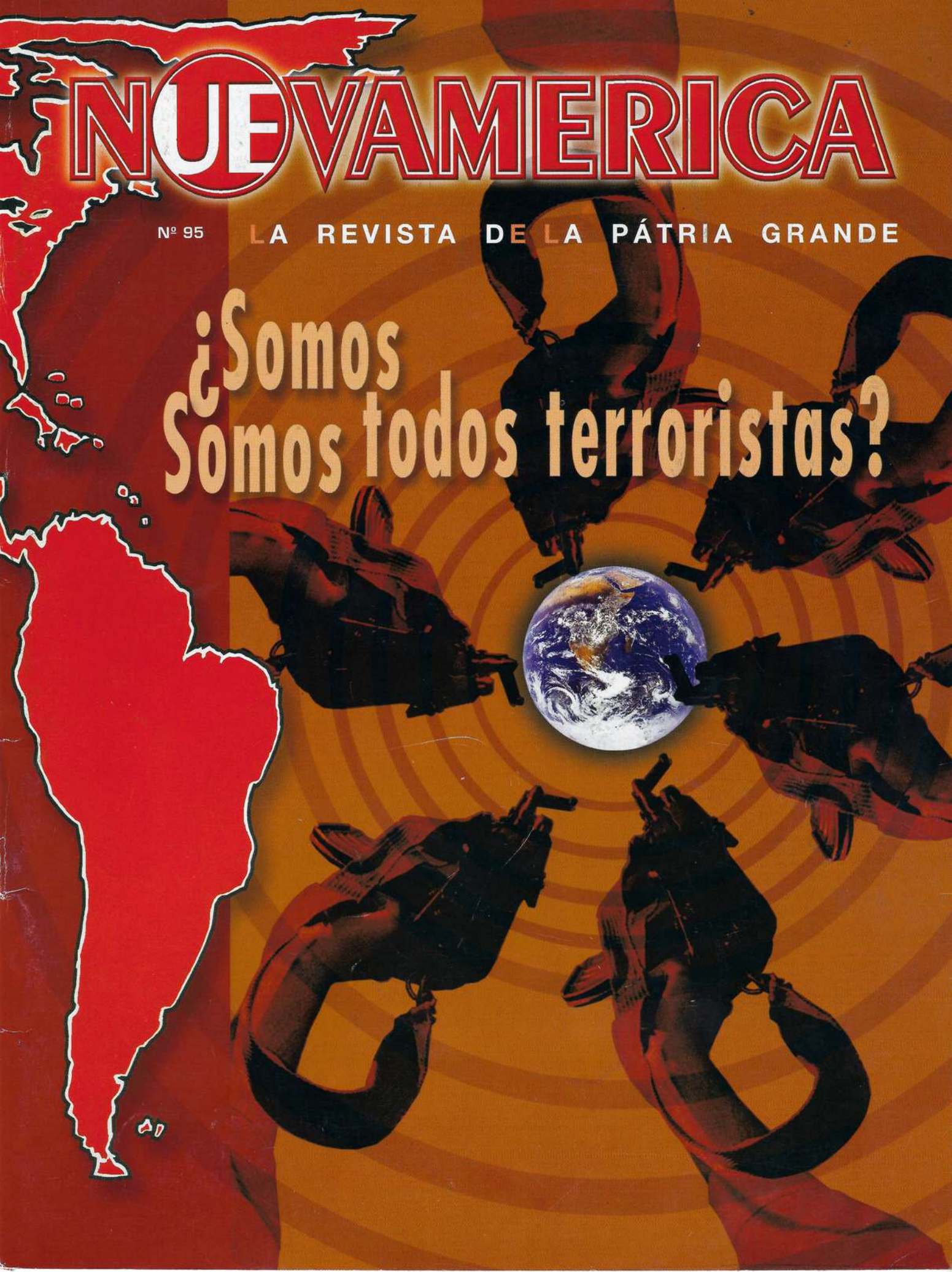
NUEVAMERICA

Nº 95 LA REVISTA DE LA PÁTRIA GRANDE

¿Somos Somos todos terroristas?



fundación santa maría

25

25 AÑOS

Durante estos 25 años, los objetivos de la Fundación han sido extender la cultura y la docencia a los grupos con más dificultades de acceso a la misma, buscar la integración de todos los estamentos sociales y promover una mayor formación y especialización del personal docente.

A Fundación Santa Maria apoia a Revista NOVAMERICA



Editorial

Quem são os terroristas?

O contexto mundial em que vivemos torna evidente a lógica da nova ordem, ou melhor, desordem internacional. Uma ordem/desordem imperial baseada no poder de uns e na exclusão das grandes maiorias. Uma ordem/desordem que insiste em ver o mundo de modo dicotômico: uns são os bons, os "outros" os maus, uns são os civilizados, os "outros" os bárbaros, uns os guardiãs da liberdade, os "outros" os terroristas.

Esta realidade nos leva a afirmar, com profunda convicção, a urgência da promoção de uma cultura dos direitos humanos. A necessidade de denunciar ações e processos que buscam subordinar à segurança nacional e internacional, o respeito aos direitos humanos.

Nenhum povo, nação, organismo internacional ou líder político tem o direito de se atribuir o papel de "salvador" da humanidade e único detentor do "bem". Estamos vivendo uma situação internacional especialmente complexa onde, em muitos casos, os que se arvoram em protetores da humanidade são os principais responsáveis pelas crescentes desigualdades, exclusões e guerras que marcam dolorosamente o nosso mundo. Grandes interesses econômicos e estratégicos estão em jogo em situações que são apresentadas como confronto entre civilizações e valores.

Estamos convencidos/as de que não pode haver paz verdadeira sem respeito à diversidade cultural e promoção de todas as gerações de direitos humanos. Em muitos documentos internacionais se têm afirmado com força a integralidade e indissociabilidade dos direitos civis, políticos, econômicos, culturais e do meio ambiente. A articulação entre políticas de igualdade e políticas de identidade se faz cada vez mais urgente. O grande desafio é construir uma globalização solidária em que "todos os mundos" tenham seu lugar e reconhecida sua dignidade.

Esta perspectiva exige empoderar os grupos sociais excluídos e marginalizados da sociedade, tanto a nível nacional quanto global. Multiplicar as formas de diálogo e negociação onde todos possam intervir em situações verdadeiramente igualitárias. Desvelar os mecanismos de poder que impedem muitas vezes que os acontecimentos sejam de fato analisados e enfrentados em toda a sua realidade.

Os movimentos, grupos sociais, ONGs, cidadãos/ãs que querem apostar numa realidade alternativa vêm confluindo no Fórum Social Mundial. São muitos os sonhos, idéias, iniciativas e projetos. Trata-se de um movimento global, que parte de uma convicção profunda: um outro mundo é possível. Um mundo que será construído a partir de redes cotidianas, onde cada um/a se sente reconhecido/a como ator social e não como mero consumidor ou objeto de assistência. Um mundo em que a economia está subordinada à política, a um projeto global orientado a construir sociedades sustentáveis e um planeta saudável.

¿Quiénes son los terroristas?

El contexto mundial en que vivimos deja en evidencia la lógica del nuevo orden, o mejor, del desorden internacional. Un orden/desorden imperial basado en el poder de unos y en la exclusión de las grandes mayorías. Un orden/desorden que insiste en ver al mundo como una dicotomía: unos son los buenos y los «otros», los malos; unos son los civilizados y los «otros», los bárbaros; unos, los guardianes de la libertad y los «otros», los terroristas.

Esta realidad nos lleva a afirmar, con profunda convicción, la urgencia de la promoción de la cultura de los derechos humanos. La necesidad de denunciar acciones y procesos que buscan subordinar a la seguridad nacional e internacional, el respeto a los derechos humanos.

Ningún pueblo, nación, organismo internacional o líder político tiene el derecho de atribuirse el papel de «salvador» de la humanidad y de único depositario del «bien». Estamos viviendo una situación internacional especialmente compleja en donde, en muchos casos, los que se enarbolan protectores de la humanidad son los principales responsables por las crecientes desigualdades, exclusiones y guerras que marcan dolorosamente nuestro mundo. Grandes intereses económicos y estratégicos se hallan en juego en situaciones que son presentadas como un enfrentamiento entre civilizaciones y valores.

Estamos convencidos/as de que no puede haber paz verdadera sin respeto a la diversidad cultural y a la promoción de todas las generaciones de derechos humanos. En muchos documentos internacionales se ha venido afirmando con fuerza el carácter integral e indisociable de los derechos civiles, políticos, económicos, culturales y del medio ambiente. La articulación entre las políticas de igualdad y las políticas de identidad se hace cada vez más urgente. El gran desafío es construir una globalización solidaria en la que «todos los mundos» tengan su lugar y su dignidad reconocida.

Esta perspectiva exige empoderar los grupos sociales excluidos y marginados de la sociedad, tanto a nivel nacional como global. Multiplicar las formas de diálogo y negociación en donde todos puedan intervenir en situaciones verdaderamente igualitarias. Develar los mecanismos de poder que impiden muchas veces que los acontecimientos sean, de hecho, analizados y enfrentados con toda su realidad.

Los movimientos, los grupos sociales, las ONGs, los ciu dadanos/as que quieren apostar en una realidad alternativa, han convergido en el Forum Social Mundial. Son muchos los sueños, las ideas, las iniciativas y proyectos. Se trata de un movimiento global que parte de una convicción profunda: otro mundo es posible. Un mundo que será construido a partir de redes cotidianas, en donde cada uno/a se sienta reconocido/a como agente social y no como mero consumidor u objeto de asistencia. Un mundo en que la economía esté subordinada a la política, a un proyecto global orientado a construir sociedades sustentables y un planeta saludable.

Sumário

EM DESTAQUE/EN DESTAQUE

A voz das crianças 3

ENTREVISTA/ENTREVISTA

Terrorismo, Poder e Derechos Humanos
Maria Victoria Benevides 4

CONSTRUINDO CAMINHOS/ CONSTRUYENDO CAMIÑOS

Las mujeres dicen no a la guerra
Consuelo Vélez Caro 12

Da integração ao neomercantilismo – a proposta da ALCA
Susana Sacavino 18

La guerra global contra el terrorismo
Helio Gallardo 24

EM DEBATE/EN DEBATE

Quem define o terrorismo?
João Ricardo W. Dornelles 30

Guerra del terror o terror de la guerra: riesgos para los derechos humanos
Leopoldo Artiles Gil 36

Guerra do terror ou terror da guerra: riscos para os direitos humanos
Leopoldo Artiles Gil 42

IDÉIAS EM REDE/IDEAS EN RED

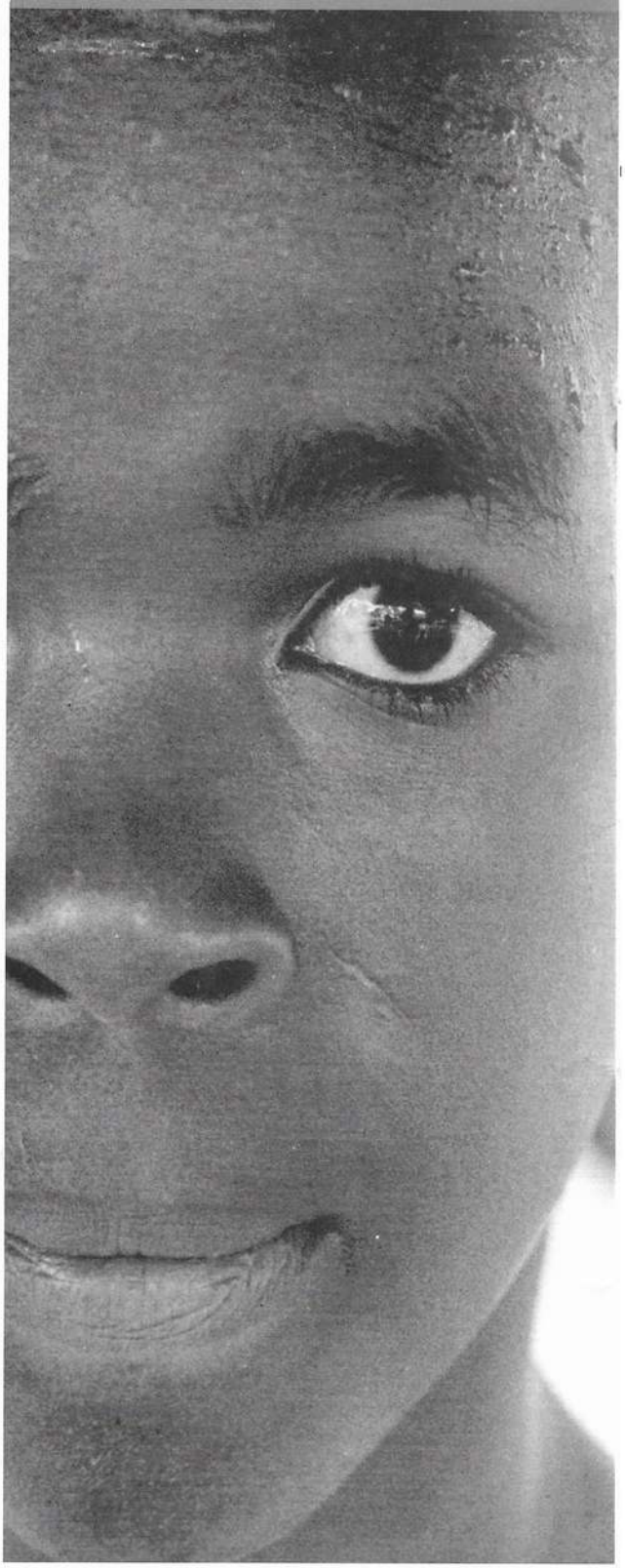
Del frío a la ternura
Una experiencia de trabajo con niñas y mujeres de la calle, víctimas de la violencia
Martha Garzón 48

Nós e os outros: desafios para a Educação em Direitos Humanos
Vera Maria Candau 54

Religión, violencia y construcción de la Cultura de la Paz
Franklyn Pimentel Torres 60

MOSAICO/MOSAICO 66

En Destaque
Em Destaque



A VOZ DAS CRIANÇAS



Violência!!!! Por que?
Por que nós temos que ver
tanta gente morrer?
Será que nós fazemos
a violência crescer?
Ou será qùe o mal ela vem trazer?
Disso eu não duvido, mas por que?
Menina de 10 anos.

Por que temos que viver com a
violência ao nosso redor?
Por que temos que ver as pessoas
fazendo violência?
O porquê eu sei.
Só sei que não quero mais ver
violência.
E têm pessoas que sem ela não
sabem viver.
Mas por que isso acontece?
Menina de 10 anos

Tá na hora de dizer NÃO
à violência, gente.
Tá na hora de também
dizer NÃO às drogas.
Tá na hora de dizer SIM
à paz.
Não vamos dizer palhaçadas.
Tá na hora de dizer NÃO
às armas.
Menina de 09 anos

Por que guerras e desempregos
se o cidadão tem os seus direitos?
Isso me machuca o coração.
Menina de 10 anos.

Eu acho que hoje em dia a
violência aumentou muito,
mas não perco a esperança.
Todos os brasileiros têm uma
chance de um mundo melhor, sem
violências e guerras entre o povo.
Por isso, eu e todos os brasileiros
pedimos paz
e que não tirem a nossa esperança
de um mundo melhor.
Menina de 12 anos.

Essa mensagem de paz
é para você bandido,
ladrão ou estrupador.
Por favor, vamos acabar
com tanta violência
nas ruas e nas cidades.
A violência está demais.
Não agüentamos mais
mortes nas ruas.
No mundo tem que existir paz
em todos os lugares.
Vamos acabar com esta violência.
Queremos paz.
Menina de 10 anos.

A nossa cidade precisa
de paz e amor.
Sem isso não somos nada.
A violência é uma coisa ruim.
A gente não merece a violência não.
Queremos um lugar
para viver com paz e carinho.
Menima de 09 anos.

Com A escrevo Amor.
Com B escrevo Brasil.
Com P escrevo Paz no meu coração.
Menina de 09 anos.

ENTREVISTA

MARIA VICTORIA BENEVIDES



Socióloga, profesora titular de la Facultad de Educación de la USP. Directora de la Escuela de Gobierno y miembro de la Directoría de la Red Brasileña de Educación en Derechos Humanos. Miembro de la Cátedra UNESCO/USP de Educación para la Paz, Democracia, Derechos Humanos y Tolerancia. Autora de diversos libros sobre política brasileña y sobre ciudadanía y derechos humanos.

Socióloga, professora titular da Faculdade de Educação da USP. Diretora da Escola de Governo e membro da Diretoria da Rede Brasileira de Educação em Direitos Humanos. Membro da Cátedra UNESCO/USP de Educação para a Paz, Democracia, Direitos Humanos e Tolerância. Autora de diversos livros sobre política brasileira e sobre cidadania e direitos humanos.
São Paulo - Brasil

NA -Tendo presente o atual contexto internacional, é melhor falarmos de terrorismo, no singular ou de terrorismos, no plural?

Maria V. Benevides - Por terrorismo entendemos atos de violência que se dirigem contra todo um povo (definido por limites geopolíticos ou de ordem cultural, como religião ou etnia) e não diretamente contra inimigos oficialmente declarados ou alvos determinados, ao contrário, portanto, do que ocorre nas guerras tradicionais. Nesse sentido, o terrorismo pode atingir pessoas ou grupos que estão fora do conflito, os ditos "inocentes", cuja tragédia tem um efeito de choque devastador e esse efeito é também o que buscam os terroristas, pois visam abater o ânimo geral do povo atingido, como no terrível exemplo da explosão das torres gêmeas em Nova York no ano passado. Uma das principais características do terrorismo é, justamente, a impossibilidade de ser prevenido e controlado eficazmente, devido aos elementos óbvios da surpresa, da ausência de um "campo de batalha", da invisibilidade dos "guerreiros" e da disposição destes para o suicídio em nome de uma causa.

Na história contemporânea o terrorismo foi iniciado pelos nazistas, com a destruição da aldeia de Guernica, no país basco, durante a Guerra Civil espanhola (ver a célebre obra de Picasso que expressa esse terror).

Podemos falar, sim, em terrorismos no plural. Há terrorismos de grupos e indivíduos, motivados por raízes de origem política, histórica, étnica ou religiosa ou todas juntas; e há também o terrorismo do Estado.

No mundo atual temos vários processos terroristas em curso: do ETA, no país basco contra o Estado espanhol; do IRA, na Irlanda, contra o domínio britânico, com forte conotação religiosa; dos palestinos, em suas várias facções, contra o Estado e a população de Israel; de

TERRORISMO, PODER E DIREITOS HUMANOS

TERRORISMO, PODER Y DERECHOS HUMANOS



Transcrição: João Ripper

NA -Teniendo en cuenta el actual contexto internacional, ¿qué sería más adecuado, hablar de «terrorismo» en singular o de «terrorismos» en plural?

Maria V. Benevides - Por terrorismo entendemos actos de violencia que se dirigen contra todo un pueblo (definido por límites geopolíticos o de orden cultural, como religión o etnia) y no directamente contra enemigos oficialmente declarados o blancos determinados, al contrario de lo que ocurre en las guerras tradicionales. En este sentido, el terrorismo puede afectar a personas o grupos que están fuera del conflicto, los llamados «inocentes», cuya tragedia produce un efecto devastador que también es un objetivo de los terroristas, ya que pretenden abatir el ánimo general de un pueblo afectado. La explosión de las torres gemelas que ocurrió el año pasado en Nueva York, es un ejemplo terrible de esto mismo. Una de las principales características del terrorismo es, precisamente, la imposibilidad de ser prevenido y controlado eficazmente, debido a los elementos sorpresa obvios, a la ausencia de «un campo de batalla», a la invisibilidad de los «guerreros», y a la disposición de estos para el suicidio en nombre de una causa.

En la historia contemporánea el terrorismo fue iniciado por los nazistas, con la destrucción de la aldea de Guernica, en el país vasco, durante la Guerra Civil española (véase la célebre obra de Picasso que expresa este terror).

Podemos, sí, hablar de «terrorismos», en el plural. Existen terrorismos de grupos e individuos que hallan motivación en raíces de origen política, histórica, étnica o religiosa o en todas ellas a la vez. Existe también el terrorismo de Estado. En el mundo actual, existen varios procesos terroristas en curso: el de la ETA, en el país

grupos no Paquistão contra estrangeiros e indianos. Em todos, prevalece o mesmo ingrediente: a violência que atinge indiscriminadamente, em muitos locais de grande público, e o objetivo de minar o ânimo, de instalar a permanente insegurança.

Sim, o terrorismo pode ser uma forma de resistência, quando é a única saída para uma situação considerada desesperadora.

NA - Existe alguma relação entre violência estrutural e terrorismo?

Maria V. Benevides - Existe uma relação direta e constante entre ambas. A justificativa para o terrorismo é sempre a existência de uma situação considerada insuportável de opressão, de dominação (de raiz estrutural nas sociedades e nos Estados, por componente político, econômico, cultural, de luta de classes, imperialismo, colonialismo) entendida como impossível de ser enfrentada e superada por meio de processos normais e regulares de negociação e de mudança política gradual e controlada. Os agentes ou defensores de práticas terroristas sempre apontam situações históricas que consideram estruturais, portanto, impossíveis de serem enfrentadas no curto e no médio prazo por meios pacíficos. Hoje, podemos considerar como violência estrutural – porque está na base da estrutura de poder mundial - todo o sistema de dominação e opressão dos países ricos, com hegemonia norteamericana, sobre os países pobres ou ditos emergentes. A violência estrutural, com as conseqüências conhecidas de fome crônica, miséria, doenças, humilhação de povos inteiros, campos de concentração de refugiados, "limpezas étnicas" etc., pode sim levar ao desespero do terrorismo. Na minha opinião, não há diferença ética entre matar com bomba terrorista e matar pelo terror da ganância capitalista. Em ambos os casos há "inocentes". Considero os Estados Unidos, como governo "dono do mundo", um inimigo dos direitos humanos e, por extensão, da própria humanidade. Não têm perdão.

NA - O terrorismo pode ser entendido como uma forma de resistência?

Maria V. Benevides - Sim, o terrorismo pode ser uma forma de resistência, quando é a única saída para uma situação considerada desesperadora. É uma forma de resistir ao inimigo, no caso de ocupação ou dominação ilegítima. A resistência francesa, durante a ocupação da França pelos nazistas na segunda guerra, assim como a resistência italiana contra o fascismo, recorreram a atos de terrorismo, assim como todas as revoluções foram precedidas por atos terroristas, contra inimigo interno ou externo. Muitos dos que foram terroristas em seu tempo, depois foram vencedores, aclamados como heróis que "resistiram". Basta lembrar os terroristas no período anterior à Revolução Russa, contra a monarquia, bem como, mais tarde, os terroristas judeus, contra o domínio britânico, durante a construção do novo Estado em Israel. Hoje são os palestinos que resistem.

NA - E "terrorismo de Estado", está presente hoje?

Maria V. Benevides - O terrorismo de Estado é bem diferente, pois os detentores do poder controlam, diretamente, todos os meios da violência "legal", incluindo informações, comunicações, equipamentos de todo tipo, e corpos armados e bem treinados, além do status internacional que pode garantir aliados diplomáticos. O terrorismo de Estado ocorreu no Brasil durante o regime militar, bem como em outros países da América do Sul, quando o braço armado de Estado recorria a meios inconstitucionais, abertos ou clandestinos, para perseguir, torturar, matar, "desaparecer" etc. os que se opunham e eram considerados "subversivos". Hoje os EUA são campeões do terrorismo de Estado, pois se consideram desvinculados das normas do Direito Internacional (só aceitam o que consideram de seu interesse) e recorrem às agressões bélicas ilegais e ilegítimas em vários pontos do mundo: bombardeiam o Iraque há mais de dez anos, por exemplo (com apoio britânico) e, com o pretexto do atentado do 11 de setembro, travam uma guerra absolutamente desigual e terrorista contra o Afeganistão, com bombardeios indiscriminados contra a população civil, como ocorreu recentemente na festa de casamento numa aldeia afegã. Há terrorismo de

vasco, contra el Estado español; el del IRA, en Irlanda, contra el dominio británico, que posee una fuerte connotación religiosa; el de los palestinos, en sus varias facciones, contra el Estado y la población de Israel; el de grupos en Paquistán contra extranjeros e hindúes. En todos ellos, prevalece el mismo ingrediente: la intención de afectar con actos de violencia y de forma indiscriminada muchos lugares públicos y el objetivo de minar el ánimo de las personas y de instalar en ellos un estado de permanente inseguridad.

NA - ¿Existe alguna relación entre violencia estructural y terrorismo?

Maria V. Benevides - Sí, existe una relación directa y constante entre ambas. La justificativa del terrorismo es siempre la existencia de una situación de opresión, de dominación considerada insoportable (de raíz estructural en las sociedades y en los Estados por un componente político, económico, cultural, de lucha de clases, por imperialismo, por colonialismo) y que se entiende como imposible de ser enfrentada y superada por medio de procesos normales y regulares de negociación y de cambio político gradual y controlado. Los agentes o defensores de prácticas terroristas apuntan siempre hacia situaciones históricas

Sí, el terrorismo puede ser una forma de resistencia cuando es la única salida para una situación considerada desesperante.

que consideran estructurales, y por lo tanto, imposibles de ser enfrentadas a corto o mediano plazo a través de medios pacíficos. Hoy, podemos considerar como violencia estructural - porque está en la base de la estructura del poder mundial- todo el sistema de dominación y opresión de los países ricos, con hegemonía norteamericana, sobre los países pobres o, como son llamados, emergentes. La violencia estructural - con las consecuencias conocidas de hambre crónica, miseria, enfermedades, humillación de pueblos enteros, campos de concentración de refugiados, «limpiezas étnicas», etc- puede, sí, llevar a la desesperación que significa el terrorismo. En mi opinión, no hay diferencia ética entre matar con una bomba terrorista o matar con el terror que la ganancia capitalista genera. En ambos casos hay «inocentes» implicados. Considero a los Estados Unidos, como gobierno «dueño del mundo», enemigo de los derechos humanos y, por extensión, de la misma humanidad. Eso no tiene perdón.



Foto João Ripper



Foto João Ripper

Desde 1966 o governo norte-americano não assina tratados internacionais de direitos humanos, seja na área da defesa ecológica, seja na área dos direitos econômicos e sociais.

Estado de Israel contra o povo palestino, com o pretexto de represálias que superam em muito sua razão de ser.

NA - Que relação existe entre a atual configuração de poder nas relações internacionais e a questão dos direitos humanos?

Maria V. Benevides - A relação entre direitos humanos e poder internacional é semelhante a que existe com os poderes nacionais: é, sem dúvida, uma relação permanentemente tensa, pois os direitos humanos são a garantia institucional contra o abuso de qualquer poder em qualquer nível da convivência humana. Os direitos humanos tendem a corrigir ou impedir abusos do poder político, mas também (e hoje mais do que nunca!) do poder econômico e cultural. Assim, exercem uma função extremamente importante no plano local, regional e internacional. Mas a tensão permanece e os poderes constituídos, em qualquer plano - e sobretudo no campo frio, competitivo e hostil das relações internacionais - sempre tentarão evitar a intromissão, por eles considerada indevida, de agentes ou órgãos de defesa dos Direitos Humanos, em nome da soberania nacional. Ora, os direitos humanos são universais justamente porque superam as fronteiras. Os EUA, por exemplo, se apresentam como guardiães de direitos humanos no mundo quando lhes convêm, quando não atrapalha seus interesses comerciais e geopolíticos. Desde 1966 o governo norte-americano não assina tratados internacionais de direitos humanos, seja na área da defesa ecológica, seja na área dos direitos econômicos e sociais. Insisto, os EUA es-

NA - ¿Puede entenderse el terrorismo como una forma de resistencia?

Maria V. Benevides - Sí, el terrorismo puede ser una forma de resistencia cuando es la única salida para una situación considerada desesperante. Es una forma de resistir al enemigo, por ejemplo, en el caso de la ocupación o dominación ilegítima. La resistencia francesa, durante la ocupación nazista a Francia en la segunda guerra, así como la resistencia italiana contra el fascismo, recurrió a actos terroristas, de la misma manera que todas las revoluciones fueron precedidas por actos terroristas contra un enemigo interno o externo. Muchos de los que fueron terroristas en su tiempo, después fueron vencedores aclamados como héroes que «resistieron». Basta recordar a los terroristas del período anterior a la Revolución Rusa que actuaron contra la monarquía o más tarde, a los terroristas judíos, que actuaron contra el dominio británico durante la construcción del nuevo Estado en Israel. Hoy son los palestinos los que resisten.

NA - ¿Podemos afirmar que hoy en día el «terrorismo de Estado» es una realidad?

Maria V. Benevides - El terrorismo de Estado es bien diferente ya que los que detentan el poder controlan de manera directa todos los medios de la violencia «legal», incluyendo informaciones, comunicaciones, equipamientos de todo tipo y cuerpos armados y bien entrenados, además del estatus internacional que puede garantizar aliados diplomáticos. El terrorismo de Estado surgió en Brasil durante el régimen militar, así como en otros países de América del Sur, cuando el brazo armado del Estado recurría a medios inconstitucionales, abiertos o clandestinos, para perseguir, torturar, matar y «hacer desaparecer», etc., a los que se oponían o eran considerados «subversivos». Hoy los EUA son los campeones del terrorismo de Estado, puesto que se consideran desvinculados de las normas del Derecho Internacional (solamente aceptan lo que consideran de su interés) y recurren a agresiones bélicas ilegales e ilegítimas en varios puntos del mundo: bombardean Irak hace más de diez años, por ejemplo (con el apoyo británico) y,

El gobierno norteamericano no firma tratados internacionales de derechos humanos desde 1966, tanto en el área de defensa ecológica como en el área de los derechos económicos y sociales.

con la excusa del atentado del día 11 de septiembre, traban una guerra absolutamente desigual y terrorista contra Afganistán, con bombardeos indiscriminados contra la población civil, como ocurrió recientemente en una fiesta de casamiento en una aldea afgana. Está también el terrorismo de Estado de Israel contra el pueblo palestino, cuyo pretexto es el de represalias que superan en mucho su razón de ser.

NA - ¿Qué relación existe entre la actual configuración de poder en las relaciones internacionales y el tema de los derechos humanos?

Maria V. Benevides - La relación entre derechos humanos y poder internacional es semejante a la que existe entre derechos humanos y poderes nacionales: sin duda alguna, es una relación permanentemente tensa, ya que los derechos humanos son la garantía institucional contra el abuso de cualquier poder en cualquier nivel de convivencia humana. Los derechos humanos tienden a corregir o impedir abusos de poder político, pero también (y hoy más que nunca) del poder económico y cultural. De esta manera, ejercen una función extremamente importante en el plano local, regional e internacional. Pero la tensión permanece y los poderes constituidos, en cualquier plano - y sobre todo en el campo frío, competitivo y hostil de las relaciones internacionales- siempre intentarán evitar la intromisión, considerada por ellos indebida, de agentes u órganos en defensa de los Derechos Humanos, en nombre de la soberanía nacional. Los derechos humanos son universales justamente porque superan las fronteras. Estados Unidos, por ejemplo, se presenta como guardián de los derechos humanos en el mundo cuando le conviene, cuando ello no obstaculiza sus intereses comerciales o geopolíticos. El gobierno norteamericano no firma tratados internacionales de derechos humanos desde 1966, tanto en el área de defensa ecológica como en el área de los derechos económicos y sociales. Insisto, los EEUU se están comportando como enemigos

tão se comportando como inimigos da humanidade e assim deverão ser julgados pela história, se houver alguma justiça.

NA - Como a sociedade civil internacional pode contribuir com propostas alternativas ao modelo atual de poder "imperial"?

Maria V. Benevides - Já existem propostas alternativas em várias partes do mundo, muitas delas conhecidas e discutidas em encontros internacionais, como o Fórum Social Mundial, o maior espaço criado para a reunião das redes mundiais de ONGs de todo tipo. Todas partilham o objetivo comum de mudar a vida, de acreditar que "um outro mundo é possível", com base na solidariedade planetária: somos todos irmãos no planeta terra. E cada vez mais vai se estabelecendo um consenso no sentido de

O poder imperial que hoje se abate sobre a humanidade é a verdadeira negação da democracia e dos direitos humanos. Mas um novo mundo é possível.

que todo e qualquer país ou grupo econômico, ou mesmo religioso, que se recusar a se submeter aos princípios constitucionais da Declaração Universal dos Direitos Humanos, bem como do sistema internacional de direitos humanos – este organizado em tratados e convenções internacionais – estará se colocando como réu, em estado permanente de delinqüência. Para corrigir o abuso descontrolado, desumano e crudelíssimo de poder, que representa o atual imperialismo norte-americano, é preciso, é urgente, que se criem estruturas jurídicas que estabeleçam os fundamentos de um novo poder mundial. Essa possibilidade está embutida no "lado bom" da globalização e das novas tecnologias da informação e da comunicação. Este novo poder estará assentado na soberania dos povos, e não nos representantes oficiais dos Estados. Isso significa a necessidade de se desenvolver, no plano mundial, o princípio essencial da vida democrática, o da soberania efetivamente popular, nos alicerces éticos da liberdade, da igualdade e da solidariedade. Em termos concretos podemos pensar na redefinição, ou refundação, da ONU, assim como uma mudança radical nos organismos mundiais de natureza econômica e financeira, como o FMI, o Banco Mundial, a Organização Mundial do Comércio, verdadeiros braços armados e virtuais do novo imperialismo.

O poder imperial que hoje se abate sobre a humanidade é a verdadeira negação da democracia e dos direitos humanos. Mas um novo mundo é possível. ●



Foto Elena Picasso



de la humanidad y como tales deberán ser juzgados por la historia, cuando haya alguna justicia.

NA - ¿De qué manera la sociedad civil internacional puede contribuir con propuestas que sean alternativas al modelo actual de poder «imperial»?

Maria V. Benevides - Ya existen propuestas alternativas en varias partes del mundo. Muchas de ellas son conocidas y discutidas en encuentros internacionales, como en el Forum Social Mundial, el mayor espacio creado para la reunión de las redes mundiales de ONGs de todo tipo. Todas comparten el objetivo común de cambiar la vida, de creer que «otro mundo es posible», con base en la solidaridad planetaria: somos todos hermanos en el planeta tierra. Y cada vez se va estableciendo con mayor claridad un consenso en el sentido de que todo y cualquier país o grupo económico, o incluso religioso, que se rehúse a someterse a los principios constitucionales de la

El poder imperial que hoy se abate sobre la humanidad constituye la verdadera negación de la democracia y de los derechos humanos. Sin embargo, un nuevo mundo es posible.

Declaración Universal de los derechos Humanos -organizado este en tratados y convenciones internacionales-, así como del sistema internacional de derechos humanos, quedará sujeto a la situación de reo y a vivir en un estado permanente de delincuencia. Para corregir el abuso descontrolado, deshumano y extremamente cruel de poder, que representa el actual imperialismo norteamericano, es necesario y urgente que se creen estructuras jurídicas que establezcan los fundamentos de un nuevo poder mundial. Esta posibilidad está inserida en el «lado bueno» de la globalización y de las nuevas tecnologías de la información y de la comunicación. Este nuevo poder se asentará en la soberanía de los pueblos y no en los representantes oficiales de los Estados. Esto nos habla de la necesidad de desarrollar, a nivel mundial, el principio esencial de la vida democrática, o de la soberanía efectivamente popular, en los fundamentos éticos de la libertad, de la igualdad y de la solidaridad. En términos concretos podemos pensar en la redefinición, o refundación, de la ONU, así como de un cambio radical en los organismos mundiales de naturaleza financiera y económica, como el FMI, el Banco Mundial, la Organización Mundial del Comercio, todos ellos, verdaderos brazos armados y virtuales del nuevo imperialismo.

El poder imperial que hoy se abate sobre la humanidad constituye la verdadera negación de la democracia y de los derechos humanos. Sin embargo, un nuevo mundo es posible. •



Foto João Ripper

construindo construyendo

Nos últimos anos, tem aumentado a importância da perspectiva de gênero ao se discutir o tema violência. No que se refere à violência política e social sofrida pelas mulheres na Colômbia, é necessário primeiro dar-lhe visibilidade.

A violência não afeta somente aos homens que morrem nos enfrentamentos concretos: as mulheres também são vítimas. Interessa ainda destacar o papel protagonista que elas alcançam ao assumir uma nova cidadania e ao participar ativamente nos diferentes movimentos para responder a esta situação que lhes rouba seus sonhos, suas vidas e a de seus esposos e filhos.



Las mujeres dicen no a la guerra

Consuelo Vélez Caro
Bogotá, Colombia

caminhos
caminos

La dramática situación de violencia que vive Colombia hace que este sea un tema recurrente y de mucha actualidad. Sin embargo, pocas veces se destaca la manera particular como la mujer sufre esta violencia. En los últimos años ha aumentado la importancia de tener en cuenta la perspectiva de género[1] a la hora de hablar de la violencia porque esto crea una diferencia fundamental para la mujer.

La perspectiva de género permite analizar y comprender las características que definen a las mujeres y a los hombres de manera específica, así como sus semejanzas y diferencias. Analiza las posibilidades vitales de las mujeres y los hombres: el sentido de sus vidas, sus expectativas y oportunidades, las complejas y diversas relaciones sociales que se dan entre ambos géneros, así como los conflictos institucionales y cotidianos que deben enfrentar y las maneras como lo hacen.

La perspectiva de género denuncia, en primer lugar, la violencia que sufren las mujeres en el ámbito doméstico-familiar. Los roles asignados a las mujeres en el hogar -tienen que responder por la casa, los hijos, la economía doméstica, trabajar todo el día y cuando llega su marido estar dispuesta a atenderle, en todo sentido, incluido el sexual- han hecho que ellas sean destinatarias de la violencia masculina, siendo que el hombre tiene que responder al rol asignado a su género: jefe del hogar; quien debe ordenar, vigilar y decir la última palabra[2].

MUJERES Y VIOLENCIA EN COLOMBIA

Ahora nos interesa decir una palabra desde la perspectiva de género a la violencia política y social que

sufren las mujeres en Colombia. En primer lugar, es necesario darles visibilidad. La violencia no afecta solamente a los hombres que mueren en los enfrentamientos concretos. Las mujeres son también víctimas de la violencia y de sus secuelas. En segundo lugar, interesa destacar el papel protagónico que ellas están alcanzando al asumir una nueva ciudadanía y al participar activamente en los diferentes movimientos que van surgiendo para responder a esta situación que les roba sus sueños, sus vidas, las de sus esposos e hijos.

La violencia la podemos definir de manera genérica como un acto intencional contra un individuo o grupo, empleando la fuerza, para obtener algo no consentido[3] . En Colombia cuando se habla de "violencia" se hace referencia a una época concreta: los años cincuenta y sesenta; también se le personifica como una fuerza anónima que nos asalta[4]; y, finalmente, una cultura – cultura de la violencia[5]. En todos estos casos hace referencia a un acto de destrucción que unos actores realizan contra otros, es decir, a una relación de poder.

Vale la pena detenernos en los dos términos mencionados antes: acto de destrucción y relación de poder. En el primer caso, la destrucción que produce la violencia no es sólo de bienes materiales. Es sobre todo de personas, dignidades, pueblos, raíces culturales, relaciones sociales. En el segundo caso, relación de poder, implica la imposición de unos sujetos sobre otros. En ambos casos es importante anotar que la perspectiva de género se hace muy significativa: no toda destrucción y relación de poder afecta de igual manera a los implicados. Se da una doble opresión por razones de sexo y de color, entre otras especificidades.

Refiriéndonos al primer tópico que nos ocupa, la violencia no afecta solamente a los hombres que mueren en los enfrentamientos bélicos[6] . Las mujeres son también víctimas de la violencia y de sus secuelas. Una rápida mirada sobre la historia de la violencia en Colombia nos permite mostrar de qué manera esto se hace realidad. En la violencia de los años cincuenta y sesenta, años de confrontación violenta entre los



Foto João Ripper

partidos "liberal" y "conservador", las masacres de familias enteras no significaban solamente la supremacía de un partido sobre el otro. Pretendían además torturar a los hombres del partido contrario, atacarlos en la misma fuente de su vida y de su constitución de identidad social: las mujeres. A las mujeres se les violaba, por torturar a sus padres o esposos, a las mujeres se les mataba por ser generadoras de vida[7].

En los episodios violentos posteriores, década de los ochenta y noventa, las mujeres perciben la violencia como enfrentamiento de dos bandos: guerrilla y ejército, paramilitares y guerrilla, grupos armados entre sí, pero allí ellas también se sienten víctimas simbólicas. Son parte de la población civil afectada. A ellas además se les ataca y tortura para obtener información sobre la afiliación de sus familiares y amigos a los grupos armados.

Actualmente, el desplazamiento sistemático que viene sufriendo la población colombiana desde los ochenta, continua afectando mayoritariamente a las mujeres. Muchos de los desplazados son viudas, que tienen que asumir de un momento para otro la jefatura del hogar y la responsabilidad económica de la manutención. A este hecho hay que agregarle que normalmente no cuentan con la preparación suficiente: hasta el día de su desplazamiento vivían sin una preparación laboral, atendiendo las labores domésticas y los cuidados de la familia. Su círculo social y geográfico era muy reducido.

PROTAGONISMO FEMININO Y VIOLENCIA

Pero junto a esta constatación del mayor sufrimiento que tienen las mujeres en esta situación de violencia, es importante destacar el papel protagónico que ella ha ido ocupando y, al mismo tiempo, cómo se ha ido modificando. En cuanto a su participación en grupos subversivos, en un primer momento ellas colaboran manteniendo su rol doméstico: apoyan a los grupos armados en sus necesidades básicas: alimento, salud, confección de uniformes, etc. Progresivamente asumen roles más osados: vigilantes, informantes y espías[8] hasta llegar hoy a la incorporación en los grupos armados. Sin embargo, en estos grupos, el papel que ocupan las mujeres en general, no alcanza a tener una condición igualitaria con los hombres especialmente en las posiciones de mando. En otras ocasiones, no alcanza a percibirse si el papel que asume la mujer es por una real valoración o por razones tácticas: puede suscitar menos sospecha, puede desatar menos represión, etc.

Actualmente, el desplazamiento sistemático que viene sufriendo la población colombiana desde los años ochenta, continua afectando mayoritariamente a las mujeres.

En lo que se refiere a una toma de postura frente a la violencia, se puede afirmar que las mujeres están teniendo una presencia muy significativa en los movimientos de resistencia. Ante el rompimiento del diálogo de paz[9] entre el gobierno y las FARC -Fuerzas Armadas revolucionarias de Colombia- las mujeres en Colombia han hecho un llamado a una "Gran Movilización Nacional" para decir NO a la guerra e insistir en el camino de negociación para resolver el conflicto.

Esta experiencia tiene antecedentes que brevemente podemos señalar. En 1972 surge en Barrancabermeja (Santander) la Organización Femenina Popular como una iniciativa de Pastoral Social, bajo las banderas de la recuperación de la tierra como solución al problema de vivienda y la reivindicación de los derechos fundamentales como salud, educación, vivienda y alimentación. En 1990 nace Coofpmujer como medio hacia la búsqueda de alternativas económicas para las mujeres. En 1991 inician el proceso de apoyo a las familias desplazadas. En 1995 se proyectan a otros municipios como Puerto Wilches, Sabana de Torres, San Pablo y Yondó. En 1996 lanzan una propuesta política de paz con la Cadena de Mujeres contra la guerra y por la paz. En Julio de 2001 abren una sede en Bogotá[10]. El 8 de Marzo de 2002, Día Internacional de los Derechos de las mujeres, varias ONGs y diversas redes de mujeres hicieron el lanzamiento de tres propuestas audaces:

- Fortalecer la resistencia femenina;
- Movilización nacional y concentración en Bogotá, el 16 de Mayo;
- Creación del Movimiento Nacional de Mujeres contra la Guerra[11]

Estas propuestas surgen por la conciencia que tienen las mujeres de que la ruptura del proceso de paz revierte con mayor sufrimiento sobre ellas. Como ya se señalo anteriormente, las mujeres son asesina-

Las mujeres dicen No a la militarización de la vida, en la ciudad y el campo. Ellas son conscientes de que armar a más población civil sólo lleva al recrudecimiento de la violencia y a la presencia de nuevos actores de guerra.



das o violentadas por ser novias, amigas, madres, hermanas o amantes de policías y soldados, de guerrilleros o de paramilitares. Se les priva de todos sus derechos, se apoderan de sus bienes y sus vidas, se les desplaza con toda su familia, se les obliga a ser auxiliadoras del grupo de turno que asume el control de la zona en que viven.

Las mujeres perciben con terror que la guerra no es otra cosa "que la continuación de una concepción patriarcal, que asume la guerra como partera de la historia y de la humanidad, y que, infortunadamente, hoy define los destinos del mundo y el país"[12] . Además la guerra significa más mujeres pobres en Colombia, menores posibilidades de participación, mayor desempleo y el recorte de todos los programas sociales que han sido conquistados por las mujeres en la búsqueda de sus derechos.

Varias consignas han acompañado esta movilización de las mujeres contra la guerra. "Es mejor ser con miedo que dejar de ser por miedo", "las mujeres no parimos ni forjamos hijos para la guerra", "que de nuestras manos y vientres no brote ningún alimento para la guerra", "necesitamos desarmar los cuerpos y los espíritus" son, entre otras, las más significativas en esta toma de posición de las mujeres contra la Guerra.

Las mujeres dicen No a la militarización de la vida, en la ciudad y el campo. Ellas son conscientes de que armar a más población civil sólo lleva al recrudecimiento de la violencia y a la presencia de nuevos actores de guerra. Estas propuestas parecen utopías en esta patria colombiana donde la elección del nuevo presidente se vio fuertemente impulsada por la propuesta de recobrar la autoridad constituyendo redes de informantes para mantener el orden y la estabilidad.

En definitiva, la violencia en Colombia hace que las mujeres sean unas de las partes más afectadas en este conflicto, pero al mismo tiempo constituyen una fuerza de resistencia y de movili-



Foto João Ripper

MISSÃO NA ONU

Um dia depois de ser nomeado alto comissário para Direitos Humanos, o mais alto posto atingido por um brasileiro na ONU, Sérgio Vieira de Mello disse ao Jornal do Brasil que os atentados terroristas da atualidade são um divisor de águas: "Ultrapassaram tudo o que podíamos imaginar". Mas ele próprio, considerado um dos melhores trouble shooters (apaziguador, bom negociador) da organização, de onde é funcionário desde 1969, advertiu que o combate às novas formas de terrorismo cria um desafio para a promoção dos direitos humanos.

Sérgio Vieira de Mello acaba de desempenhar papel decisivo na transição para a independência de Timor Leste, que ele aderiu com brilho até entregar a chave do gabinete ao presidente eleito Xanana Gusmão.

Com isto, coroou uma longa carreira diplomática (sem fazer parte do Itamarati) que o levou a desempenhar papel importante em Bangladesh, Sudão, Chipre, Camboja, Moçambique, Líbano, Ruanda e Bósnia. Poucos como ele estão capacitados para assumir o posto. Com verbas escassas, terá de manter mais de 50 programas de cooperação em vários países e dar treinamento para polícias e exércitos.

A partir de setembro ele passará a carregar nos ombros uma das mais caras responsabilidades do mundo moderno. É bom que seja um funcionário da ONU a associar o zelo pelos direitos humanos ao seu país de origem, o Brasil.

Jornal do Brasil, 25/ 07/ 2002.

zación que es necesario destacar e impulsar. El decir NO a la guerra no constituye sólo un deseo, es ante todo, una opción civilista, autónoma y democrática por la vida en condiciones dignas. "Contra la guerra, por la negociación política, por la desmilitarización de la vida civil, por la recuperación de la civilidad para los colombianos y colombianas y por la participación directa y autónoma de las mujeres en las negociaciones y en el proceso de paz"[13] constituyen los propósitos y objetivos de esta Gran Movilización Nacional de las mujeres en Colombia para decir NO a la guerra y SÍ a la defensa de la vida. •

1 Cfr. Lagarde, Marcela, Género y Feminismo. Desarrollo humano y democracia. México: Colección Cuadernos inacabados No. 25, 1996.

2 Sobre este tema se han realizado numerosos estudios. Cfr. entre otros: Casa de la Mujer, Violencia en la Intimidad, Bogotá, 1988; Profamilia, La violencia y los Derechos Humanos de la Mujer, Bogotá, 1992; Nora Segura, "Violencia doméstica: problema de la comunidad y del Estado" en Boletín Socioeconómico No. 22, 1991 pp. 28-42.

3 Cfr. Yves Michaud, La Violence, París, Presses Universitaires, 1986.

4 Al hacer memoria de los años 50 y 60 y de los desplazamientos actuales es común escuchar que las personas relatan su situación diciendo "la violencia mató a mi familia" o "la violencia nos hizo salir del pueblo".

5 Esta expresión aunque bastante empleada en Colombia, es también bastante cuestionada. Tal vez debería hablarse de la contracultura de la violencia, porque resulta irónico hablar de cultura al referirse a actitudes que deshumanizan y destruyen al ser humano.

6 En el Siglo XIX predominaban las confrontaciones entre ejércitos de hombres. Es en el Siglo XX que la violencia cambia de escenario, empieza a darse dentro de la población civil, lugar donde las mujeres y los niños comienzan a sentirse directamente afectados. Cfr. Jaramillo, Carlos Eduardo, Los Guerrilleros del Novecientos, Bogotá: CEREC, 1991, pp. 60-74.

7 Cfr. Uribe, María Victoria, "Matar, rematar, contramatar: Las masacres de la violencia en el Tolima 1948-1964" en Controversia, Bogotá: CINEP, 1990, pp. 159-160.

8 Cfr. Alape, Arturo, La paz, la violencia: testigos de excepción, Bogotá: Planeta, 1985, p. 189.

9 El 20 de febrero de 2002, tras tres años y cuatro meses de conversaciones, el Presidente Andrés Pastrana puso fin al proceso de paz con las FARC.

10 Cfr. "Mujeres del mundo contra la guerra" en Utopías, No. 87, Agosto 2001, p. 5.

11 Cfr. "Las mujeres dicen NO a la guerra" en Utopías, No. 92, Marzo 2002, p. 2.

12 Ibidem

13 Ibidem, p. 3.

Foto Elena Picasso



En 1994, el presidente norteamericano lanzó la propuesta de creación de un área libre de comercio para las Américas (ALCA). Esta puede ser una buena salida para resolver el problema de la economía norteamericana, pero no para las economías de los demás países del continente. Si el ALCA llega a ser implantado tal y como está siendo negociado, las consecuencias para los que ya están sufriendo con la dureza de las políticas neoliberales serán terribles. La sociedad civil latinoamericana ya se ha aglutinado en la Alianza Social Continental, y se está haciendo presente en el escenario de la lucha y de la resistencia, trabajando a través de la campaña con el lema: "¡No al ALCA! ¡Otra América es posible!".

Da integração ao neomercantilismo - a proposta da ALCA

Susana Sacavino
Rio de Janeiro - Brasil

A cada dia se descobre uma nova fraude contábil nas empresas norte-americanas. As bolsas de todo o mundo desabam cada vez com mais freqüência. O Fundo Monetário Internacional pretende que os candidatos à presidência do Brasil assinem antecipadamente um acordo de transição com metas para o futuro governo. Por outro lado, o próprio FMI não libera empréstimos para a cruel situação argentina sob pretexto de que o presidente não cumpre com as condições econômicas exigidas. A sociedade civil de vários países latino-americanos se mobiliza e balançam as frágeis democracias asfixiadas pelas políticas neoliberais impostas pelos organismos internacionais e pela pressão da política norte-americana. Argentina, Venezuela, Peru, Colômbia, Paraguai..... no meio de cada grito de liberdade e justiça do povo, quase em segredo, vai sendo tecida pelos governos a negociação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), com as lentes enganosas de uma "nova integração continental".

INTEGRAÇÃO: UM LONGO CAMINHO....

O tema da integração latino-americana não é novo. Remonta ao século XIX, com o "sonho da Pátria Grande" de Simon Bolívar. No século XX várias propostas de integração se sucederam. Desde a criação da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina) em 1948, até o MERCOSUL (Mercado Comum do Sul) em 1991. E começamos o século XXI com a proposta da ALCA.

É possível se distinguir diferentes períodos em relação às idéias de integração do continente. A primeira época caracteriza-se pelo que pode ser chamado de programas de união política-cultural latino-americana. Abrange desde as fases de luta pela independência, no século XIX, até o início do século XX. Neste período se destaca a Aliança Popular Revolucionária Latino-americana (APRA), fundada em 1924 por Haya de la Torre, que tinha entre suas linhas de ação trabalhar em prol da cooperação e da união entre os povos latino-americanos. A preocupação sobre a integração se centrava especialmente nos aspectos sócio-culturais da união latino-americana.

O segundo período inicia-se com a criação da CEPAL, possibilitando a formação de um novo pensamento em relação aos problemas do subdesenvolvimento enfrentados pelo continente. Duas grandes preocupações orientaram sua reflexão e as experiências de integração. A primeira, como acelerar o crescimento econômico dos países da região. A segunda, como incorporar esses países ao mundo moderno, num sistema de relações assimétricas entre o centro e a periferia. Mais tarde, nesta mesma linha, surgiriam a ALALC (Associação Latino-americana de Livre Comercio, 1960) e a ALADI (Associação Latino-americana de Integração, 1980).

O que caracteriza estas últimas experiências é a centralidade da economia como eixo da integração, e fundamentalmente, do comércio. A integração era concebida praticamente como um subproduto do desenvolvimento e, timidamente, chegava-se a reconhecer uma finalidade social. A área de livre comércio se apresentava como condição para que os países conseguissem acelerar seu processo de desenvolvimento econômico com a finalidade de assegurar um melhor nível de vida para suas respectivas populações.

O terceiro período podemos situá-lo já na década dos anos 90, como resultado dos processos de globalização capitalista que aumentam as distâncias entre os pólos dinâmicos da economia mundial e o resto do mundo. Neste contexto, novamente os países latino-americanos começaram a fazer novos esforços de integração, através da realização de acordos co-

Nenhuma economia dos diversos países da América, com exceção do Canadá, pode competir com a economia norte-americana.

merciais relacionados à formação de áreas de livre comércio, união aduaneira, mercado comum ou união monetária. Neste contexto se cria o MERCOSUL, que agrupa Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai.

Nesta década o governo americano lança a Iniciativa para as Américas, onde seu primeiro passo consistiria na criação do NAFTA (Acordo Norte-americano de Livre Comercio, 1994), que aglutina Canadá, Estados Unidos e México. Mas a iniciativa norte-americana não parou por aí, e na primeira Cúpula para as Américas realizada em Miami no final de 1994, o presidente norte-americano lançou a proposta da criação de uma área de livre comércio para as Américas (ALCA) com a pretensão de abranger todo o continente.

A ALCA: UMA IMPOSIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS

Já nos anos noventa, a economia de Estados Unidos dava sinais de desequilíbrios internos que faziam prever que momentos de crise podiam se avizinhar, num contexto de globalização onde mercado e consumo caminham de mãos dadas. Sem dúvida a criação de uma área de livre comércio, do Alasca à Terra do Fogo, com mais de 800 milhões de habitantes, potencialmente consumidores, é uma boa saída para resolver o problema da economia norte-americana, mas não para as economias dos outros países do continente. O General Colin Powell, Secretário de Estado do atual governo do presidente Bush, assim se expressou: *"nós queremos vender mercadorias, tecnologia e serviços norte-americanos, sem obstáculos e restrições, para um mercado único de 800 milhões de pessoas, com uma renda total de 11 trilhões de dólares anuais".*[1]

Na segunda Cúpula das Américas, realizada em 1998, os países presentes estabeleceram um Comitê de Negociações Comerciais, composto por vice-ministros do Comércio de cada país. Nesta ocasião foram criados nove Grupos de Trabalho para tratar das principais áreas de negociação e três comitês especiais não negociadores.

Desde essa época e praticamente em segredo, sem informar à população, os governos continuam negociando a ALCA. A quarta Cúpula das Américas está prevista para 2003 e, apesar das declarações oficiais, estabelecendo 2005 como o ano de entrada em vigor da ALCA, os Estados Unidos pressionam para que a ALCA seja aprovada e seus documentos assinados na quarta Cúpula.

As negociações sobre a ALCA se desenrolam sob o falso princípio segundo o qual a liberalização das relações econômicas e financeiras se traduz automaticamente em crescimento econômico para todas as partes. Este crescimento, por sua vez, asseguraria os recursos necessário à promoção do bem-estar econômico, social e á preservação do meio ambiente. O que também quase não se fala é que essas partes são muito desiguais, basta compararmos o PIB (produto interno bruto) dos Estados Unidos que, no ano 2000, foi de 9,9 trilhões de dólares, e o do Brasil,



Otra int
es po

de 593 bilhões de dólares, no mesmo ano. Nenhuma economia dos diversos países da América, com exceção do Canadá, pode competir com a economia norte-americana.

O texto do eventual acordo da ALCA vem tomando forma nas negociações que se realizam nos nove grupos negociadores. Devido à fragilidade e dependência dos países do Caribe e da América Central e à desarticulação e fraqueza econômica de muitos Estados da América do



egración
sible

Sul, pode-se imaginar que as propostas norte-americanas terão grande possibilidade de êxito.

Os nove Grupos de Trabalho incluem os seguintes segmentos da atividade econômica[2] :

- *Serviços: educação, saúde, transporte, comunicações, etc.*
- *Investimento: estrutura legal*
- *Contratos públicos do Governo: abertura de contratos.*
- *Acesso ao mercado: eliminação de tarifas.*
- *Agricultura: eliminação dos subsídios para exportação.*
- *Direitos de propriedade intelectual: patentes de plantas, animais e sementes.*
- *Subsídios, antidumping e direitos de compensação.*
- *Política de competição: destruição dos monopólios nacionais e instalação dos privados.*
- *Resolução de disputas: criação de um Tribunal de Arbitragem.*

Os documentos sobre cada um destes temas espelham as disputas dos setores dominantes dos países-membros e, especialmente, das empresas multinacionais, por oportunidades de negócios cada vez mais amplas e facilitadas. E a visão redutora e fragmentada da realidade, através da qual se negocia a ALCA, é incapaz, por sua própria formatação, de atender aos requisitos básicos de uma proposta de desenvolvimento sustentável.

Em relação ao comércio, - um tema chave - a proposta da ALCA sustenta a velha posição de exigir dos latino-americanos o desarmamento alfandegário e a total abertura e transparência dos mercados, enquanto os Estados Unidos mantêm intacto seu sistema de subsídios, suas barreiras alfandegárias e suas medidas antidumping.

LEGALIDADE OU LEGITIMIDADE?

Como já mencionamos, a ALCA está sendo negociada sem contar com a população do continente. E está sendo forjada segundo o modelo de compromisso único, ou seja, nada será acordado até que tudo esteja acordado.[3]

Em países com sistemas de governo democráticos como são os nossos, uma questão importante nesses tipos de acordos que "hipotecarão" as próximas décadas nas suas diferentes dimensões, econômica, social e política, são tanto a legalidade, como a legitimidade do acordo e dos instrumentos e políticas que dele venham a se desprender. A atuação do Poder Legislativo de cada país só está prevista no momento de ratificação do pacto por inteiro, em 2005 ou, talvez, já em 2003. A aprovação pelo Congresso de cada país lhe dará a legalidade necessária. Neste sentido, o presidente dos Estados Unidos depois dos atentados do 11 de setembro solicitou ao Legislativo a denominada Trade Promotion Authority conhecida como "fast track" ou "via rápida", que, entre outros assuntos, autoriza o Executivo a negociar emendas comerciais, sem que o Legislativo possa vir a alterá-las. Porém, o congresso norte-americano colocou exigências ao governo Bush, indicando o que ele poderia negociar de forma acelerada. Essas orientações apontam para o fortalecimento do protecionismo norte-americano em todas as áreas de negociação dentro da Organização Mundial do Comercio (OMC) e na ALCA.

Este jogo de forças, esta negociação desigual começa a ser colocada em evidência por alguns dos funcionários dos diferentes países implicados. É contundente o depoimento em relação com a postura norte-americana expressada pelo Embaixador do Brasil, Pinheiro Guimarães em recente artigo,

"Está cada dia mais difícil defender a ALCA. Artigos recentes parecem não ter mais ânimo para defendê-la abertamente, tais os riscos que a ALCA representa, percebidos cada vez mais claramente pela sociedade brasileira, e tal a ´dureza´ da posição negociadora norte-americana, conforme refletida no TPA, o fast track aprovado pela Câmara dos Deputados norte-americana. Os Estados Unidos esclareceram a todos neste projeto de lei que pretendem negociar somente temas que interessam aos Estados Unidos, deixando explicitamente fora da negociação temas que o governo brasileiro vem declarando reiteradamente considerar essenciais para que a ALCA seja equilibrada e aceitável para o Brasil, tais como a revisão da arbitrária legislação anti-dumping e anti-subsídios norte-americana, que vitima subi-



Foto Elena Picasso

tamente produtos brasileiros competitivos, como o aço, e a eliminação dos subsídios americanos à exportação de produtos agrícolas. Agora, a defesa da ALCA parece ser feita de forma oblíqua e não em razão de seus supostos méritos, o que se torna cada vez mais difícil de apresentar".[4]

De qualquer forma, embora as negociações da ALCA cheguem até o fim, e o Congresso de cada país aprove o acordo da Área de Livre Comércio das Américas, isto lhe dará legalidade, mas a legitimidade que é fundamental em todo sistema democrático só é dada pelo povo, a sociedade de cada país é a que deve dizer se quer ou não jogar o seu destino em semelhante proposta. E isto exige publicização das negociações, transparência, consulta por meios democráticos e expressão popular.

"NÃO À ALCA! OUTRA AMÉRICA É POSSÍVEL"

Se for implantada a ALCA, tal e como está sendo negociada, as conseqüências para o continente, que já sofre com a dureza das políticas neoliberais implantadas, serão terríveis. Resumidamente podemos prever que o quadro se agudizará ainda mais e a implementação da ALCA significará: perda de soberania nacional; dependência econômica, política, tecnológica, monetária; fim dos direitos trabalhistas, da propriedade coletiva da terra, da pequena agricultura; privatização dos poucos serviços públicos que ainda nos restam; destruição do meio ambiente com aumento da poluição da terra, da água e do ar; exploração das matérias-primas, dos recursos naturais tais como floresta, biodiversidade, plantas medicinais; reforço dos monopólios privados e invasão territorial e cultural, entre outros. Além do neoliberalismo, talvez historicamente estaremos inaugurando com a implantação da ALCA um novo período de neomercantilismo.

A sociedade latino-americana deve mobilizar-se em defesa da preservação do direito soberano de ter cada país uma política de desenvolvimento, que seja constituída por instrumentos de política comercial, industrial e tecnológica, que uma futura ALCA viria a impedir definitiva e legalmente. É por isso que a sociedade civil latino-americana, aglutinada na Aliança Social Continental, já está no cenário de luta e resistência trabalhando através de uma campanha com o seguinte lema "NÃO À ALCA! OUTRA AMÉRICA É POSSÍVEL".

A declaração desta campanha de luta continental contra a ALCA afirma: *"viemos de todos os rincões das Américas para que se ouça a voz das organizações sindicais, populares, do meio ambiente, de mulheres, grupos de direitos humanos, de solidariedade internacional, de associações indígenas, camponesas, de estudantes e de grupos ecumênicos.*

Repudiamos este projeto de liberalização do comércio e dos investimentos, de desregulamentação e privatização. Opomo-nos a um projeto neoliberal racista, sexista, injusto e destruidor do meio ambiente.

Propomos a construção de novos caminhos de integração continental baseados na democracia, na igualdade, na solidariedade, no respeito ao meio ambiente e aos direitos humanos". [5]

O desafio está lançado, que integração queremos construir no continente? A que vai do neoliberalismo para o neocolonialismo pelo caminho da ALCA, ou a integração que tenha por base a conquista de um desenvolvimento sustentável do ponto de vista econômico, social, cultural e político, que busque eliminar as enormes desigualdades existentes entre os países, entre os diferentes grupos sociais, entre homens e mulheres? Por qual desenvolvimento queremos apostar? Pelo que satisfaz às instituições internacionais, o FMI, Banco Mundial etc., ou um desenvolvimento sustentável com vida digna para todo o continente? Depende de cada um/a de nós! Mobilize-se, informe-se, participe da Campanha Continental contra a ALCA, e faça possível uma NOVAMERICA!!! ●

1 Material do "Plebiscito nacional sobre a ALCA". jubileubrasil@caritasbrasileira.org

2 Para aprofundar sobre o que está detrás de cada um destes itens pode ser consultada a cartilha "Para entender a ALCA". Campanha Nacional contra a ALCA. Edições Loyola. São Paulo, 2002.

3 Ibid. pág. 11

4 PINHEIRO GUIMARÃES, S. Como será a ALCA. 2002. www.jubileubrasil.org.br

5 www.asc-hsa.org

LA CRISIS URUGUAYA

Gerardo Marona - Uruguay

En los siete meses corridos desde que en diciembre Buenos Aires inmovilizó todos los dineros depositados en su plaza financiera, miles de ahorristas corrieron a los bancos de Uruguay asustados ante la posibilidad de que el gobierno del presidente Jorge Batlle ordenase una medida similar.

La sangría fue imparable y asestó un golpe letal a la economía uruguaya ya azotada por cuatro años consecutivos de recesión. Entre enero y agosto, Uruguay perdió el 78% de sus reservas y el 45% de sus depósitos y quedó a un tris de declararse en cese de pagos por primera vez en su historia.

Auxiliado por Estados Unidos y el Fondo Monetario Internacional (FMI), Uruguay logró oxígeno financiero y reabrió el lunes los bancos cerrados por decreto durante cuatro días para frenar una corrida de siete meses que disminuyó.

Uruguay recibió el 5 de agosto 1.500 millones de dólares luego de reprogramar a tres años los depósitos a plazo fijo en dólares de la banca oficial, la más castigada por la crisis de confianza y con los fondos externos levantó un feriado bancario de cuatro dias decretado cuando las reservas eran ya insuficientes para cumplir con los despositantes.

Cuando reabrieron los bancos el 5 de agosto, 14 bancos extranjeros siguieron operando normalmente y al otro día las reservas uruguayas aumentaron 68 millones de dólares hasta quedar en 637 millones de dólares, frente a los 569 millones que marcaron el fondo de siete meses de sangría.

La ayuda recibida es parte de un paquete de 3.800 millones de dólares acordado con el FMI, el Banco Mundial y el Banco Interamericano de Desarrollo (BID) para tonificar las reservas y honrar los compromisos de deuda externa por 2.000 millones de dólares que Uruguay tiene fijados hasta diciembre de 2003.

El secretario del Tesoro de Estados Unidos, Paul O Neill, visitó fugazmente Montevideo y declaró que "Uruguay ha implementado efectivamente políticas económicas sólidas y ha tomado acciones firmes para mantener la salud del sistema financiero".

El Banco Central (BCU) cerró el Banco de Montevideo-Caja Obrera y la justicia encarceló a seis de sus ejecutivos por un supuesto fraude de 350 millones de dólares contra los ahorristas. Al mismo tiempo el BCU suspendió las actividades de otros tres bancos privados con problemas de liquidez.

Ubicado entre Argentina y Brasil, Uruguay históricamente concentró sus vínculos económicos con los poderosos vecinos. Lejos de buscar otros destinos, Uruguay se entusiasmó con la idea del Mercosur y actualmente más de la mitad de su intercambio comercial es con los vecinos.

Esa estrategia lo tornó muy dependiente de Argentina y Brasil y le permitió funcionar sin mayores problemas pues aunque alguno de sus vecinos tenía problemas, el otro se mantenía como el motor de la economía uruguaya, observó Nelson Fernández, editor económico del semanario uruguayo Búsqueda.

Las luces de alerta se encendieron cuando Brasil devaluó su moneda en 1999 y la situación se tornó alarmante cuando Argentina sucumbió en diciembre de 2001 al devaluar su moneda y declararse en cesación de pagos.

El desfasaje cambiario de Uruguay paralizó al país y en junio apostó a dejar flotar la moneda abandonando el régimen de bandas que estaba minando sus reservas.

"El mantenimiento del régimen de bandas en el contexto de inestabilidad regional le costó a Uruguay varios miles de millones de dólares por un endeudamiento excesivo y por la pérdida de reservas", dijo el ex presidente del Banco Central de Uruguay Juan Carlos Protassi.

"En esta calesita tuvieron una enorme responsabilidad las agencias calificadoras de riesgo que nos pusieron notas generosas durante mucho tiempo y que nos endulzaron para endeudarnos", añadiò.

La llegada del auxilio internacional, gestionado por Estados Unidos en reconocimiento a que Uruguay siempre honró sus compromisos, puede haber dado un ligero respiro pero las perspectivas son castróficas en un país de 3 millones de habitantes de los cuales 250 mil no tienen trabajo.

"Esta crisis es mayor que la sufrida tras el colapso mundial de 1929", dijo el historiador Gerardo Caetano, director del Instituto de Ciencias Sociales de la Universidad estatal.

"Lo grave es que hoy hay muchos más pobres pese a que el país mejoró mucho desde el fin de la dictadura en 1985. Sin embargo si los uruguayos de 1929 vieran la cantidad de pobres que hay no podrían creer que es el mismo país", afirmó.

La guerra

Foto Elena Picasso



PRELIMINAR

No resulta cómodo discutir, en una presentación breve, un asunto central para el actual momento civilizatorio como el sugerido por la revista Novamerica bajo la pregunta: "¿Qué estamos viviendo? ¿El terrorismo de la guerra o la guerra del terrorismo?". Sobre el asunto, no siempre respetando su complejidad, circula mucha información. También ruido en exceso que, en ocasiones, es voluntario o político. En estas líneas elegiremos el eje de derechos humanos para organizar algunas opiniones sumarias. La perspectiva es forzosamente latinoamericana, lo que no le resta universalidad.

CONCEPTOS E IMÁGENES ELEMENTALES

En el análisis político suele distinguirse entre terror, acción propiamente estatal, y terrorismo, réplica al terror de Estado. Esta distinción, no manejada por la prensa, impugna el valor de la expresión 'Estado de derecho', o sea su legitimidad más allá de la fuerza, cuando se practica el terror. Igualmente, asigna valor político al terrorismo al determinarlo como respuesta cuando otras iniciativas políticas son imposibles y también como señal de que el terror de Estado debe detenerse. Como toda acción política, el terrorismo, así entendido, debe ser eficaz. Lo que dice la acción terrorista, para quienes protagonizan el terror de Estado, es que resulta imprescindible dialogar y negociar.

Los medios masivos manejan otra

global contra el terrorismo

Helio Gallardo
Costa Rica



Na análise política, é necessário distinguir terror, ação propriamente estatal de terrorismo, réplica ao terror do Estado. A imprensa utiliza outra noção, qualificando uma ação como terrorismo por seus efeitos destrutivos sobre pessoas e bens não-militares, ou mesmo militares, fora do marco de uma guerra declarada. Neste enfoque, os terroristas, em especial os não-cidadãos e estrangeiros, não são considerados atores políticos nem sociais. Uma campanha efetiva e global contra o terror e o terrorismo supõe uma cultura de reconhecimento da pluralidade e diversidade com que se expressa a dignidade humana.

noción, más intuitiva, de "terrorismo". Califican como tal una acción por sus efectos destructivos sobre personas y bienes no militares, o incluso militares, fuera del marco de una guerra declarada. La acción terrorista lesiona gravemente el orden de la vida civil y pone en cuestión su reproducción. Esta manera de imaginar el terrorismo privilegia el ámbito del Estado al que supone racional y de derecho y al que asigna el doble papel de víctima moral del ataque y de dispositivo de fuerza que restablece el orden amenazado. Para este enfoque, los terroristas, en especial los no-ciudadanos o extranjeros, no son actores políticos ni sociales. Políticos y prensa acostumbran animalizarlos. Animales dañinos, deben ser acosados, apresados vivos o muertos y condenados en juicios sumarios como "enemigos del género humano", como seres irracionales. Nada de lo que se les haga podrá compensar el dolor que ocasionaron con su maldad al orden "de todos", al orden bueno.

Este segundo enfoque, cuyos esquemáticos antecedentes políticos y filosóficos se encuentran en Maquiavelo, Hobbes y Locke, nutre la "guerra global contra el terrorismo" resuelta por el gobierno de Estados Unidos contra el eje del mal. La iniciativa, determinada primeramente como represalia por los letales sucesos del 11 de septiembre del 2001, ha pasado a ser, un año después, la columna vertebral de la geopolítica estadonidense, al extremo que hoy su discurso vincula la iniciativa de Libre Comercio de las Américas, y a los tratados de libre comercio espe-

cíficos, como factores de esta guerra. Internamente, el estado de guerra ha significado un aumento espectacular de los medios que el Estado geopolíticamente más poderoso del mundo se da, conspirativamente, para controlar y reprimir a su población. Más grave, las medidas coercitivas y coactivas en curso cuentan con el respaldo de la ciudadanía y la complicidad de los medios masivos que identifican la seguridad particular o nacional estadounidense y su peculiar estilo de existencia con derechos humanos. Movidos por esta falsa identificación aceptan la limitación de sus capacidades para controlar la acción del gobierno y del Estado. Se trata de un proceso políticamente suicida y que afecta a todos, no sólo a los estadounidenses.

Retornemos a los efectos conceptuales prácticos. Para el primer criterio, el politológico, los terroristas son seres humanos que cometen crímenes que deben ser juzgados y condenados de acuerdo al Derecho. En el segundo, dejan de ser humanos para transformarse en seres irracionales, objeto – en el mejor de los casos – de juicios especiales y sumarios en tribunales ad hoc. El Estado atacado resuelve unilateralmente, excepto para sus propios ciudadanos adscritos a otros códigos, contra ellos los procedimientos, cargos y penas. Los terroristas, moralmente condenados por la opinión pública, carecen en la práctica del derecho a presentar y defender su caso. La acción terrorista pierde eficacia como tentativa de diálogo. Se refuerza, sin embargo, como testimonio político de un martirio.

No creo necesario hacer un gran argumento para mostrar que cualquier concepción moderna de derechos humanos descansa en el supuesto de que todas las acciones realizadas por miembros de la especie son humanas, aun cuando muchas de ellas puedan ser calificadas como crueles, viles o irresponsables y tipificadas como ilícitas. La doctrina de "sólo quienes están a favor nuestro y nos benefician son seres humanos" es incompatible con la concepción y la práctica de derechos humanos, sea que se los vea como propuesta ética o como capacidades y fueros jurídicos.

El futuro del mundo y del planeta, en ausencia de diálogo y negociación, será con certeza más inseguro por injusto.

Si lo anterior vale como argumento, se hace preciso señalar que, después del 11 de septiembre del 2001, se vive la escalada de una tendencia política y geopolítica contra las doctrinas, lógicas e instituciones ligadas a derechos humanos. Si ella prospera, el futuro del mundo y del planeta, en ausencia de diálogo y negociación, será con certeza más inseguro por injusto. Y más injusto por totalitario e intolerante.

REFERENTES SOCIOHISTÓRICOS

Existe una falsa espontaneidad ideológica cuando se menciona al 11 de septiembre del 2001 como una fecha que permite distinguir un antes y un después respecto de derechos humanos. En esa fecha, y en Nueva York y Washington, no comienza una etapa sino que culmina, en su nivel, una tendencia sociohistórica que acompaña, desde su proclamación positiva en el siglo XVIII, a la propuesta moderna de estos derechos. Imaginados como sanción de transferencias de poder hacia individuos y sectores que carecían de fueros jurídicos ante las prerrogativas de nobles y sacerdotes, ellos condensan una universalidad falsa que desplaza e invisibiliza al menos dos conflictividades de distinto rango, pero articuladas: la que enfrenta al interior de cada formación social a las personificaciones del capital y de la fuerza de trabajo, cobijadas ambas bajo las figuras abstractas del ciudadano y del ser humano, y la que enfrenta, internacional y culturalmente, la racionalidad productiva de las sociedades que serán en el siglo XIX industriales y las 'otras', identificadas como civilizaciones y existencias

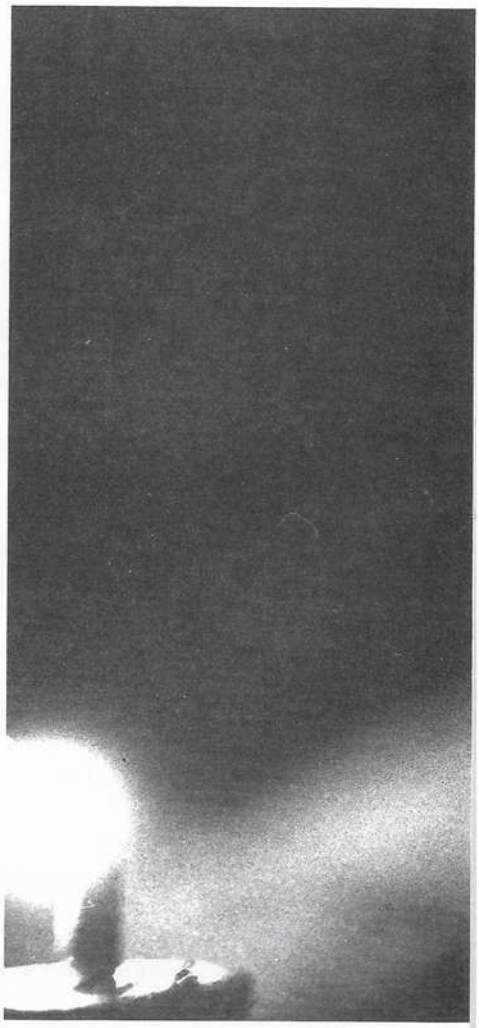


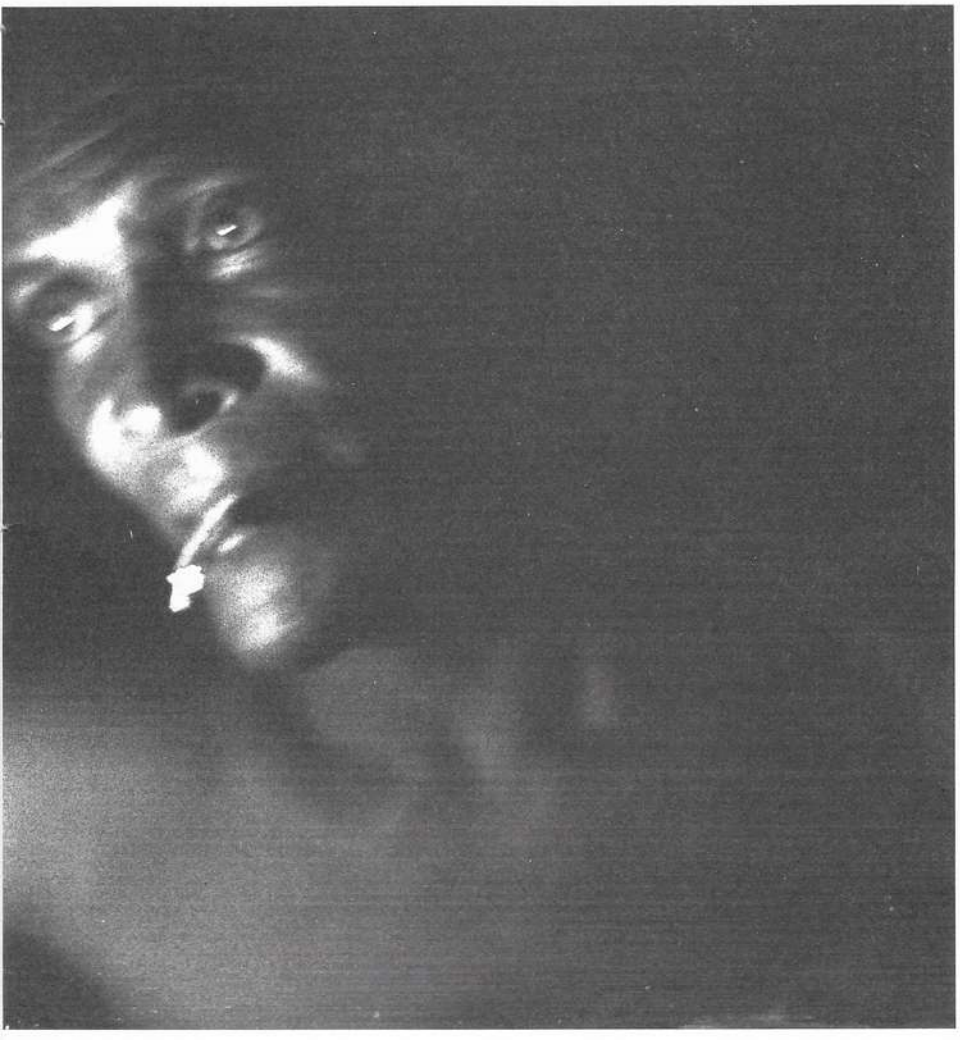
Foto João Ripper

precapitalistas. Las dos conflictividades serán resueltas mediante un universalismo falso que invisibiliza imperios y sujeciones que gestan la violencia, la destrucción y la guerra. El terror de Estado podrá aparecer así como seguridad interna u 'orden' moral de una sociedad jurídicamente imaginada como ciudadanía sin clases y también como sostén necesario para una expansión geopolítica civilizatoria (colonialismo). Las múltiples violencias en las relaciones internacionales, exigidas por las disputas de mercados, podrán ser proclamadas como el ideal republicano de una paz perpetua.

Es esta paz la que persigue la actual guerra global contra el terrorismo.

Desde luego, ninguna paz se consigue mediante la guerra o invisibilizando las responsabilidades propias en los conflictos. Contra estos procedimientos operan las memorias personales y culturales de la gente y la vocación de todos los seres humanos y culturas por procurar su autonomía y con ello su autoestima. De la violencia, en especial la unilateral, sólo pueden conseguirse el sometimiento circunstancial o pacificación y la resistencia.

¿Es posible la pacificación en una coyuntura dominada por los procesos de globalización neoliberal? Estos procesos han acentuado la polarización social (traducida oportunista y mendazmente como polarización cultural: the West against the Rest) mundial. Una polarización tan intensa contiene objetivamente una situación de guerra. La necesidad de sobrevivencia elemental de al menos 1/5 de la población mundial se expresa como migraciones no deseadas, como daño ambiental, como disputa por los alimentos y el agua y también como ferocidad, arrogancia y codicia de quienes consumen en exceso y, al hacerlo, se valoran dueños del mundo. Con facilidad, la pacificación puede adoptar aquí la práctica del exterminio. A inicios de la década de los noventa, insospechados todavía los ataques contra Washington y Nueva York, y todavía en embrión el ilusorio auge de las 'burbujas financieras' (economía desligada de necesidades humanas), Jacques-Yves Cousteau, un 'humanista' europeo, escribía, lapidario: "Es necesario que la población mundial se estabilice y para ello, habría que eliminar 350.000 seres humanos por día". Es evidente que la violencia, esa ausencia moral, no surgió, doce años después, un 11 de septiembre.



A la objetiva cuestión social se añade un tipo de delirio geopolítico. Objetando el carácter y papel del Tribunal Penal Internacional, Pierre Richard Prosper, embajador del presidente Bush para el asunto, determinó: "Estados Unidos tiene un papel único en el mundo en defensa de la libertad y fomento de la causa de la humanidad. Seguiremos afrontando nuestra responsabilidad, pero no a costa de nuestra seguridad nacional". Es una manera práctica de decretar la universalidad forzosa de intereses particulares que quizás resulten ofensivos y destructivos para muchos 'otros'. En cualquier caso, los 350.000 que, en opinión de Cousteau, debían ser liquidados a diario, comienzan a adquirir rasgos culturales, lugar social, género. Son las gentes empobrecidas y miserables de la tierra, y las culturas, razas y sectores 'inferiores' o con discapacidad. Inferiores.

Por contraste, la imagen de una Corte Penal Internacional, con

Una campaña efectiva y global contra el terror y el terrorismo supone una cultura de reconocimiento de la pluralidad o diversidades con que se expresa la dignidad humana.



Foto João Ripper

proyección global, es feliz. Contiene la propuesta ético/política de una ciudadanía planetaria permanente y universal. Y nace en la época en que una universalización de capacidades jurídicas básicas se liga con la reivindicación de una ampliación cualitativa de la noción de ciudadanía. En algún plazo, la Corte conocería las reivindicaciones de lesa humanidad de humanos/zaireños, de humanos/mujeres, de humanos/campesinos sin tierra, por citar algunas articulaciones entre la dimensión genérica, espacio privilegiado para la ciudadanía clásica, y su tensión social particularizada (ciudadanía ampliada). Un campesino es universal si ofrece su campesinidad como humanidad a otros para crecer en conjunto. Hablamos de otra cultura. De responsabilidad moral global. Sólo si ésta existe, alcanza eficacia una Corte Penal Internacional.

Los signos de hoy no son los que pueden alimentar una Corte de este tipo. La globalización neoliberal tiene el carácter que le entregan las compañías privadas globales que casi en un 90% tienen su sede en Estados Unidos (48%), Europa (30%) y Japón (10%). El poderío de Estados Unidos se concentra en finanzas, farmacéutica y biotecnología, tecnologías de la información y software y el comercio minorista. Africa y América Latina están ausentes en la lista de las principales 500 corporaciones globales. Para la mayor parte de la gente en el mundo, la globalización, o sea el enriquecimiento/empobrecimiento, su vida y muerte, es inducida desde los intereses de estas compañías consolidadas por una geopolítica de imperio mundial. Prácticas unilaterales que suponen el fortalecimiento de intensas iniquidades no pueden ser sancionadas, ni disimuladas, por un Derecho global. Una mera Corte Penal no puede constituir realidad contra la lógica de la economía y la geopolítica globales orientadas contra las necesidades de las mayorías. La Corte Penal Internacional pone de manifiesto así una disfunción o un signo de rebeldía en un mundo de ausencia de derechos humanos.

Ahora, ¿cómo evitar que se utilice una retórica de derechos humanos para legitimar una realidad económica, política y cultural degradada por la fuerza y la imposición y que no los contiene? Por supuesto que se construye y promueve este mundo para evitar que los 'otros' violen derechos humanos, incluso que imaginen violarlos, y para hacerlos florecer para todos. Una cul-



tura de violencia impune siempre corre el riesgo de que muchos, o todos, la consideren cínica.

Como toda norma positiva eficaz, derechos humanos culminan una costumbre moral, o sea un tipo de relación social apreciada como útil y civilizatoria mediante una reflexión ética. Una campaña efectiva y global contra el terror y el terrorismo supone una cultura de reconocimiento de la pluralidad o diversidades con que se expresa la dignidad humana. El reconocimiento es un tipo de diálogo que introduce el acompañamiento posible, deseado. Es la imagen actual del samaritano evangélico: "Te vi terrorista, excitaste mi misericordia, te acompañé y sanaste. He crecido".

Desde luego, éste no pareciera ser un tiempo para evangelios. •

O QUE É O SENDERO LUMINOSO?

Claudio Marques

Em 1964, o Partido Comunista do Peru sofreu divisões e, entre elas, surgiu um grupo que defendia a necessidade da revolução comunista caminhar do campo para a cidade, numa clara inspiração na revolução chinesa de Mao Tsé Tung. Nascia o Sendero Luminoso, o grupo guerrilheiro em atuação no Peru que mais chamou a atenção nas últimas décadas.

Nos anos 70, Abimael Guzmán, líder desse grupo, concentrou seus esforços em organizar seus quadros e fazer um trabalho de doutrinação em Ayacucho, onde era professor de filosofia. Nessa mesma região, em 1980, o Sendero Luminoso iniciou sua luta armada. A guerrilha do Sendero cresceu no decorrer dos anos 80, com o grupo se espalhando pela selva e pelas periferias das cidades. A luta foi intensa por longos anos, com enormes violações dos direitos humanos e grande número de mortes. Junto com o Túpac Amaru, o Sendero Luminoso causou 30.000 mortes e um prejuízo de 25 milhões de dólares.

Para o Sendero, o Estado peruano seria uma ditadura de latifundiários feudais e grandes burgueses apoiados pelo imperialismo norte-americano. Esse Estado se sustentaria pela violência. Frente a esta, o povo, organizado em torno do Sendero, deveria responder através da violência revolucionária. As eleições seriam apenas uma ilusão, a ser ignorada na busca de mudanças.

Dos 26 milhões que compõem a população peruana, 15 milhões vivem em situação de pobreza, sendo que 6,5 milhões estão em pobreza extrema. Nesse contexto, o Sendero Luminoso procurou se integrar à vida dos camponeses pobres. Oferecia soluções práticas para o dia-a-dia de muitos peruanos: aplicação sumária da justiça, com a eliminação de elementos anti-sociais (como estupradores e ladrões), repartição de bens, etc. Além disso, o Sendero Luminoso mantinha uma política de respeito aos camponeses que era inovadora em uma sociedade desigual como a peruana. Essa regra não era aplicada aos que se opunham ao movimento, que eram tratados então com extrema brutalidade.

A própria violência do movimento conseguiu afastar a maioria das pessoas que podiam ver algum sentido nas propostas do Sendero. Para completar, o governo Fujimori decidiu abandonar quaisquer regras e abriu uma verdadeira "guerra suja" contra a guerrilha e seus adeptos ou simpatizantes. Em 1992, Abimael Guzmán foi capturado, assinando um acordo de paz em 1996.

Agora o Sendero retorna com um novo discurso, menos militar e mais político. A tática agora é conquistar a simpatia da população e exortá-la a inspecionar o trabalho das autoridades. Os componentes do grupo, após o acordo de 96, organizaram-se em três grandes comitês regionais: departamento de Ayacucho, no vale do rio Apurímac; departamento de Junín, no vale do Ene; e departamento de Huánuco, no vale de Huallaga. Esses três lugares são caracterizados pela produção de coca, o que reforça a possibilidade de aliança entre narcotráfico e Sendero Luminoso, comum no auge do grupo. A população peruana, por sua vez, quer apenas que seus problemas sejam resolvidos de forma justa, mantendo a opção pela democracia e direitos humanos.

EM DEBATE

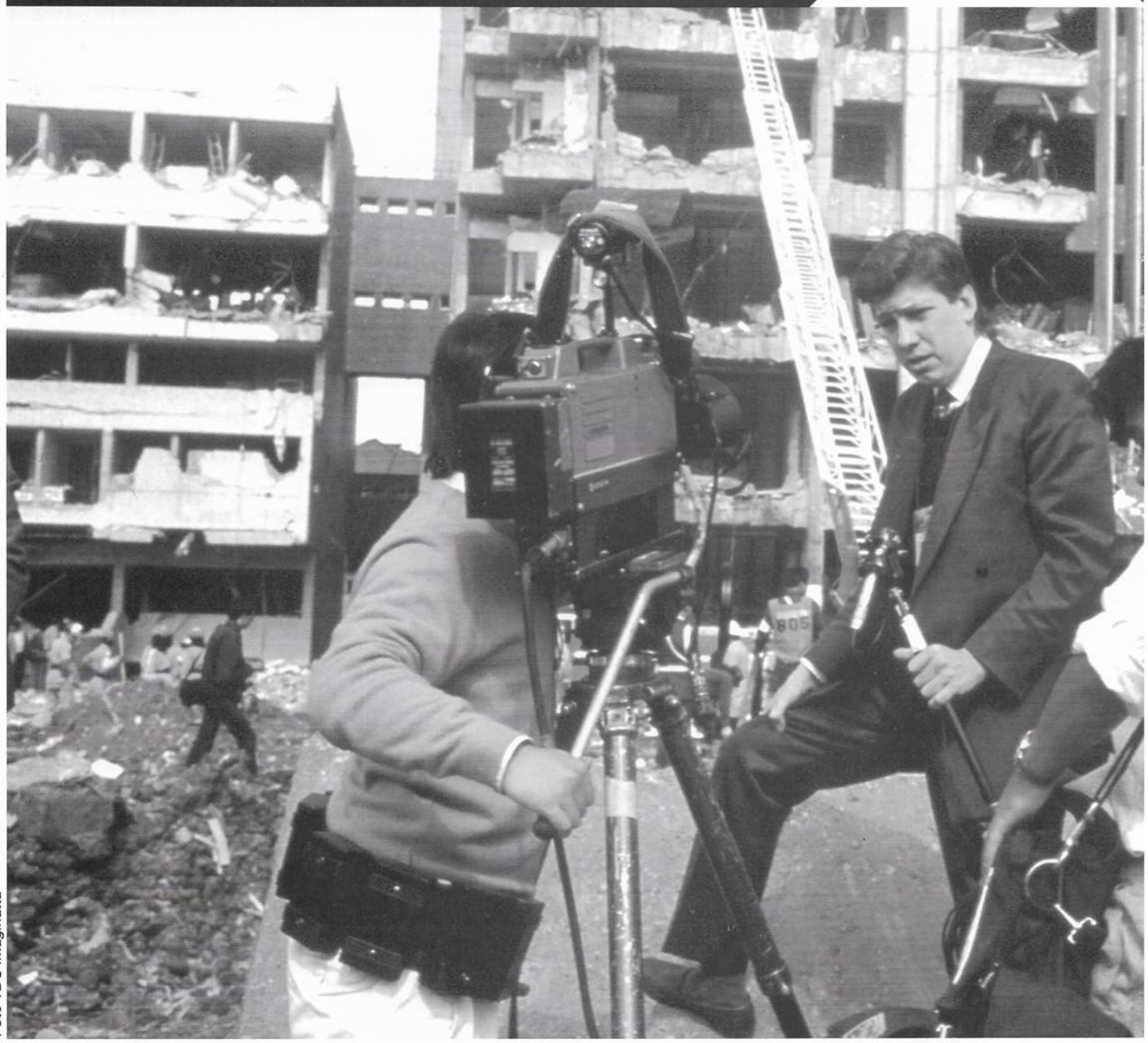


Foto TDC Imaginatta

Quem define o terrorismo?

João Ricardo W. Dornelles
Rio de Janeiro – Brasil



"Quando o mundo real é dominado pela insanidade, a normalidade só existe no manicômio" *Tariq Ali **

El 11 de septiembre de 2001, el World Trade Center y el Pentágono fueron atacados por aviones comerciales, lo que resultó en la muerte de más de cinco mil personas. ¿Es esto terrorismo? ¿Y qué pasa con los programas impuestos por el FMI, el Banco Mundial y el orden neoliberal, que también produjeron millones de muertos? La cuestión es cómo hacer para definir lo que es terrorismo, o mejor, quién tiene el poder de definirlo. Cuando es el Imperio el que pasa a definir los límites de la civilización de acuerdo con la óptica occidental y dentro de las leyes del mercado neoliberal, los terroristas son los movimientos contra-hegemónicos, los defensores de los derechos humanos y los críticos del neoliberalismo.

* Ali, Tariq. Confronto de Fundamentalismos. Cruzadas, Jihads e Modernidade. Rio de Janeiro: Record, 2002.

Em 11 de setembro de 2001 o World Trade Center e o Pentágono, em Nova Iorque e Washington, respectivamente, foram atingidos por aviões comerciais, resultando na morte de mais de cinco mil pessoas. Trata-se de um caso de terrorismo?

Em agosto de 1945, duas bombas nucleares foram lançadas pelos norte-americanos nas cidades japonesas de Hiroshima e Nagazaki, resultando na morte de cerca de 300 mil pessoas, civis, crianças, velhos, mulheres e homens. Trata-se de outro caso de terrorismo?

Os Programas de Ajustamento Estrutural (SPAs) impostos pelo FMI, Banco Mundial e pela ordem neoliberal produziram, desde o início dos anos oitenta do século XX, milhões de mortos em todo o mundo. Trata-se de mais um caso de terrorismo?

As ações de Ariel Sharon na Cijordânia e na Faixa de Gaza poderiam ser consideradas atos de terror?

Nos anos oitenta, a CIA financiou, formou e armou os "guerreiros de deus", mujahedins e talebãs anti-comunistas, no Afeganistão, para lutarem uma "guerra justa" contra as "forças do mal", os soviéticos. Ali começava a carreira de Osama Bin Laden.

O receituário do FMI para os países periféricos que destruiu a economia e a sociedade da Argentina, levando à miséria e ao desespero todo um povo, não seria uma forma de terrorismo?

Durante anos, em nome da democracia e mesmo dos direitos humanos, os Estados Unidos da América realizaram intervenções em todo o mundo: Vietnã, Nicarágua, El Salvador, Panamá, Granada, Iugoslávia, Iraque, Afeganistão, entre outros, resultando em milhões de mortes. Estas intervenções seriam consideradas terrorismo? Ao contrário, muitas destas intervenções foram definidas como humanitárias.

Aqueles que lutaram e lutam contra regimes despóticos, contra ditaduras, tem sido chamados de terroristas pelos poderosos. Para a autoridade nazista na França ocupada, a Resistência era composta de terroristas; para o Regime Militar brasileiro, éramos todos terroristas por lutarmos pelas liberdades democráticas.

Os meios de comunicação verticalizados utilizam bem as lições do nazismo: uma mentira de tanto ser repetida torna-se uma verdade.

O TERRORISMO COMO AÇÃO POLÍTICA

A questão do terrorismo não se restringe aos seus aspectos técnico-jurídicos, ou mesmo às ações violentas na prática política. Na realidade trata-se de um tema político por excelência.

A pergunta que fazemos é sobre quem define que uma ação política é considerada um ato de terror e quais as ações seriam consideradas práticas políticas virtuosas e civilizadas.

É interessante notar como se forma a opinião pública mundial. O mundo se acostumou com as versões dos meios de comunicação de massa, particularmente as versões dos órgãos da grande mídia. Através da divulgação destes órgãos é construída a imagem positiva ou negativa de governantes, indivíduos, povos, países, religiões, etnias e raças. O esteriótipo do mal já teve as feições indígena, japonesa, russa, latino-americana, árabe, indiana. Em geral o bem tem sido apresentado com um rosto ocidental, europeu. É a construção das figuras do mal no imaginário social, encarnados em Saddam Hussein, Fidel Castro, Hugo Chavéz, Osama Bin Laden, Yasser Arafat e, quem sabe em breve, Lula - ou algum outro político que não acompanhe de forma submissa as determinações dos "donos do poder mundial". Vale a pena lembrarmos que muitos destes "representantes do mal", foram criados, formados, financiados pelo governo norte-americano.

A outra pergunta, que não se faz, é porque o mundo chora as vítimas inocentes norte-americanas e, durante muito tempo, outras vítimas - vietnamitas, curdos, afegãos, latino-americanos, africanos, palestinos - não mereciam luto. Por estas vítimas não foram mobilizadas a Comunidade Internacional, o poder de influência da mídia, o poderio bélico dos grandes impérios econômicos.

Os meios de comunicação verticalizados - CNN à frente - utilizam bem as lições do nazismo. Como todos sabem, Joseph Goebbels dizia que uma mentira de tanto ser repetida torna-se uma verdade. Ou seja, o que vale é a versão de quem tem o poder da formulação de um conceito e da sua ininterrupta divulgação. Construiu-se a falsa idéia de que as grandes potências ocidentais respeitam e sempre respeitaram o Direito Internacional. Seria uma mostra de civilização, se fosse uma verdade absoluta, ou se o Direito fosse um instrumento neutro de realização do bem comum. Infelizmente a verdade é um pouco diferente. Vejamos, como exemplo o caso da Nicarágua Sandinista. Durante os anos oitenta do século XX, o governo de



Foto João Ripper

Ronald Reagan promoveu uma guerra contra a Nicarágua. Naquela época, a impressa internacional vendia a imagem de que o regime Sandinista seria anti-democrático. Era uma guerra do bem contra o mal, da civilização contra a barbárie. O governo norte-americano financiou, armou e treinou as forças de mercenários contra-revolucionários. A guerra do governo Reagan contra a Nicarágua provocou mais de 57 mil vítimas, a destruição quase absoluta da infra-estrutura econômica de um dos países mais pobres das Américas, obrigou o governo Sandinista a gastar os seus poucos recursos no esforço de defesa nacional. A Nicarágua, no entanto, reagiu. Reagiu como um Estado de Direito Democrático que busca resolver os conflitos pelos meios do direito. Não explodiu bombas em Washington, não declarou guerra aos Estados Unidos da América. Embora acusados de terroristas, o governo Sandinista recorreu ao Tribunal Penal Internacional, que decidiu em 27 de junho de 1986 a favor das autoridades de Manágua, condenando o governo Reagan pelo "uso ilegal da força" por haver minado os portos nicaraguenses. Os Estados Unidos não acataram a decisão da Corte Internacional e deixaram de reconhecer a sua jurisdição. A Nicarágua recorreu ao Conselho de Segurança da ONU solicitando que todos os países respeitassem as normas de Direito Internacional, sem citar nenhum país em especial. Com o veto norte-americano, mais uma vez a demanda nicaragüense foi rejeitada.

Curiosamente os Estados Unidos são o único país do mundo que ao mesmo tempo foi condenado pelo Tribunal Penal Internacional e expressamente se colocou em posição contrária a uma resolução exigindo cumprimento das normas de Direito Internacional.

Segundo Noam Chomsky, "para combater os adversários depravados da civilização, o governo norte-americano instalou uma rede terrorista internacional de amplitude sem precedentes".

O exemplo da Nicarágua serve apenas para que tenhamos claro que, já bem antes do 11 de setembro de 2001, vigorava o "direito do mais forte". Além disso, mais uma vez como disse Noam Chomsky, o terrorismo não é a arma dos mais fracos, mas sim dos poderosos, que têm a capacidade de controlar o mundo, moldá-lo à sua imagem, controlando os meios de comunicação, as agências ideológicas e culturais, adestrando comportamentos, moldando consciências, dominando corações e mentes. Uma mágica que faz com que ninguém perceba as suas próprias práticas de terror. Ou que transforme as sua próprias práticas terroristas em ações positivas, apresentadas como benéficas para a humanidade – intervenção humanitária; intervenção em nome da democracia; intervenção em nome dos direitos humanos. Um processo de alienação coletiva que inverte a avaliação sobre os acontecimentos. Não podemos nos esquecer que aqueles que são acusados de terrorismo internacional são criaturas forjadas nos laboratórios da CIA. Durante décadas se entrelaçaram os interesses econômicos e políticos de Bin Laden e da família Bush. Foi a política externa norte-americana quem formou, financiou e deu poder de fogo às redes terroristas islâmicas, tanto

para atuar na Ásia Central contra a União Soviética, quanto no Iraque, quando Saddam Hussein era o "queridinho" dos Estados Unidos durante a guerra contra o Irã.

Na guerra do Kosovo, a CIA organizou a Frente de Libertação do Kosovo, com recursos do narcotráfico, com o deslocamento de militantes da Al Qaeda, com armamento e com os constantes bombardeios a Belgrado.

Enfim, como definir o terrorismo? Do ponto de vista político o que devemos perguntar é quem tem o poder de defini-lo?

A MILITARIZAÇÃO DA POLÍTICA

O pós-11 de setembro abriu uma nova conjuntura internacional, e uma nova etapa no processo de controle social global do modelo neoliberal, que substitui em parte os mecanismos de regulação da Comunidade Internacional pela metáfora da guerra, ou por uma concepção de criminalização dos conflitos sociais globais. Os ataques às torres e ao Pentágono possibilitaram que o governo Bush passasse do isolamento e da falta de legitimidade para a mais ampla manifestação de intervencionismo imperial.

"Lutar contra o terrorismo implica reduzir o grau do terror, e não aumentá-lo. Quando o Exército Republicano Irlandês (IRA) comete um atentado em Londres, os britânicos não destroem Boston, cidade onde o IRA tem muito apoio, nem Belfast"
Noam Chomsky

A ofensiva da retórica e da prática beligerante da Doutrina Bush e a lógica da guerra expressa uma passagem da referência do Direito Internacional, do Multilatearalismo no campo das Relações Internacionais, para a militarização da política. Prevalece a concepção unipolar, o unilateralismo, que se expressou na abstenção norte-americana sobre o Protocolo de Kyoto, na não assinatura dos documentos internacionais sobre controle de armas químicas (ao mesmo tempo os Estados Unidos da América exigem uma "fiscalização" internacional sobre a possível produção de armas químicas no Iraque), na retirada – junto com Israel – da Conferência sobre Racismo e Intolerância, na África do Sul, no não reconhecimento da autoridade do Tribunal Penal Internacional.

A lógica guerreirista introduz o eficientismo penal nas Relações Internacionais através da criminalização dos movimentos sociais globais anti-hegemônicos, definindo-os como terroristas. Esta prática militarista afeta a todos nós. No caso da América do Sul, o Plano Colômbia foi o primeiro sinal de intervencionismo, que ganha impulso com a política Bush e a ofensiva da chamada luta contra o narcotráfico.

A partir de setembro de 2001, e da ofensiva militarista, a Doutrina Bush determinou uma Nova Fronteira, uma nova polarização, um novo limite onde de um lado estaria a civilização e do outro a barbárie. É aqui que o eficientismo penal passa a ser utilizado como referência para o intervencionismo, definindo as ações no plano internacional como ações punitivas, policiais, afastando-se dos mecanismos internacionais de resolução de conflitos, da institucionalidade internacional, dos fóruns políticos internacionais reconhecidos pela Comunidade Internacional (ONU, OTAN, etc.). Na verdade, a política do Império redefine as Relações Internacionais, deslegitimando as instâncias existentes.

Com a adoção do eficientismo penal nas relações internacionais, passa a ser adotada as práticas de "tolerância zero" no campo internacional, em relação ao terror, em relação a quaisquer ameaças à segurança nacional dos Estados Unidos da América. Desta forma, a política externa da Casa



Foto João Ripper

Branca passou a ser flexível e ambígua: como Estado Nacional, preocupada com garantia dos interesses nacionais, estendendo a sua soberania por todo o mundo, atuando como Poder Global, o único Poder Global. Estado Nacional e Poder Global são a expressão de uma nova política de Império, transformando todos os recantos do planeta, através do mercado global neoliberal e do militarismo, em províncias.

É neste contexto que o governo norte-americano propõe os tribunais militares de exceção, uma demonstração de flagrante desrespeito à todas as conquistas mais caras da civilização ocidental. Tribunais que se estabelecem nas fronteiras da civilização. Tais tribunais devem ter jurisdição universal, definindo arbitrariamente o limite entre o "mundo civilizado" e o "mundo bárbaro"

É interessante – e assustador – notar que ao se definir as fronteiras entre a "civilização" e a "barbárie", define-se também quem são os novos bárbaros, os inimigos, os perigosos para o chamado "mundo civilizado" - aqueles que aceitam as regras do mercado global, aqueles que aceitam as regras existenciais de uma ética individualista, consumista, egoísta, aqueles que definem que a globalização é um processo econômico-financeiro que impõe uma uniformização comportamental, uma homogenização cultural, uma nova delimitação de espaços. Na verdade, o mundo neoliberal não é um mundo "sem fronteiras", mas sim um mundo que redefine as suas fronteiras, que derruba muros antigos, erguendo outros. Um mundo onde o capital finaceiro não encontra barreiras, se transnacionaliza, flutua ao sabor dos ventos, ou dos incentivos da acumulação do capital. Um mundo onde o terrorismo do mercado pode destruir a Argentina, depois de destruir a África. Um mundo que pode definir ataques especulativos às moedas de países mais vulneráveis, como vem ocorrendo com o Uruguai, chegando a afetar o Brasil. Um mundo que cria novas formas de exclusão, de segregação, de limites ao deslocamento humano, enquanto o deslocamento de capitais ganhou uma dimensão e velocidade nunca vista. A cultura que se globaliza é aquela que passa a ter referência no mercado global, abrindo espaço para a mescla de costumes, de comportamentos, de expressões estéticas. A denominada "world music" é uma expressão deste fenômeno.

Qualquer dissensão à ordem mundial hegemônica passa a ser uma expressão do perigo terrorista.

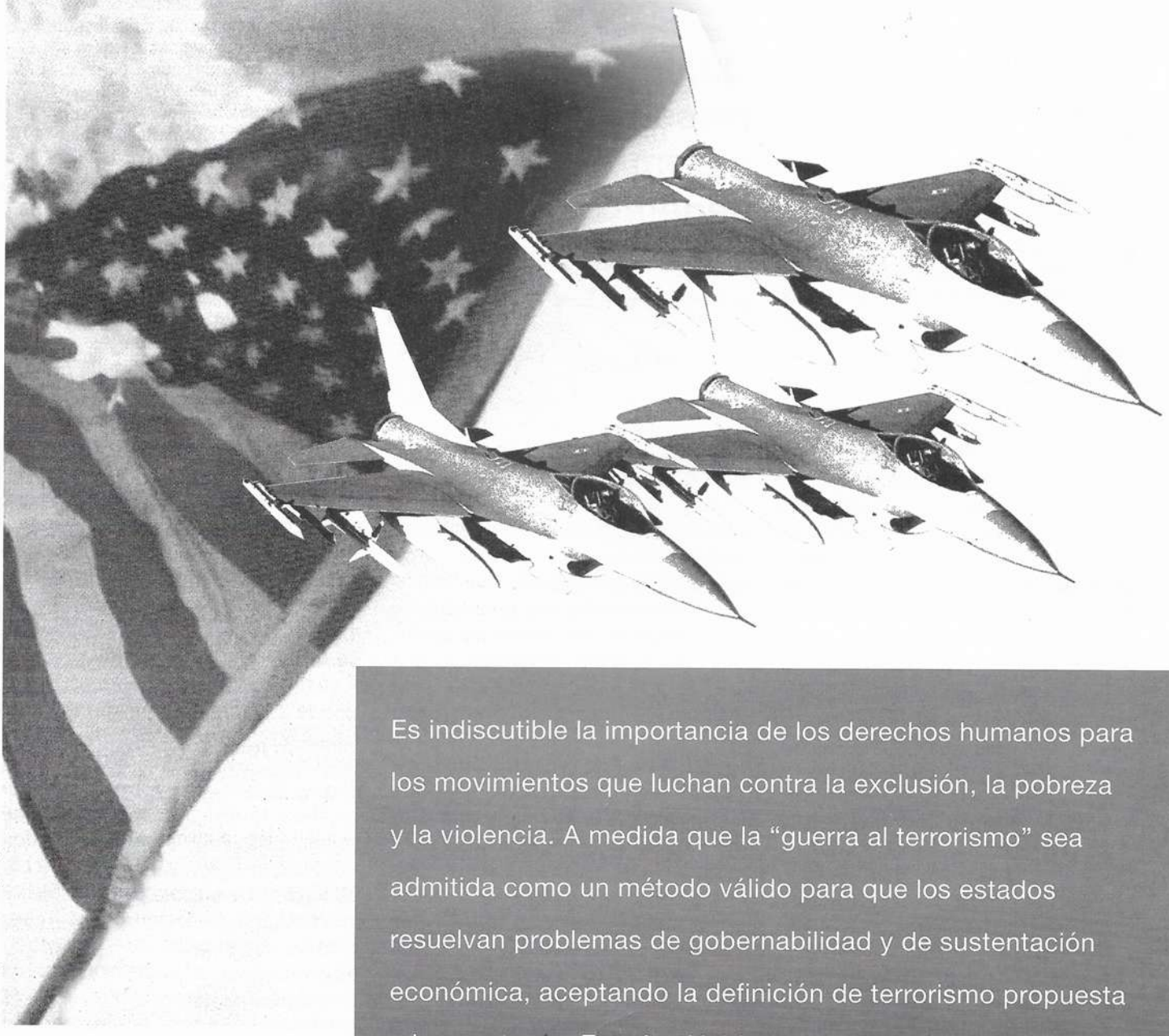
Voltamos a questão inicial, que é sobre a definição de terror. Quem o define? Qual o tipo de terror que deve ser combatido? Quem são os terroristas? Aqueles que ameaçam a ordem social, a paz entre os povos, aqueles que conspiram contra os governos legalmente eleitos? Ou aqueles que questionam o "status quo", a ordem global do Império, o mercado neoliberal?

As ações terroristas de 11 de setembro serviram como o pretexto adequado para a aplicação das medidas de controle social penal global, abrindo a possibilidade para que o Império possa colocar os pés sobre a bacia petrolífera da Ásia Central. Estimulou a decretação de pacotes de medidas domésticas e internacionais de luta contra o terrorismo, o que não se restringe aos atos violentos ou de terror, mas a quaisquer formas de ação contra a hegemonia neoliberal.

Quando o Império, com a sua política genocída e exterminista, passa a definir os limites da civilização de acordo com a ótica ocidental e dentro das lei do mercado neoliberal, rotulando aqueles que estão fora destes limites como bárbaros, qualquer dissensão à ordem mundial hegemônica passa a ser uma expressão do perigo terrorista. Segundo esta lógica, que é definida por Bush com a frase "estar conosco ou contra nós", os terroristas não são somente os membros da Al Qaeda. São os movimentos contra-hegemônicos, são os defensores dos direitos humanos, são os excluídos do mundo e os seus aliados.

Assim, a lógica da guerra imperial se conforma como guerra global contra o terrorismo, que não se restringe aos talibãs ou à organização Al Qaeda. Ao contrário, a definição de terrorismo do Departamento de Estado é abrangente, além dos grupos fundamentalistas islâmicos, atinge outros grupos que não se submetem à lógica do poder imperial: os comunistas, os socialistas, os anarquistas, os ambientalistas, os defensores de direitos humanos, os movimentos sociais organizados, o MST, os Zapatistas. Enfim, atinge a todos os críticos do modelo neoliberal, a todos os contestadores do mundo, a todos os que estão na luta anti-hegemônica, a todos que estivemos no Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Atinge a todos nós que lutamos e sonhamos que Outro Mundo é Possível. •

Guerra del terror



R.Oliva (Fotomontagem)

Es indiscutible la importancia de los derechos humanos para los movimientos que luchan contra la exclusión, la pobreza y la violencia. A medida que la "guerra al terrorismo" sea admitida como un método válido para que los estados resuelvan problemas de gobernabilidad y de sustentación económica, aceptando la definición de terrorismo propuesta e impuesta por Estados Unidos, viviremos el "terrorismo de la guerra". Esto puede producir, como consecuencia, la pérdida de todo lo que se conquistó en relación al reconocimiento de los derechos humanos fundamentales.

Leopoldo Artiles Gil
República Dominicana

o terror de la guerra: riesgos para los derechos humanos



R.Oliva (Fotomontagem)

Paradójicamente, la década de los ochenta fue, para América Latina, además de una década perdida en el aspecto económico, también de ganancias en términos políticos si se considera que fue entonces cuando los regímenes autoritarios y semi-autoritarios empezaron a ser desplazados por regímenes democrático-representativos. Con ello se abría un nuevo capítulo para el tema de los derechos humanos, que de ser violados puntual y sistemáticamente por los gobiernos autoritarios, pasaron a ser la columna vertebral de los movimientos sociales y ciudadanos que promovieron la democracia en contra de las dictaduras existentes. Es más, en ese período que culminó con la crisis definitiva de los socialismos reales, se experimentó una redefinición ampliada de los derechos humanos, abarcando no sólo esos derechos civiles, políticos y sociales propios de la definición que acuñara el sociólogo británico T. H. Marshall en el siglo pasado, sino también los derechos asociados a la dimensión de género (específicamente los ligados a las reivindicaciones femeninas), a la dimensión cultural (particularmente los derechos de las comunidades indígenas y poblaciones excluídas o marginadas en razón de su diferencia) y los derechos ambientales (asociados a la conservación del ambiente sustentable de la vida ciudadana y comunitaria). Mucha razón tiene pues el crítico cultural chileno y profesor del Departamento de Español y Portugués de la Universidad de Minnesota, Hernán Vidal, cuando afirma que desde entonces hasta hoy el recurso fundamental de los sectores identificados con proyectos de justicia social es la apelación a una amplia agenda de derechos humanos con la finalidad de sustentar la lucha contra la exclusión, la pobreza y la violencia. Es indudable, entonces, la importancia cardinal de los derechos humanos para los movimientos enfocados en la reivindicación de los derechos de las amplias mayorías latinoamericanas.

NUEVO CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL Y ECONÓMICO Y LAS CONSECUENCIAS PARA LOS DERECHOS HUMANOS

Esta agenda enfrenta actualmente un grave desafío desde el 11 de septiembre del 2001. En los debates sobre la situación de los derechos humanos en mi país, República Dominicana, y supongo que no es diferente en el resto de América Latina, siem-



Foto João Ripper

pre surge la persistente impresión de que lo que se gana en el terreno político, social y económico no ha sido ganado por siempre. Dicha impresión deriva de la experiencia que mundialmente se ha difundido desde que se iniciara este ciclo de la llamada "globalización", y es el progresivo desplazamiento de las responsabilidades del Estado con respecto al ciudadano hacia la esfera del mercado, producto del realineamiento de las fuerzas económicas y sociales en el nivel mundial que vino acompañado por la revitalización de antiguas ideas liberal-conservadoras sobre la relación Estado-Sociedad que han recibido el nombre genérico de "neoliberalismo". Los derechos sociales de los que hablaba Marshall (derecho a la educación, servicios de salud, seguridad social, salario mínimo, entre otros) fueron los primeros en ser afectados (es debatible en qué grado han sido afectados dichos derechos porque, a pesar de ser el neoliberalismo una corriente de efectos globales, su incidencia depende en gran medida de condiciones particulares en cada país, siendo la variable principal cuán desarrollado era en cada caso el Estado de Bienestar) por esta corriente neoliberal, después de un largo período en el que dichos derechos se consideraron como algo ganado por siempre.

El bombardeo por parte de la red de Al Quaida de las torres del Trade World Center y del Pentágono, usando aviones comerciales como proyectiles, ha desatado un estado de ansiedad y de inseguridad en el mundo entero por tratarse de la relevancia del blanco de estos ataques, nada más y nada menos que los Estados Unidos de América, el mayor centro de influencia del mercado global capitalista por las dimensiones de su demanda y de su producción, y no menos por su relevancia militar, siendo la única gran potencia militar dominante en lo que se ha venido a llamar "modelo de poder unipolar". Esta inseguridad y ansiedad han movido al gobierno de este país, y con él a casi todos los gobiernos dentro de su órbita de influencia, a considerar el desconocimiento aunque sea parcial y provisional de los derechos ciudadanos inclusive dentro de su mismo territorio, descubierta ya la amplia gama de vulnerabilidades existentes en su sistema de seguridad. Vulnerabilidades que el prestigioso economista norteamericano Paul Krugman se encargó de situar en un artículo para el New York Times días después del ataque. Según Krugman la pobre seguridad en los aeropuertos, que es clave para la factibilidad de tal operación, radica en los recortes que el Congreso ampliamente dominado por los republicanos conservadores ha aplicado en el presupuesto a la asignación de recursos destinados por el Estado a dicho capítulo, por cumplir con un proyecto privatizador de dicho servicio. El mismo diagnóstico ha sido hecho sobre otras áreas de la seguridad norteamericana.

LUCHA CONTRA EL "TERRORISMO"

Según el padrón de respuesta del gobierno norteamericano ante crisis internacionales y amenazas a su integridad territorial, lo propio es la iden-

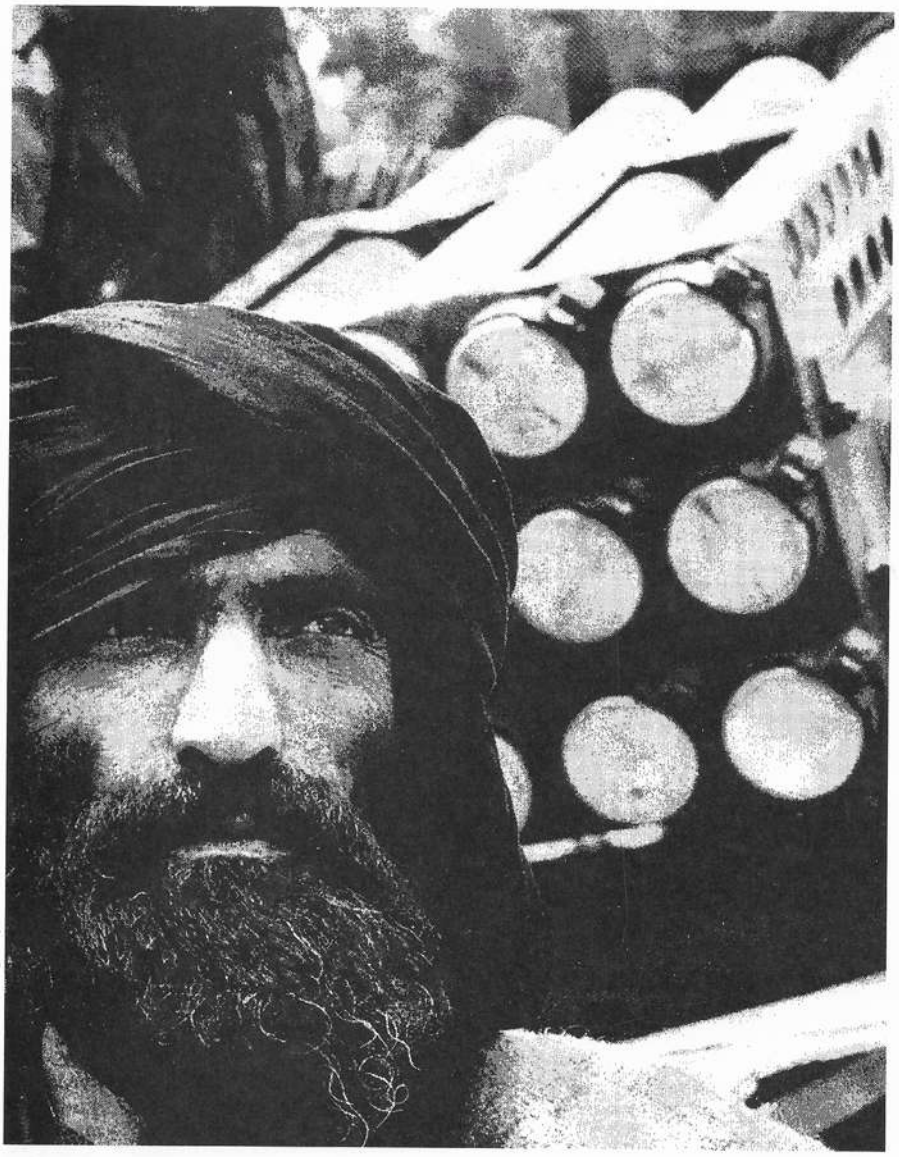
tificación del enemigo y la unificación de la opinión pública en torno a las acciones que se deben tomar para enfrentar al mismo. Lo que distingue, empero, a este nuevo enemigo de otros en el pasado es su ubicuidad e "invisibilidad". No se trata de un ejército ante el cual se pueda desatar una bien planeada guerra de movimientos; se trata de una compleja red que todavía nadie alcanza a comprender y describir bien, con células aparentemente independientes distribuidas por el mundo y con fuentes propias de financiamiento, que le presenta un desafío inédito a las fuerzas militares norteamericanas y aliadas. El infructuoso esfuerzo militar invertido en la "caza" del presunto líder de la red Al Quaida en territorio afgano, Osama Bin Laden, le confiere a estas características de la red un aura casi mágica. Siendo el elemento cultural-religioso el rasgo diferenciador más evidente de dicha red, y teniendo el poder norteamericano cuentas pendientes con los países enemigos pertenecientes al mundo islámico, específicamente con Irak, no es de extrañar que la administración del presidente Bush se esfuerce en legitimar su posición ante el "terrorismo" planificando un ataque frontal contra el enemigo próximo visible, y por ser visible e islámico también sospechoso de ser aliado de Al Quaida, según la lógica en uso, y que es, en este caso, el presidente iraquí Saddam Hussein.

En estos momentos la opinión pública norteamericana debate las implicaciones de este plan (se debe reconocer una virtud en la democracia

El infructuoso esfuerzo militar invertido en la "caza" del presunto líder de la red Al Quaida en territorio afgano, Osama Bin Laden, le confiere a estas características de la red un aura casi mágica.



R.Oliva (Fotomontagem)



R.Oliva (Fotomontagem)

norteamericana en estos tiempos, y es que decisiones como ésas por lo menos se debaten públicamente, lo cual es incompatible con una lógica militar pura), y el Congreso se apresta a organizar las sesiones de discusión a partir de las cuales podrá dar luz verde o roja a la propuesta del Ejecutivo de atacar Irak. Se debe resaltar la delicadeza de esta opción, pues con la misma Estados Unidos arriesga sus vínculos con aliados árabes claves, y sumado este problema a la grave situación del conflicto palestino-israelí, se compone fácilmente un dilema político-estratégico para la potencia dominante en un área que, por su riqueza petrolífera, es esencial para su economía.

Los tonos de ansiedad y hasta de paranoia que resaltan los contornos de esta situación nos llevan a considerar la doble vertiente de lo que se ha definido institucionalmente como "lucha contra el terrorismo". Ya el sociólogo argentino Eliseo Verón, en un viejo trabajo sobre la semantización de la violencia política publicado en los años 1970 nos advertía sobre las implicaciones inadvertidas de términos como el de "terrorismo" o "subversión" cuando son empleados por la maquinaria discursiva del poder estatal: se despolitiza a sujetos y acciones que tienen, aunque estén fuera de la "política formal", una profunda raíz política situada en el contexto de una asimetría de poder que inhabilita y niega la condición de "actor político" a sujetos excluidos por definición del juego de poder establecido. De ahí que las acciones del Estado contra los "terroristas" o los "subversivos", aún teniendo un carácter parecido o peor a las que se atribuyen a estos últimos, en el sentido de que cuestan vidas de seres indefensos, violan los derechos ciudadanos (en este caso, se dice que en función de la "seguridad ciudadana", vaya paradoja) y socavan las bases de la confianza ciudadana en las instituciones destinadas a garantizar los derechos humanos, como son los organismos judiciales, a pesar de todo esto, reitero, el poder estatal ejerce, de no ser seriamente cuestionado, el privilegio de darle legitimidad a su particular forma de terror. Inclusive, como lo muestra la experiencia latinoamericana en particular, los rótulos de "terrorista", "subversivo" o "bandido" aplicados por los estados dictatoriales o autoritarios a grupos disidentes que utilizaban como método la lucha armada y la guerrilla, son instrumentos deslegitimadores de acciones que, en sí, no pueden ser definidas, por ejemplo, como "terroristas". Se podría estar en desacuerdo con la lucha armada como método, pero ésta no fue ni es sinónimo de "terrorismo". Dejando de un lado el problema de si conviene o no definir como terrorista a la red Al Quaida, está claro que la definición estatal de ciertos actores como terroristas es fundamentalmente una estrategia discursiva de los estados para excluir, siguiendo el argumento de Verón, a ciertos actores de la dimensión de la política, estrategia que, desafortuna-

damente, persiste en el día de hoy.

Una dimensión propia del fenómeno que discutimos ahora es su carácter "global", pues los peligros que este encierra para la situación de los derechos humanos es proporcional a la capacidad que la potencia dominante y sus aliados tengan de envolver al resto del mundo en una suerte de "estado de sitio" blando, pero estado de sitio al fin, que puede endurecerse de acuerdo con las circunstancias, restándole así poder sustantivo a los derechos humanos en todo el mundo. Estos peligros pueden ser mayores en proporción a los patrones persistentes de desconocimiento de los derechos humanos en naciones particularmente inclinadas a ello por sus historias de irrespeto a los mismos, aún cuando se haya ganado un gran trecho en este plano con el retorno de la democracia representativa, como es el caso de la mayoría de las naciones latinoamericanas.

En virtud de que esta campaña se está llevando a cabo con una no muy bien disimulada complicidad de los medios de comunicación, en los cuales escasean las voces sensatas y mucho más las críticas, la propuesta norteamericana de enmarcar la lucha "anti-terrorista" en un molde maniqueísta de tipo "Occidente vs. Oriente", "Cristianismo vs. Islamismo" o "Pluralismo vs. Fundamentalismo", amenaza con persuadir efectivamente a una parte de la población de la región a renunciar a sus derechos ciudadanos en nombre de la paz, lo cual nos devolvería al argumento de Hobbes sobre la soberanía del Leviatán: los sujetos renunciarían a sus libertades por el miedo a la guerra, confiriéndole al Leviatán la potestad para instaurar el orden. Hoy es evidente que algunos de los gobiernos latinoamericanos apuestan por la opción norteamericana, uniéndose a la lucha contra el terrorismo e incurriendo en lo que ello implica en términos de la limitación de los derechos humanos y

No es fácil resistir a una ofensiva que puede rotular, a aquel que se le oponga como aliado al "terrorismo", como defensor de una red terrorista o de grupos "subversivos".

ciudadanos, debido a concesiones económicas y comerciales que se quieren obtener de los EEUU, o por los propios problemas de gobernabilidad internos que ofrecen la oportunidad de involucrar a los EEUU en la solución armada de los mismos. Esto último se evidencia en el giro que ha dado el gobierno norteamericano con respecto a la oferta de ayuda militar a Colombia para combatir la guerrilla y el narcotráfico.

TERRORISMO DE LA GUERRA

Todo esto nos lleva al cierre del círculo sugerido por la pregunta que da lugar a este debate: en la medida en que la "guerra al terrorismo" (recordemos lo equívoco de este término por su historia en relación con estrategias de poder estatales) se admita como un método válido para nuestros estados resolver problemas de gobernabilidad y de sustentación económica, en connivencia con la definición de terrorismo propuesta e impuesta por los EEUU, estaremos viviendo el "terrorismo de la guerra", lo cual sólo puede significar el perder lo ganado hasta ahora, poco o mucho, en materia de avance en el reconocimiento de los derechos humanos fundamentales que garantizan la vida de los individuos, comunidades y naciones.

Esto sugiere a los sectores comprometidos con proyectos de justicia y equidad que se debe estar preparado(a) para enfrentar los intentos por parte de los estados de reducir el alcance de los derechos humanos apelando a razones de seguridad, las cuales indudablemente se formularán como de seguridad estatal y ciudadana; será preciso enriquecer el discurso legitimador de los derechos humanos con el fin de resistir a una ofensiva discursiva que basa su potencia en invocar el terrorismo como razón suficiente para organizar acciones enmarcadas en un esquema maniqueo. No es fácil resistir a una ofensiva que puede rotular a aquel que se le oponga como aliado al "terrorismo", como defensor de una red terrorista o de grupos "subversivos", o como indiferente a las muertes causadas por éstos, etcétera. Habrá que inventar nuevas formas de decir que el compromiso con la vida es incompatible con el compromiso con la muerte, venga de donde venga, sea de Oriente o de Occidente, venga del fundamentalismo o del pluralismo. En suma, el principio de la solución quizás esté en el reconocimiento de la humanidad del otro más allá de los límites culturales, territoriales o de otro orden, aunque éste sea doloroso en principio, y entonces es posible que en vez de bombardeos, venganzas y guerras anunciadas, el diálogo y la voluntad de negociar sobre la base de la equidad y la justicia sean la norma para tratar nuestros antagonismos. •

É indiscutível a importância dos direitos humanos para os movimentos que lutam contra a exclusão, a pobreza e a violência. Na medida em que a "guerra ao terrorismo" for admitida como um método válido para os estados resolverem problemas de governabilidade e de sustentação econômica, em conivência com a definição de terrorismo proposta e imposta pelos Estados Unidos, viveremos o "terrorismo da guerra". Isso pode acarretar a perda de tudo o que foi conquistado no que se refere ao reconhecimento dos direitos humanos fundamentais.

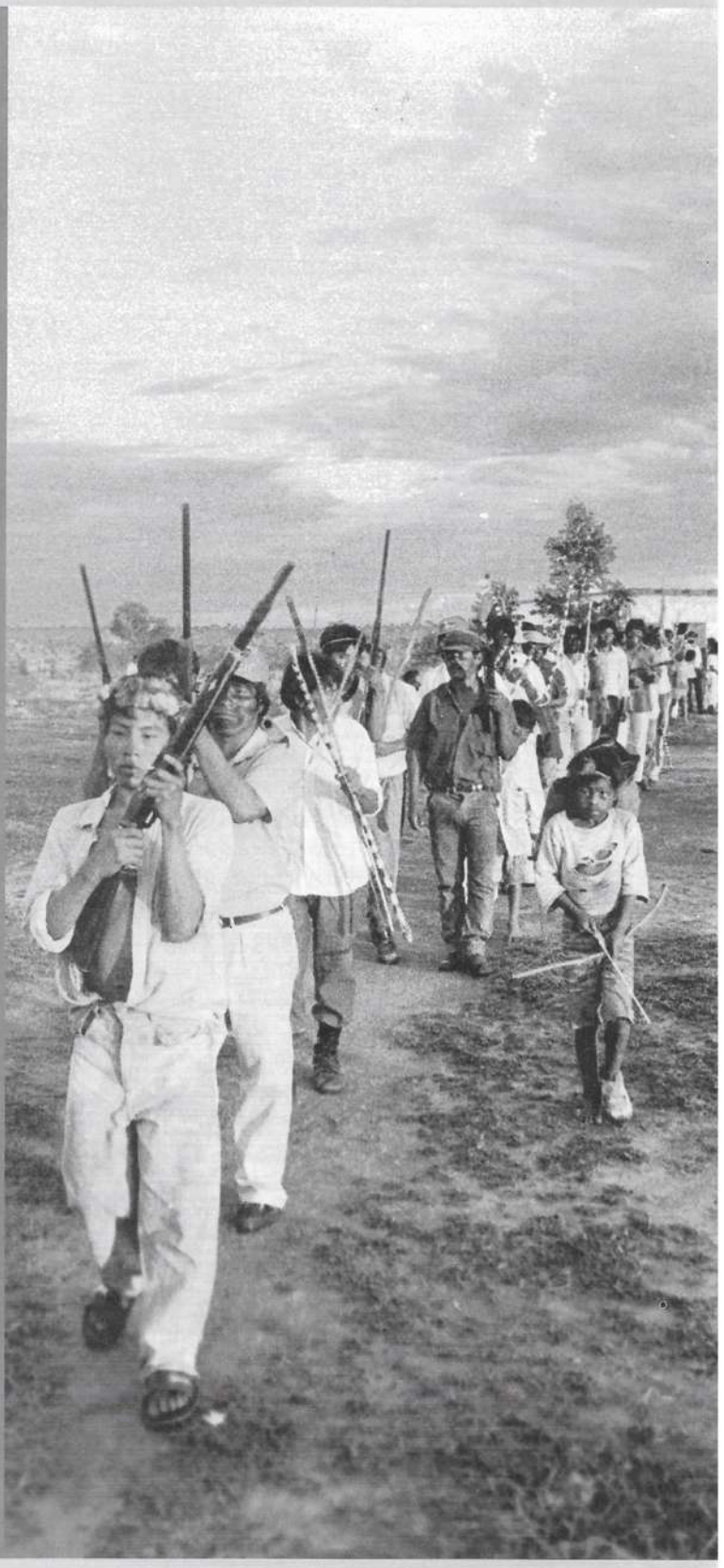


Foto João Ripper

Guerra do terror ou terror da guerra: riscos para os direitos humanos

Leopoldo Artiles Gil
República Dominicana

De forma paradoxal, a década dos oitenta foi, para América-Latina, uma década perdida no aspecto econômico, mas, no entanto, também de ganhos em termos políticos se considerarmos que foi nesse momento que os regimes autoritários e semi-autoritários começaram a ser substituídos por regimes democrático-representativos. Desta forma, dava-se início a um novo capítulo para o tema dos direitos humanos - violentados pontual e sistematicamente pelos governos autoritários - passaram a ser a coluna vertebral dos movimentos sociais e cidadãos que promoveram a democracia contra as ditaduras existentes. Além do mais, nesse período que culminou com a crise definitiva dos socialismos reais, experimentou-se uma ampla redefinição dos direitos humanos, que abrangia não só os direitos civis, políticos e sociais próprios da definição que cunhou o sociólogo britânico T.H. Marshall no século passado, mas também os direitos associados à dimensão de gênero (especificamente os vinculados às reivindicações femininas), à dimensão cultural (particularmente os direitos das comunidades indígenas e populações excluídas ou marginalizadas por causa da sua diferença) e os direitos ambientais (associados à conservação do ambiente que mantém a vida cidadã e comunitária).

O crítico cultural chileno e professor do Departamento de Espanhol e Português da Universidade de Minnesota, Hernán Vidal, tem muita razão ao afirmar que daquela época até o dia de hoje o recurso fundamental dos setores identificados com projetos de justiça social é a apelação a uma ampla agenda de direitos humanos, a fim de manter a luta contra a exclusão, a pobreza e a violência. Portanto, não existe dúvida nenhuma sobre a importância fundamental dos direitos humanos para os movimentos centrados na reivindicação dos direitos das

amplas maiorias latino-americanas.

NOVO CONTEXTO POLÍTICO, SOCIAL E ECONÔMICO E AS CONSEQUÊNCIAS PARA OS DIREITOS HUMANOS

Esta agenda enfrenta atualmente um grave desafio, desde 11 de setembro de 2001. Nos debates sobre a situação dos direitos humanos no meu país, República Dominicana, e suponho que não é diferente no resto da América-Latina, surge sempre a persistente impressão de que aquilo que é ganho no terreno político, social e econômico, não é para sempre. Essa impressão deriva da experiência que foi disseminada mundialmente, desde o início do ciclo denominado de "globalização", e que se caracteriza pelo gradativo deslocamento das responsabilidades do Estado com relação ao cidadão na esfera do mercado, produto de um novo alinhamento das forças econômicas e sociais a nível mundial, que veio acompanhado pela revitalização das antigas idéias liberal-conservadoras sobre a relação Estado-Sociedade e que receberam o nome genérico de "neoliberalismo". Os direitos sociais a que se referia Marshall (direito à educação, serviços de saúde, segurança social, salário mínimo, entre outros) foram os primeiros a serem afetados (é preciso debater em que grau foram afetados estes direitos porque, apesar do neoliberalismo ser uma corrente de efeitos globais, a sua incidência depende em grande medida das condições particulares em cada país, sendo a variável principal o grau de desenvolvimento em que se encontrava de cada país o Estado de Bem-Estar) por esta corrente neoliberal, depois de um longo período em que os mesmos foram considerados uma conquista permanente.

O bombardeio por parte da rede

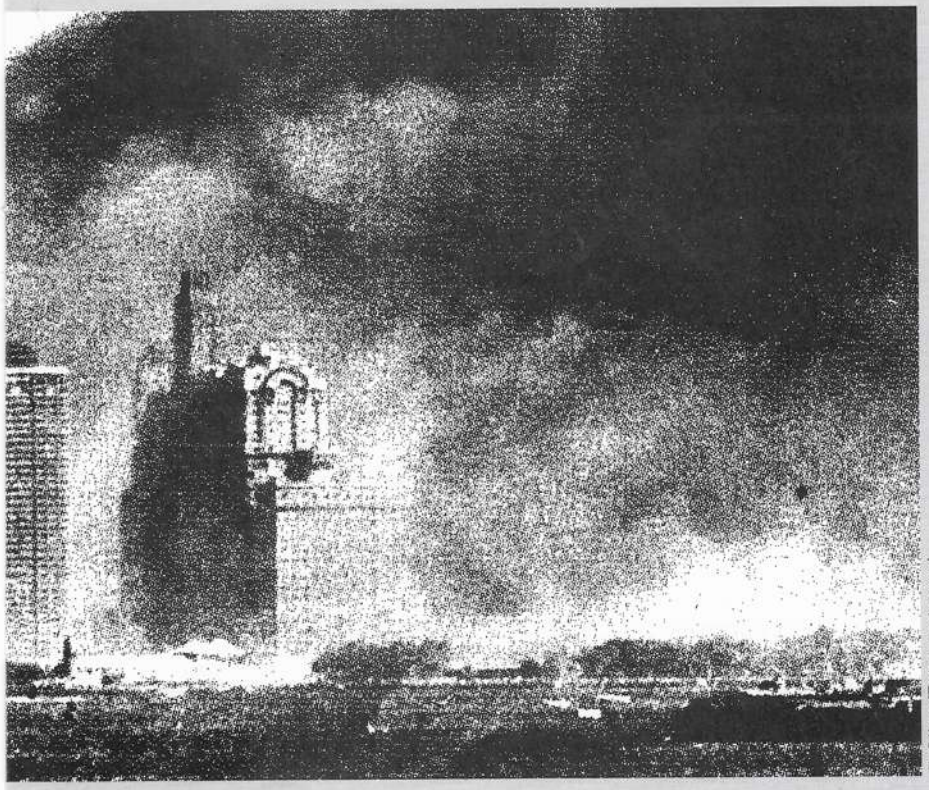
O estéril esforço militar investido na "caça" ao suposto líder da rede Al Quaida em território afegão, Osama Bin Laden, confere a ele e a estas características da rede uma certa aura de magia.



de Al Quaida às torres do Trade Center e ao Pentágono, utilizando aviões comerciais como armas, desencadeou um grande estado de ansiedade e de insegurança no mundo inteiro por ser o alvo desses ataques, de grande relevância: trata-se precisamente dos Estados Unidos de América, o maior centro de influência do mercado global capitalista pelas dimensões de sua demanda e da sua produção e não menor por sua relevância militar. Trata-se da única potência militar dominante, a que se convencionou chamar de "modelo de poder unipolar". Esta insegurança e esta ansiedade moveram o governo dos Estados Unidos, e junto com ele, quase todos os governos dentro da órbita de influência, a levar em conta o desconhecimento mesmo que parcial e provisório dos direitos cidadãos até mesmo dentro do seu território, uma vez que foi descoberta a ampla gama de vulnerabilidades existentes no seu sistema de segurança. Vulnerabilidades que o prestigiado economista norte-americano Paul Krugman ocupou-se de situar num artigo para o New York Times dias depois do ataque. Segundo Krugman, a pobre segurança dos aeroportos, que foi a chave para que tal operação fosse fatível, tem origem nos cortes que o Congresso fez no orçamento dos recursos destinados pelo Estado para esse fim - exigindo um projeto de privatização desse serviço - sob amplo domínio dos republicanos conservadores. O mesmo diagnóstico foi feito em outras áreas da segurança norte-americana.

LUTA CONTRA O "TERRORISMO"

Segundo o padrão de resposta do governo norte-americano frente a crises internacionais e ameaças à sua integridade territorial, é próprio deles a identificação do inimigo e a unificação da opinião pública em torno às ações a serem implementadas para enfrentá-lo. No entanto, o que distingue este novo inimigo de outros no passado é a sua ubiqüidade e invisibilidade. Não se trata de um exército frente ao qual pode-se desatar uma bem planejada guerra de movimentos. Trata-se de uma complexa rede que ainda ninguém consegue compreender nem descrever bem, com células aparentemente independentes, distribuídas pelo mundo e com fontes próprias de financiamento. E isto significa um desafio inédito para as forças norte-americanas e para as forças aliadas. O estéril esforço militar investido na "caça" ao suposto líder da rede Al Quaida em território afegão, Osama Bin Laden, confere a ele e a estas características da rede uma certa aura de magia. Tendo em vista que o elemento cultural–religioso é o traço diferenciador mais evidente dessa rede, e que o poder norte-americano possui contas pendentes com os países inimigos pertencentes ao mundo islã - mais precisamente com o Iraque- não deve surpreender que a administração do presidente Bush faça esforços para legitimar sua posição frente ao "terrorismo", planificando um ataque frontal contra o inimigo próximo visível, e que, por ser visível, o islã é também suspeito de ser aliado de Al Quaida - segundo a lógica colocada em prática - e que é, neste caso, o presidente iraquiano Saddam Hussein.



R.Oliva (Fotomontagem)

Nesses momentos, a opinião pública norte-americana debate as implicações deste plano (deve-se reconhecer uma virtude da democracia americana destes tempos: pelo menos, decisões como estas são debatidas publicamente, o que é incompatível com uma lógica militar pura) e o Congresso prepara-se para organizar as sessões de discussão, a partir das quais poderá dar

luz verde ou vermelha à proposta do Executivo de atacar o Iraque. Deve se destacar a delicadeza desta possível opção, pois com ela os Estados Unidos colocam em risco os seus vínculos com aliados árabes chaves. Se acrescenta-se a esta questão a grave situação do conflito palestino-israelita, compõe-se facilmente um dilema político-estratégico para a potência dominante numa área que, pela sua riqueza petrolífera, é essencial para a sua economia.

Os diversos graus de ansiedade e até mesmo de paranóia que realçam os contornos desta situação nos levam a considerar a dupla vertente do que se definiu institucionalmente como "luta contra o terrorismo". Por outra parte, o sociólogo argentino Eliseo Verón, num velho trabalho sobre a semântica da violência política publicado nos anos 70, advertia-nos sobre as implicações desapercebidas de termos como "terrorismo" ou "subversão" quando são utilizados pela maquinaria discursiva do poder estatal: despolitizam-se os sujeitos e as ações que, mesmo fora da política formal, possuem uma profunda raiz política situada no contexto de uma assimetria de poder que inabilita e nega a condição de "agente público" a sujeitos excluídos pela definição do jogo do poder estabelecido. Por isso, as ações do Estado contra os "terroristas" ou "subversivos" – mesmo tendo uma índole semelhante ou pior às atribuídas a estes últimos atentados, no sentido de que custam a vida de seres indefesos – violam os direitos cidadãos (e veja-se o paradoxo: afirma-se que tudo é em função da "segurança cidadã") e agridem as bases da confiança cidadã nas instituições destinadas a garantir os direitos humanos, tais como os organismos judiciais. Apesar de tudo isto, reitero, o poder estatal exerce - quando não questionado seriamente - o privilégio de

Não é fácil resistir a uma ofensiva que pode rotular, a aquele que se opõe como aliado ao "terrorismo", de defensor de uma rede terrorista ou de grupos "subversivos".

dar legitimidade a sua particular forma de terror. Além do mais, como pode ser comprovado pela experiência latino-americana em particular, os rótulos de "terrorista", "subversivo" ou "bandido", aplicados pelos estados ditatoriais ou autoritários a grupos dissidentes que utilizavam como método a luta armada e a guerrilha, são instrumentos que deslegitimam as ações que, em si mesmas, não podem ser definidas, por exemplo, como "terroristas". Pode-se discordar da luta armada como método, mas esta nunca foi e não é sinônimo de "terrorismo". À margem do problema da conveniência ou não de definir como terrorista a rede Al Quaida, fica claro que a definição estatal de certos agentes como terroristas é fundamentalmente uma estratégia discursiva dos estados para excluir, seguindo o argumento do Verón, determinados atores da dimensão da política, estratégia que, infelizmente, permanece até o dia de hoje.

Uma dimensão própria do fenômeno que discutimos neste momento é o seu caráter "global", pois os perigos implícitos nele em relação à situação dos direitos humanos é proporcional à capacidade que a potência dominante e os seus aliados possuam para envolverem o resto do mundo numa espécie de "estado de sítio" fraco, mas estado de sítio mesmo, que pode se fortificar segundo as circunstâncias, diminuindo o poder substantivo dos direitos humanos em todo o mundo. Estes perigos podem crescer ainda mais segundo a proporção dos padrões permanentes de desconhecimento dos direitos humanos em nações particularmente voltadas a estes, por causa de suas histórias de desrespeito àqueles. E isto pode acontecer mesmo tendo-se obtido uma grande conquista com o retorno da democracia representativa, como aconteceu na maioria das nações latino-americanas.

Como esta campanha está se desenvolvendo com uma mal disfarçada cumplicidade da mídia, na qual faltam vozes sensatas e ainda mais as críticas, a proposta norte-americana de emoldurar a luta "anti-terrorista" num esquema maniqueísta do tipo "Ocidente vs. Oriente", "Cristianismo vs. Islamismo" ou "Pluralismo vs. Fundamentalismo" ameaça com persuadir de forma efetiva a uma parte da população a renunciar aos seus direitos cidadãos em nome da paz. Isto nos aproximaria mais uma vez do argumento de Hobbes sobre a soberania do Leviatã: os sujeitos renunciariam às suas liberdades por medo da guerra e confeririam ao Leviatã potestade para instaurar a ordem. Hoje, faz-se evidente que alguns dos governos latino-americanos voltam-se à opção norte-americana. Unem-se à luta contra o terrorismo e incorrem nas suas implicações relacionadas com a limitação dos direitos humanos e



Foto João Ripper

cidadãos, por causa das concessões econômicas e comerciais que querem obter dos Estados Unidos, ou pelos próprios problemas de governabilidade internos que oferecem a oportunidade de implicar os Estados Unidos na solução armada dos mesmos. Isto, evidencia-se na mudança de atitude do governo norte-americano em relação à oferta de ajuda militar à Colômbia para combater a guerrilha e o narcotráfico.

TERRORISMO DA GUERRA

Tudo isto nos permite fechar o círculo que foi sugerido no questionamento que inicia este debate: na medida em que a "guerra contra o terrorismo" (lembremos o equívoco desta palavra em razão da sua história vinculada às estratégias do poder estatal) for admitida como um método válido para os nossos estados resolverem problemas de governabilidade e de sustentação econômica, em conivência com a definição de terrorismo proposta e imposta pelos Estados Unidos, viveremos o "terrorismo da guerra", e isto só pode significar perder tudo o que foi conquistado - pouco ou muito - em matéria de avanços no reconhecimento dos direitos humanos fundamentais que garantem a vida dos indivíduos, comunidades e nações.

Tudo isto sugere aos setores comprometidos com projetos de justiça e eqüidade que devem estar bem preparados(as) para enfrentar as tentativas por parte dos estados de reduzir a abrangência dos direitos humanos, apelando a razões de segurança que, sem dúvida nenhuma, serão formuladas como sendo de segurança estatal e cidadã. Será necessário enriquecer o discurso legitimador dos direitos humanos a fim de resistir a uma ofensiva discursiva que baseia a sua potência na invocação do terrorismo como uma razão suficiente para organizar ações entronizadas num esquema maniqueísta. Não é fácil resistir a uma ofensiva que pode rotular, a aquele que se opõe como aliado ao "terrorismo", de defensor de uma rede terrorista ou de grupos "subversivos", ou de indiferente pelas mortes causadas por eles. Deverão se inventar novas formas de dizer que o compromisso com a vida é incompatível com o compromisso com a morte, venha ele de onde vier, do Oriente ou do Ocidente, do fundamentalismo ou do pluralismo. Resumindo, o começo da solução talvez esteja no reconhecimento do "outro" além dos limites culturais, territoriais ou de outra ordem por parte da humanidade, mesmo que o começo seja doloroso. Só então, é possível que em lugar de bombardeios, vinganças e guerras anunciadas, o diálogo e a vontade de negociar sobre a base da eqüidade e a justiça sejam a norma para tratar nossos antagonismos. ●

idéias em rede

ideas en red

Foto João Ripper



Garotas em situação de rua saem de suas casas por motivos variados: violência intrafamiliar, maus-tratos, abuso sexual, etc. Elas geralmente acabam se envolvendo com as drogas e recorrendo à delinqüência, prostituição e mendicância. E ao chegarem na adolescência, tornam-se mães. Poucas entidades se envolvem com a problemática da mulher de rua, pois implica não só assistência a uma jovem, mas a uma família (seus filhos). Na Colômbia, centros sociais que prestam apoio a garotas e mulheres em situação de rua enfrentam dificuldades variadas nesse trabalho, mas vêm obtendo muitos êxitos.



Del frío a la ternura

Martha Garzón
Colombia

Una experiencia de trabajo con niñas y mujeres de la calle, víctimas de la violencia

La mujer ha sido siempre fuente de inspiración de poetas, pintores y compositores; pero también ha sido objeto de agresión, discriminación y sometimiento. Esto se ve en diferentes culturas donde existen sociedades machistas y en todos los niveles de la sociedad, en la política, en la ciencia, en la cultura, en la religión.

Si bien es cierto que en los últimos 30 ó 35 años, la mujer ha ganado un sitio en todos los campos y ha demostrado ser capaz de cumplir en cualquier labor, por difícil e importante que parezca, también es cierto que aún se le cierran muchas puertas y se pone en entredicho su capacidad e inteligencia y que aún su dignidad está por el suelo.

Si esto sucede en niveles sociales medios o altos, mucho más se puede afirmar de aquellas mujeres que por una u otra circunstancia de su vida, han tenido menos oportunidades para vivir, para estudiar, para trabajar, para amar, para ser feliz. Es decir, la mujer que, quizás desde muy temprana edad ha tenido que sobrevivir en la calle. En Colombia, como en muchos otros países, son muchas las niñas que desde temprana edad comienzan una lucha por la vida en las frías calles de las grandes ciudades.

Las niñas de la calle normalmente provienen de algún barrio marginado o de invasión. Dejan su hogar

desde muy pequeñas por diferentes circunstancias: violencia intrafamiliar, maltrato físico o psicológico, abuso sexual (padre, padrastro, tío, hermano, medio hermano o algún vecino), el hambre, la falta de cupo escolar, etc.

Generalmente provienen de familias con muchos problemas. Uno o ambos padres son alcohólicos o drogadictos. La madre ha convivido con dos o tres maridos, a veces, de cada uno de ellos ha tenido uno o dos hijos. A ella no le importa que sus anteriores hijos sean maltratados por el nuevo marido. Es más, en el momento de decidir entre los hijos y su marido, elige a este último. Así la niña y/o el niño se sienten expulsados de su hogar y deciden probar suerte en la calle, esperando encontrar una vida mejor.

En la calle, la vida se torna dura, difícil, violenta y llena de sufrimientos. Sin embargo se adaptan a ella porque creen tener más "libertad" que en su hogar y la encuentran como la única salida. Aprenden a sortear toda clase de dificultades, guiados por otros chicos y chicas quienes le enseñan a sobrevivir en ella. Cuando una niña se une a un "parche" o grupo callejero este se convierte en una especie de hermandad, pero al mismo tiempo, la niña puede ser sometida por este mismo grupo. Algunas niñas prefieren camuflarse, es decir, ocultar su feminidad o sexualidad, para así evitar el ultraje o maltrato, ya sea por parte de la policía o de los muchachos que encuentre en su camino. De esta manera se puede afirmar que desde pequeña, la niña se empieza a ver y a sentir anulada como mujer.

Estando ya en la calle empiezan los problemas de sobrevivencia. El hambre, el frío, la soledad, el desprecio de la gente comienza a golpear fuertemente. Entonces surge la

En la calle, la vida se torna dura, difícil, violenta y llena de sufrimientos. Sin embargo se adaptan a ella porque creen tener más "libertad" que en su hogar y la encuentran como la única salida.

única manera de evadir y superar tanto dolor. Entra de esa manera en el mundo de las drogas: la marihuana, el basuco, el pegante. Esto ayuda a que las noches sean menos duras en las frías calles de la gran ciudad. Pero de esta necesidad de evasión surge, entonces, la adicción y la esclavitud del consumo.

A partir de ahí el rebusque diario se hace más acuciante. No solamente necesita dinero para comer sino ante todo para la dosis de cada día. Esto lógicamente lleva a la delincuencia y al "rebusque" con el fin de poder satisfacer sus necesidades. Este rebusque consiste no sólo en el robo, sino en la prostitución, la mendicidad, el reciclaje. Todos estos "trabajos" tienen sus propios riesgos: la cárcel, la enfermedad, la contaminación, el rechazo social y hasta la muerte.

En la adolescencia la situación es más complicada teniendo en cuenta que esta niña empieza su transformación en mujer adulta y sus problemas se agudizan cuando aparece el primer embarazo. A los 15, 16 ó 17 años, y algunas a más temprana edad, comienzan su nueva situación como madres. Ellas realmente no saben cómo asumir su maternidad, nadie les ha enseñado lo que significa ser madre y la responsabilidad que se debe tener. Más aún, la mayoría no se ha sentido querida por su madre, antes bien,



Foto João Ripper

abandonada y despreciada. Para estas niñas, un embarazo es sólo una carga más pesada, un problema del que quieren liberarse como sea. Muchas veces tienen sus hijos en la calle porque no cuentan con ningún tipo de seguridad social y son rechazadas en los centros asistenciales. Por todo esto, la mayoría de las veces, los embarazos de estas chicas son de alto riesgo. A pesar de todas estas dificultades, muchas chicas a los 20 años ya han tenido 2 ó 3 hijos. Han muerto al tenerlos, o los han abandonado, o los tienen con ellas pero brindándoles las mínimas atenciones. Lo que ellas han recibido lo transmiten de igual manera.

Con estas mujeres es con las que me he encontrado durante mis últimos años y a las que hemos intentado ayudar para que se superen. En realidad, son muy pocas las entidades que quieren asumir la problemática de la mujer en la calle, por considerarlo muy complejo, difícil y costoso porque no sólo implica la asistencia, protección y formación de una joven, sino asumir también una familia (sus hijos).

La tarea comienza con la acogida a estas chicas de la calle. Ellas llegan en muy malas condiciones físicas, psicológicas y sociológicas. También tienen un alto grado de desnutrición y una fuerte adicción

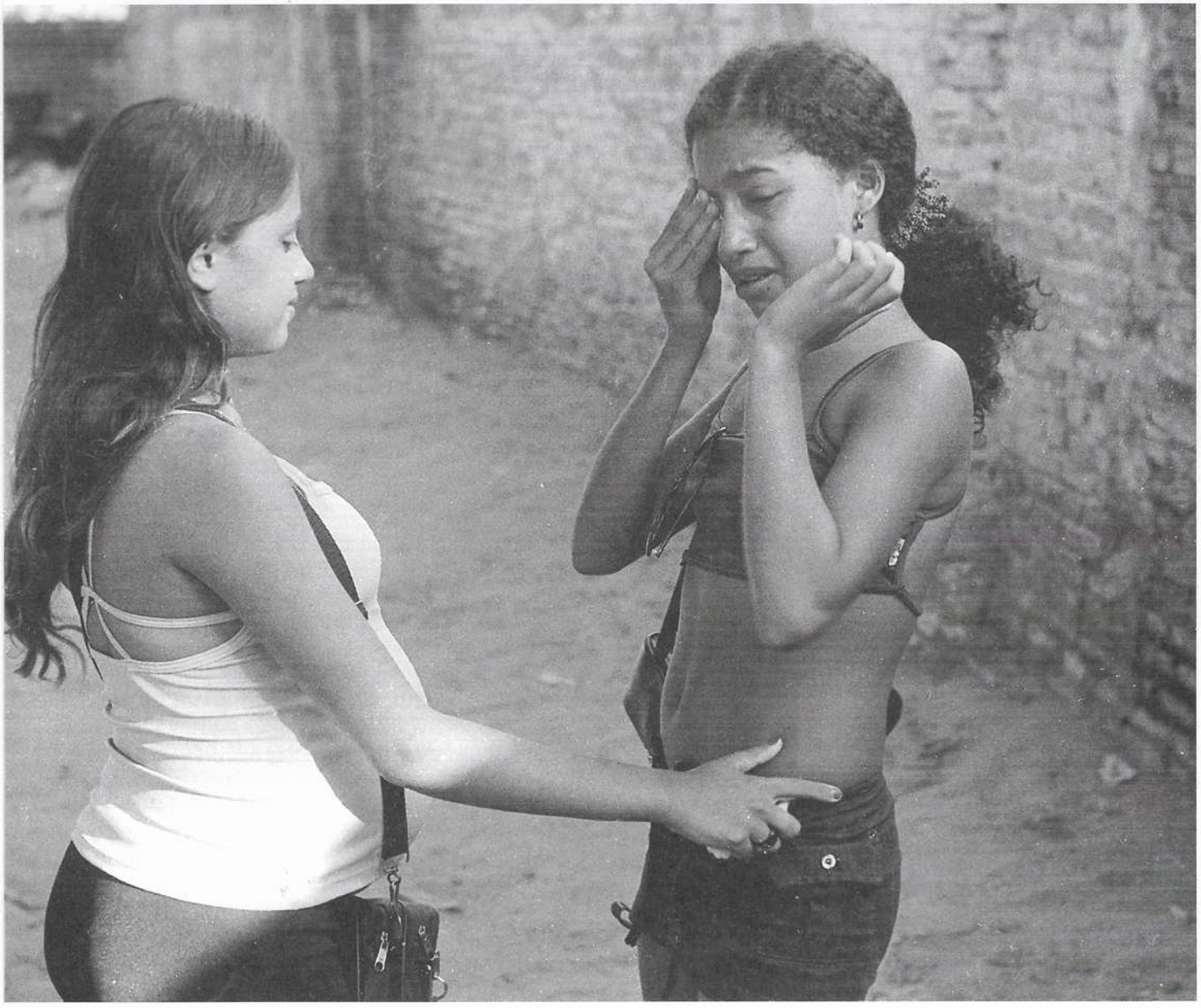




Foto João Ripper

a las drogas. Las enfermedades de transmisión sexual son inevitables. El proceso se inicia con acogerlas así como son. Se les acoge ofreciéndoles una buena alimentación, posibilidad de aseo personal y atención médica. Este primer contacto es gratuito. No se les pide nada a cambio. Más aún es necesario hacerles sentir que en ningún momento se les va a privar de su libertad. Es interesante anotar que el ser humano es un ser llamado a la libertad. El poder autodirigirse (aunque a veces no se sepa hacerlo) es más fuerte que el recibir cosas materiales. En ningún momento ellas cambian su libertad por algo de comida o un techo para dormir.

Poco a poco y con gran dosis de paciencia estas chicas empiezan a sentirse acogidas, valoradas y respetadas en el Centro de atención. Comienzan a tener un mínimo de parámetros que les ayudan a organizarse. Saben que tienen que llegar a una hora determinada para que se les de comida. No se les impone, pero se les explica como al cerrar el comedor ya no queda nada para ellas. Esa libertad de la que antes hablábamos, también necesita un mínimo de parámetros y es lo que se les intenta enseñar a través de horarios para comida, para abrir y cerrar el centro y que ellas puedan tomar una ducha o dormir en una cama confortable.

A las chicas que llegan con hijos se les ofrece la oportunidad de un dormitorio para mamás, una sala cuna para los bebés y la posibilidad de alimentarlos y bañarlos allí. Este proceso tan simple pero tan necesario, puede durar una, dos, tres semanas y para algunas, meses y años. Ganar la confianza de las personas y lograr que valoren la ayuda que se les brinda es una tarea que puede durar casi toda la vida. Lo que se ha des-

truido en los primeros años de vida, necesita de mucho tiempo para superarse.

Cuando las chicas han comenzado a ir de manera regular al centro se les hace la oferta de capacitación. Se les ofrece alfabetización y cursos de manualidades. Todos estos cursos siguen siendo espacios para ganar su confianza, para recuperar su alegría por vivir, para mostrarles otras posibilidades de convivencia. No faltan los problemas en esta etapa. La inconstancia, la rivalidad entre ellas y hasta las malas actitudes frente a las personas que les están prestando esta ayuda. Alguna vez se puede presentar una agresión verbal o un pequeño robo dentro de las instalaciones del centro.

Es muy importante reconocer como, a pesar de esas dificultades, muchas chicas van superándose. A las que manifiestan estos deseos se les ayuda a insertarse en el mundo laboral. Lo primero es capacitarlas para un oficio concreto, por pequeño que sea, y acompañarlas en el proceso de cumplir horarios, de tener responsabilidad, de manejar el dinero que van ganando con ese trabajo.

El poder autofinanciarse, así sea en pequeñas cosas, como comprar los elementos de aseo o algunos comestibles, les devuelve la dignidad y la seguridad personal. A partir de aquí ya comienza todo un proceso paulatino de independencia del centro. Se les ayuda a arrendar una habitación para que puedan vivir independiente y se les acompaña en su compromiso laboral. Este aspecto es muy importante. Mientras ellas tengan un salario fijo, podrán cumplir con los compromisos adquiridos. Sin ese ingreso rápidamente volverían a la calle.

Junto a esta primera solución de sus problemas básicos se les ayuda a recuperar su ciudadanía.

Por buenos deseos que ellas tengan, su estado de drogadicción, sus compañeros de parche, su incapacidad para autocontrolarse las hace volver atrás muchas veces.

La mayoría de estas chicas no cuentan con un documento de identidad. Se les acompaña entonces a conseguirlo para ellas y sus hijos. Así mismo se les acompaña a vincularse a la seguridad social y se les enseñan sus derechos y deberes como ciudadanas.

Todo este proceso es un camino de ida y vuelta. Es decir, se tiene que tener mucha paciencia, tolerancia y acogida para que las chicas sean capaces de empezar el proceso varias veces. Por buenos deseos que ellas tengan, su estado de drogadicción, sus compañeros de parche, su incapacidad para autocontrolarse las hace volver atrás muchas veces. Sin embargo, llega un momento que parece que se produce un paso adelante que ya no volverá nunca atrás: han recuperado la dignidad y la autoestima y aunque saben que les esperan muchos trabajos, empiezan a soñar y luchar por un futuro mejor. En esta carrera muchas lo han conseguido y esta es la fuerza que impulsa el trabajo de los que dedicamos nuestra vida a la recuperación de estas niñas y mujeres de la calle.

Las chicas que llegan embarazadas necesitan un doble acompañamiento: para ellas y para sus hijos. A nivel de salud y nutrición es urgente brindarles todas las ayudas posibles. La atención médica se hace urgente porque de hecho la mayoría ya llegan con un diagnóstico de embarazo de alto riesgo. Se les tiene que enseñar a desear a sus hijos. A cuidarlos. A amarlos. Cuando esto se consigue, hay una gran parte del proceso de superación alcanzado. Ya ellas encuentran una razón por quién vivir, para quién trabajar. Sus hijos se convierten en su estímulo y fuerza para superarse. Quieren ofrecerles algo más de lo que ellas tuvieron. Comienzan a transformar el frío de la calle que las acogió cuando ellas eran niñas, en ternura cálida para sus hijos.

Para las personas que trabajamos en este centro, siempre nos resulta poco lo que hacemos porque las necesidades nos superan y los recursos cada día son más escasos. Pero no renunciamos a este empeño. Hemos sido testigos de la superación de muchas de ellas. De la calle han pasado a tener su casa propia, una educación básica y lo más importante, son capaces de ofrecer una vida mucho más digna a sus hijos. La recuperación de la autoestima y el sentirse amadas y valoradas las ha hecho mujeres distintas.

Trabajar por la dignidad de la mujer, de toda mujer por insignificante que parezca, es una tarea y una responsabilidad que no podemos descuidar. Toda mujer es portadora de vida y cuidar la vida y defenderla es un compromiso ineludible. En Colombia tenemos muchos desafíos, pero el trabajar por la niñas de la calle es imprescindible para asegurar una presencia digna de la mujer en la sociedad. •



Montagem sobre foto de João Ripper

Si partimos de una perspectiva etnocéntrica, veremos que siempre incluimos en el "nosotros" a todos aquellos que tienen hábitos de vida, valores, estilos y visiones del mundo que se corresponden con los nuestros y que los refuerzan. Los "otros" son los que se encuentran enfrentados con esta manera de situarnos en el mundo.

La Educación en Derechos Humanos debe luchar por la igualdad y por el reconocimiento de las diferencias, debe poner en cuestionamiento "las comprensiones tácitas" presentes en los procesos educacionales, debe promover experiencias de interacción sistemática con los "otros", formar sujetos conscientes y comprometidos y favorecer procesos de "empoderamiento".

Nós e os outros: desafios para a educação em Direitos Humanos

Vera Maria Candau
Rio de Janeiro - Brasil

O atual contexto internacional, marcado com força pelas conseqüências do 11 de setembro de 2001, certamente não constitui um cenário propício à afirmação de uma cultura dos direitos humanos, ao reconhecimento da diversidade cultural e dos "outros".

O documento final da recente Conferência Regional sobre Educação em Direitos Humanos na América Latina e Caribe, promovida pelo Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU e pela UNESCO, realizada no México de 28 de novembro ao primeiro de dezembro de 2001, afirma:

"Esta Conferência expressa sua preocupação porque no momento presente o exercício dos Direitos Humanos pode ser subordinado a políticas de segurança nacional, assim como pelo fato de se ter produzido uma imobilidade em relação a apoiar agendas para avançar nos direitos humanos, concretamente as relativas às recomendações da Conferência de Durban".

Globalização, políticas neoliberais, segurança global são realidades que estão acentuando a exclusão, em suas diferentes formas e manifestações. No entanto, esta não é uma realidade que afeta igualmente a todos os grupos sociais e culturais, nem a todos os países e, dentro de cada país, às diferentes regiões e pessoas. São os considerados "diferentes", aqueles que por suas características sociais e/ou étnicas, por não se adequarem a uma sociedade cada vez mais marcada pela competitividade e pela lógica do mercado, os "perdedores", os "descartáveis", que vêm cada dia negado a sua cidadania.

Esta é uma questão difícil. Em geral temos muita dificuldade de lidar com as diferenças. A sociedade está informada por uma visão cultural hegemônica de caráter monocultural. Especialmente a educação está muito marcada por esse caráter monocultural. O "outro" nos ameaça, confronta e nos situamos em relação a ele de modo hierarquizado, como superiores ou inferiores. Muitas vezes não respeitamos o "outro", ele é negado, destruído, eliminado, algumas vezes fisicamente e outras no imaginário coletivo, no âmbito simbólico. Taylor, em recente artigo afirma com força: "compreender o outro" será o maior desafio social do século 21".(2002:14)

QUEM SÃO OS "OUTROS"?

As relações entre "nós" e os "outros" estão carregadas de dramaticidade e ambigüidade. Em sociedades em que a consciência das diferenças se faz cada vez mais fortes, reveste-se de especial importância aprofundarmos em questões como: Quem incluímos na categoria "nós"? Quem são os "outros"?

Estes são temas fundamentais que estamos desafiados a trabalhar nas relações sociais e, particularmente, na educação. Nossa maneira de situar-nos em relação a eles tende, "naturalmente", isto é, está construída, a partir de uma perspec-

tiva etnocêntrica. Incluímos no "nós", todas aquelas pessoas e grupos sociais que são semelhantes ao nosso, que têm hábitos de vida, valores, estilos, visões de mundo que se aproximam do nosso e o reforçam. Os "outros" são os que se confrontam com esta maneira de situar-nos no mundo por sua classe social, etnia, religião, valores, tradições, etc.

Scliar e Duschatzky (2001) distinguem três perspectivas que têm configurado os imaginários sociais sobre a alteridade.

A primeira, *"o outro como fonte de todo o mal"*, segundo os autores, marcou predominantemente as relações sociais durante o século XX e pode se revestir de diferentes formas, desde a eliminação física do outro à coação interna mediante a regulação de costumes e moralidades.

"O outro diferente funciona como o depositário de todos os males, como o portador das falhas sociais. Este tipo de pensamento supõe que a pobreza é do pobre; a violência, do violento; o problema de aprendizagem, do aluno; a deficiência, do deficiente; e a exclusão, do excluído". (p.124)

Neste modo de situar-nos diante do "outro", se assume uma visão binária e dicotômica. Uns são os bons, os verdadeiros, os autênticos, os civilizados, os cultos, os defensores da liberdade e da paz. Os "outros" são maus, falsos, bárbaros, ignorantes e terroristas. Se nos situamos nos primeiros, o que temos de fazer é eliminar, neutralizar, dominar ou subjugar o "outro". Caso nos sintamos representados como integrantes do pólo oposto, ou internalizamos a nossa "maldade" e nos deixamos "salvar", passando para o lado dos "bons" ou nos confrontamos violentamente com estes.

Infelizmente assistimos no momento atual um revigoramento desta lógica que tanta violência, genocídio, destruição e dominação tem provocado na história da humanidade.

Também na educação esta perspectiva tem se traduzido de diferentes maneiras, algumas mais sutis e outras mais explícitas. Está presente quando o fracasso escolar é atribuído a características sociais ou étnicas dos/as alunos/as; quando diferenciamos os tipos de escolas segundo a origem dos alunos e alunas, considerando que uns são melhores que os outros, têm maior potencial e para se desenvolver uma educação de qualidade não podem se misturar com sujeitos de menor potencial; quando como professores nos situamos diante dos/as alunos/as a partir de estereótipos e expectativas diferenciadas segundo a origem social e as características culturais dos grupos de referência; quando valorizamos exclusivamente o racional e desvalorizamos os aspectos emocionais presentes nos processos educacionais; quando privilegiamos somente a comunicação verbal, desconsiderando outras formas de comunicação humana como a corporal, a arte, etc.

Os *"outros como sujeitos plenos de uma marca cultural"* constitui a segunda perspectiva. Trata-se de uma afirmação que parte de uma concepção de cultura em que esta representa uma comunidade homogênea de crenças e estilos de vida. A radicalização desta visão levaria a encerrar a alteridade na pura diferença. As diferenças são essencializadas.

Na área da educação pode revestir-se de três principais manifestações: a primeira está constituída por uma entrada folclórica, caracterizada por um percurso turístico de costumes, e escolarizada que converte a diversidade cultural numa série de eventos que aumenta a lista dos festejos escolar; a segunda é aquela que reduz a diversidade ao "déficit" e a refere aos sujeitos "com necessidades especiais" e a terceira toma forma de reivindicação da especificidade local como "retórica legitimadora da autonomia institucional". (p. 131)

Quanto à expressão *"o outro*

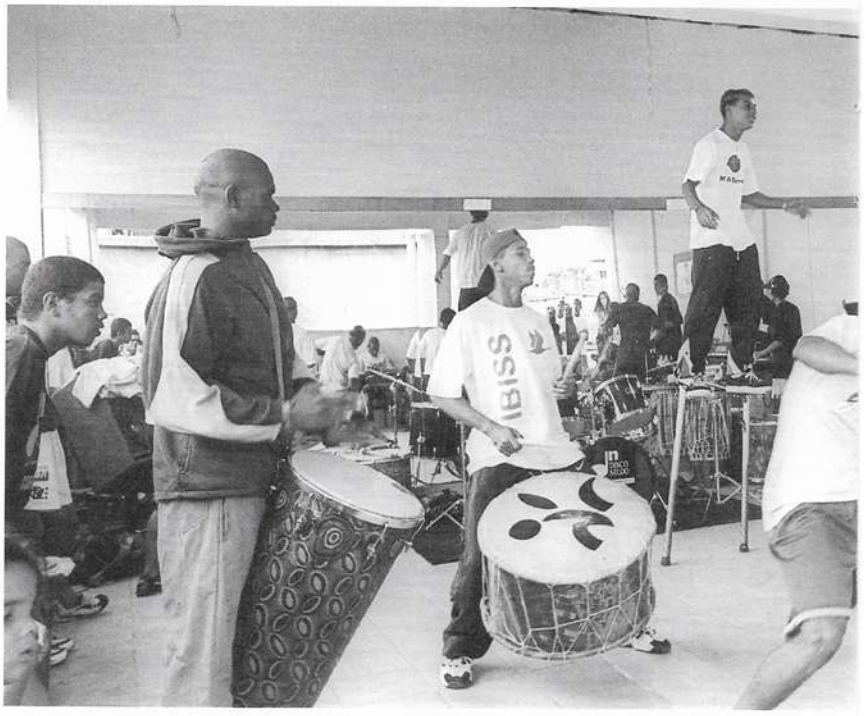


Foto João Ripper

como alguém a tolerar", que explicita a terceira perspectiva, convida a admitir a existência de diferenças, mas assume toda a ambigüidade inerente ao próprio conceito de tolerância. Para os autores, *"a tolerância não põe em questão um melo social de exclusão; quando muito, ela trata de ampliar as regras de urbanidade com a recomendação de tolerar o que é perturbador."* (p136).

No campo da educação, a tolerância pode instalar-nos no pensamento débil, evitar que examinemos e tomemos posição em relação aos valores que dominam a cultura contemporânea, fazer-nos evitar polemizar, assumir a conciliação e evitar questionar a "ordem" como comportamentos a serem cultivados.

A QUESTÃO DA DIFERENÇA E A EDUCAÇÃO EM DIRETOS HUMANOS

Como podemos educar em Direitos Humanos, articulando igualdade e diferença? Esta é uma questão fundamental no momento atual.

É importante promover processos educacionais que permitam que identifiquemos e desconstruamos nossas suposições, em geral implícitas, que não nos permitem uma aproximação aberta à realidade dos "outros".



Para alguns a construção da democracia tem que colocar a ênfase nas questões relativas à igualdade e, portanto, eliminar ou relativizar as diferenças. Existem também posições que defendem um multiculturalismo radical, com tal ênfase na diferença, que a igualdade fica em um segundo plano.

No entanto, o problema não é afirmar um pólo e negar o outro, mas sim termos uma visão dialética da relação entre igualdade e diferença. A igualdade não está oposta à diferença e sim à desigualdade. Diferença não se opõe à igualdade e sim à padronização, à produção em série, a tudo o "mesmo", à "mesmice".

O que estamos querendo trabalhar é, ao mesmo tempo, negar a padronização e também lutar contra todas as formas de desigualdade presentes na nossa sociedade. Nem padronização nem desigualdade. E sim, lutar pela igualdade e pelo reconhecimento das diferenças. A igualdade que queremos construir assume a promoção dos direitos básicos de todos e todas. No entanto, esses todos não são padronizados, não são os "mesmos". Têm que ter as suas diferenças reconhecidas como elemento de construção da igualdade.

Nesta perspectiva, a educação em Direitos Humanos deverá acentuar no atual contexto alguns aspectos que consideramos fundamentais:

- **Questionar as "compreensões tácitas" presentes nos processo educacionais**

Segundo Taylor (2002) nosso sentido tácito da condição humana pode bloquear nossa compreensão dos "outros". Portanto, é importante promover processos educacionais que permitam que identifiquemos e desconstruamos nossas suposições, em geral implícitas, que não nos permitem uma aproximação aberta à realidade dos "outros";

- **Promover experiências de interação sistemática com os "outros"**

Para sermos capazes de relativizar nossa própria maneira de situar-nos diante do mundo e atribuir-lhe sentido é necessário que experimentemos uma intensa interação com diferentes modos de viver e expressar-se. Não se trata de momentos pontuais mas da capacidade de desenvolver projetos que suponham uma dinâmica sistemática de diálogo e construção conjunta entre diferentes pessoas e/ou grupos de diversas procedências sociais, étnicas, religiosas, culturais, etc.. Exige romper toda tendência à guetificação presente também nas escolas e supõe um grande desafio para à educação.



Foto João Ripper

- **Formar sujeitos de direito**

A maior parte dos cidadãos latino-americanos têm pouca consciência de que são sujeitos de direito. As pessoas, por ter a cultura brasileira e dos demais países latino-americanos, um caráter paternalista e autoritário, acham que os direitos são dádivas. Os processos de educação em Direitos Humanos devem começar por favorecer processos de formação de sujeitos de direito, a nível pessoal e coletivo, que articulem as dimensões ética, político-social e as práticas concretas. Trata-se de favorecer o reconhecimento de si mesmo como sujeito de direito e, ao mesmo tempo, do reconhecimento do "outro" também como sujeito de direito.

- **Favorecer processos de "empoderamento"**

Principalmente orientados aos atores sociais que historicamente tiveram menos poder na sociedade, ou seja menos capacidade de influir nas decisões e nos processos coletivos. O "empoderamento" começa por liberar a possibilidade, o poder, a potência que cada pessoa tem para que ela possa ser sujeito de sua vida e ator social. O "empoderamento" tem também uma dimensão coletiva, trabalha com grupos sociais minoritários, discriminados, marginalizados, etc., favorecendo sua organização e participação ativa na sociedade civil.

As relações entre direitos humanos, diferenças culturais e educação nos colocam no horizonte da afirmação da dignidade humana num mundo que parece não ter mais esta convicção como referência radical. Neste sentido, trata-se de afirmar uma perspectiva alternativa e contra-hegemônica de construção social e política.

Estas palavras do sub-comandante Marcos (2001), poéticas e militantes, são especialmente estimulantes para as nossas buscas cotidianas, pessoais e coletivas:

"A Dignidade exige que sejamos nós mesmos.
Mas a Dignidade não é somente que sejamos nós mesmos.
Para que haja Dignidade é necessário o outro.
E o outro só é outro na relação conosco.
A Dignidade é então um olhar.
Um olhar a nós mesmos que também se dirige ao outro olhando-se e olhando-nos.
A Dignidade é então reconhecimento e respeito.
Reconhecimento do que somos e respeito a isto que somos, sim, mas também reconhecimento do que é o outro e respeito ao que ele é.
A Dignidade então é ponte e olhar e reconhecimento e respeito.
Então a Dignidade é o amanhã.
Mas o amanhã não pode ser se não é para todos, para os que somos nós e para os que são outros.

A Dignidade é então uma casa que nos inclui e inclui o outro.
A Dignidade é então uma casa de um só andar, onde nós e o outro temos nosso próprio lugar, isto e não outra coisa é a vida, e a própria casa.
Então a Dignidade deveria ser o mundo, um mundo que tenha lugar para muitos mundos.
A Dignidade então ainda não é.
Então a Dignidade está por ser.
A Dignidade então é lutar para que a Dignidade seja finalmente o mundo.
Um mundo onde que haja lugar para todos os mundos.
Então a Dignidade é e está por construir.
É um caminho a percorrer.
A Dignidade é o amanhã."

Esse nos parece ser o grande desafio do momento atual da humanidade. Um mundo onde parece que só uns têm lugar. *"A Dignidade é um caminho a percorrer. A Dignidade é o amanhã".* ●

MARCOS (sub-comandante) La Marcha del color de la tierra. (comunicados, cartas y mensajes del Ejército Zapatista de la Liberación Nacional del 2000 al 2 de abril del 2001). México, rizoma, 2001.

ONU / UNESCO. Declaración de México sobre Educación en Derechos Humanos en América Latina y el Caribe. Ciudad de México, diciembre, 2001.

SKLIAR, C. E DUSCHATZKY, S. O nome dos outros. Narrando a alteridade na cultura e na educação; In: Larrosa, J. e Skliar, C. Habitantes de Babel Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

TAYLOR, C. A distorção objetiva das culturas. Caderno MAIS. Folha de S. Paulo. 11 de agosto de 2001.

VIOLÊNCIA E MEIOS DE COMUNICAÇÃO

Uma Entrevista com Muniz Sodré

Claudio Marques

Muitos afirmam que os meios de comunicação promovem a violência. Qual a sua posição sobre isso?

Em todas as pesquisas realizadas nos Estados Unidos, nunca houve uma conclusão direta sobre a relação entre violência na mídia e comportamento violento real. Até porque não se faz uma relação de causa e efeito entre uma coisa e outra. O universo midiático constitui uma outra forma de vida, que eu chamo de bios. É uma outra esfera existencial, ao lado das formas e esferas em que você se move quando se constitui como cidadão na polis, na cidade organizada. O conjunto da mídia constitui uma bios orquestrada com o comércio e os negócios. Não é que a mídia seja transmissora de informações: a mídia é uma forma de vida, com outro tipo de costume, outro tipo de hábito. Isso tem conseqüências importantes para a avaliação dos efeitos da mídia sobre a vida das pessoas. Se eu empurro você, que está aqui perto de mim, você recua e pode me empurrar de volta, pois nós estamos em um mundo de coisas concretas. Se alguém na mídia lhe der um empurrão, você não se move do lugar. Pode haver uma imensa simulação de empurrão, mas não lhe toca, você está sempre seguro. A realidade da mídia é espectral, é fantasmática, mas é uma realidade. Ver um comportamento violento na mídia e repetir isso no mundo real não é garantia de causa e efeito. Tem-se primeiro que entender o que é violência, o que é mídia, para poder estabelecer que relação existe entre ver a violência e praticar a violência. Eu diria que o principal efeito claro da mídia no que diz respeito a isso é a banalização da violência. Se ela efetivamente provoca ações reais, eu pessoalmente não acredito. A violência na ficção é percebida por todos como um recurso, um truque da narração. É uma maneira de economizar palavras. Você tem o bandido que representa o mal. Vem o herói e dá um murro na cara do bandido, ou dá um tiro. O bandido morre ou é preso. Você economizou duas horas de papo sobre o bem e o mal. Um murro, ou um tiro, é uma figura de economia semiótica. Há um certo gozo, um certo prazer em quem vê, porque é uma maneira simples e direta de se resolver problemas complicados. Eu não creio que haja uma relação direta entre mídia e violência, mas uma relação indireta há. O primeiro elemento dessa relação indireta é a banalização da violência.

Os meios de comunicação poderiam contribuir na construção de uma cultura de paz?

Sem dúvida, poderiam. Creio que meios de comunicação formativos, voltados para temas formadores de cidadania e solidariedade, poderiam resultar em um outro tipo de comportamento, um outro tipo de efeito. A mídia pode ser formadora. Não é no conteúdo político ou intelectual que ela influencia, mas na esfera dos hábitos, dos costumes. Você adere à mídia mais emocionalmente, sensorialmente, do que argumentativamente, racionalmente. Quando você ouve uma música, não importa se aquela canção faz muito sentido. Quando ela termina, você assimilou uns blocos de frases, mas a perfeição do verso e a beleza da melodia lhe prendem mais. O que você quer com a música é um híbrido de palavra e de som para poder acompanhar. Você quer prazer. A mídia tem a ver com isso, ela passa por cima da questão da significação. O que importa é criar aquele envelope sensorial onde você entra. Se esse envelope tem mais a ver com a paz e solidariedade do que com a violência, então seu envelope corporal vai ser mais pacífico. Você pode cultivar hábitos de paz em vez de violência.

idéias em rede
ideas en red

Qual é a relação entre violência e religião? Muitos defendem que os responsáveis pelos atentados de 11 de setembro são fundamentalistas muçulmanos que, em nome da sua fé, liderariam uma "guerra santa" contra os norte-americanos. Por outro lado, George Bush afirma que Deus apóia a guerra contra os talibãs e o Afeganistão. Na verdade, o terrorismo é fruto e conseqüência do sistema neoliberal. Torna-se cada vez mais necessário que os seguidores das diferentes religiões assumam um compromisso com a paz e a defesa da vida. O Deus utilizado como suporte para acabar com a vida não pode ser o Deus verdadeiro.



Foto TDC Imaginatta

Religión, violencia y construcción de la cultura de la Paz

Franklyn Pimentel Torres
República Dominicana

Los sucesos acaecidos en Estados Unidos el 11 de Septiembre del 2001 han hecho pensar a mucha gente sobre las causas y el origen de la violencia que está presente en nuestro país, en América Latina, y en este mundo neoliberal mundializado. De hecho la violencia la encontramos a todos los niveles: familia, comunidad, países, continentes.

Es importarte que nos preguntemos sobre la relación que puede existir entre violencia y religión. Mucha gente piensa que detrás de los atentados del 11 de Septiembre, ocurridos en los Estados Unidos, pueden estar fundamentalistas musulmanes, quienes, en nombre de su fe, están librando una "guerra santa" en contra de los infieles norteamericanos. Por otro lado, el presidente George Bush ha dicho que en este conflicto "Dios no es neutral"; es decir, que está de su parte, apoyando la guerra contra los talibanes y el pueblo de Afganistán.

En este artículo queremos entender la paz y la cultura de la paz, en el sentido como lo entendía el Antiguo Testamento. La palabra hebrea (Shalom) que solemos traducir por "paz", es en realidad tan rica que resulta casi intraducible a nuestra lengua. Deriva de una palabra (Shalam: estar acabado, completo, perfecto) que designa una situación de plenitud, felicidad, salvación).

EL DESARME DE LOS ARSENALES

Al acabar la Segunda Guerra Mundial, Estados Unidos pensó que su monopolio de las armas nucleares disuadiría a cualquier otro país de iniciar una nueva guerra, pero la ilusión se vino abajo en seguida: la URSS, comprendiendo la trascendencia de esas armas, se hizo con ellas apenas cuatro años después. Hoy los arsenales de las grandes potencias almacenan más de 60.000 bombas nucleares, equivalentes a cuatro toneladas de explosivo por cada habitante del planeta.

Es imprevisible adónde nos llevará la carrera de armamentos. Todo eso sin considerar el escándalo que

supone gastar más de un millón de dólares a cada minuto en la carrera de armamentos, ante los ojos de una humanidad hambrienta. Un solo tanque moderno equivale al presupuesto anual de la FAO (Organización de las Naciones Unidas para la agricultura y la alimentación).

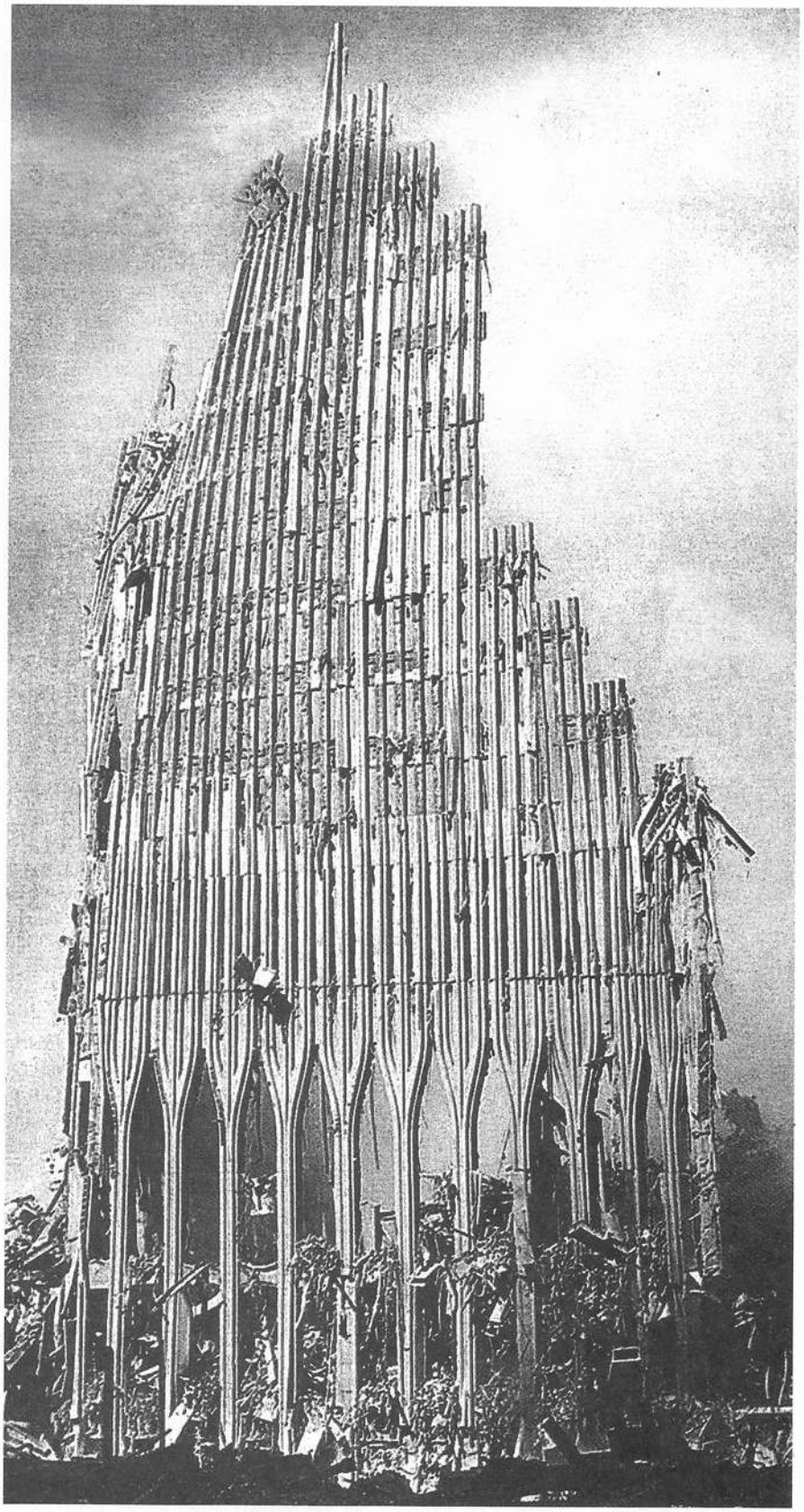
Coincidiendo con el planteamiento de los participantes en el concilio Vaticano II es necesario seguir proclamando que "La carrera de armamentos es la plaga más grave de la humanidad y perjudica a los pobres de manera intolerable"[1]. Por eso se hace necesario que las y los cristianos, junto a las mujeres y hombres de buena voluntad, luchemos a favor de una "reducción de armamentos, no unilateral, sino simultánea, de mutuo acuerdo, con auténticas y eficaces garantías"[2].

EL DESARME DE LOS ESPÍRITUS Y LA CREACIÓN DE LA CONCIENCIA DE LA PAZ

Alguien dijo que 1987 fue el año en que dejamos de vivir peligrosamente, dado que entonces se inició, de mutuo acuerdo, la "carrera del desarme". En realidad, aunque debamos alegrarnos por lo conseguido, no hay que lanzar las campanas al vuelo. Por mucho que progresen las conversaciones, el desarme no pasará de ser una medida superficial, dado que no toca la raíz del problema.

Mientras existan motivos para los conflictos, y los seres humanos tengan un espíritu violento, existirá el riesgo de volver a la política armamentista y, en definitiva, a la guerra. Por eso afirmó Juan XXIII que la paz es imposible "si este desarme no es absolutamente completo y llega hasta las mismas conciencias"[3].

Esa toma de conciencia debe llevarnos a poner antes a la persona que a las cosas, poner el ser antes



R.Oliva (Fotomontagem)

que el tener. Como muy bien señaló el escritor Erich From: "Mientras una nación esté compuesta de ciudadanos y ciudadanas cuya principal motivación sea tener y codiciar, no podrán evitarse las guerras. Necesariamente codiciará lo que tenga otra nación, e intentará obtener lo que desea mediante la guerra, la presión económica o las amenazas. Se valdrá de estos procedimientos primero contra las naciones más débiles y formará alianzas que sean más fuertes que la nación que pretende atacar (...) La paz como estado de relaciones armoniosas duraderas entre las naciones sólo se logra cuando la estructura del tener se ve reemplazada por la estructura del ser. La idea de que se puede fomentar la paz mientras se alientan los esfuerzos de posesión y lucro, es una ilusión peligrosa"[4].

COMBATIR LAS CAUSAS DEL TERRORISMO

Una de las formas de violencia más común en nuestro mundo de hoy es el terrorismo. El teólogo chileno Pablo Richard señala acertadamente: "Los hechos terroristas del 11 de Septiembre nos urgen a un serio análisis y a un examen de conciencia al interior del mundo globalizado en el cual vivimos. El mal está en nuestro corazón y el corazón de la sociedad. Es muy fácil construir un "enemigo externo" y luego descargar sobre él todo nuestro odio. Lo que urge hoy no es la guerra, sino la globalización de la conciencia y de la solidaridad".

Richard ve que el terrorismo actual está directamente ligado al desarrollo del sistema neoliberal que se nos impone. "La globalización actual es excluyente. El terrorismo es la reacción irracional y violenta de las y los excluidos. En este sentido el terrorismo, así como la droga, la delincuencia o el racismo, es

El mal está en nuestro corazón y el corazón de la sociedad. Es muy fácil construir un "enemigo externo" y luego descargar sobre él todo nuestro odio.

el mayor fracaso racional, ético y espiritual de toda la humanidad. Si proyectamos una sociedad sin exclusión y en armonía con la naturaleza, si desarrollamos un pensamiento crítico y una ética de la vida, donde la vida para todos y todas sea un valor absoluto, y si nos orientamos por la espiritualidad del Dios de la vida, entonces irá desapareciendo el terrorismo con más terror y más guerra. No podemos caer en la misma lógica de los terroristas. Si esto sucediera, la violencia no tendría límite alguno y caeríamos en el caos total. Peor aún es calificar de terrorista toda búsqueda racional y pacífica de una sociedad alternativa"[5].

CONSTRUCCIÓN DE UN MUNDO JUSTO

Evidentemente la persona nueva no hará guerras, porque habrá "desarmado" su espíritu; pero eso de ningún modo supone que tenga una actitud conformista ante las injusticias y las deudas sociales en este mundo globalizado, sino que le exige una actitud comprometida en el día a día con la causa de la justicia, en unas sociedades estructuralmente injustas. Lo mismo que Dios provocó a los israelitas, para evitar que se instalaran en la falsa paz que disfrutaban en Egipto, a nosotros y nosotras nos desinstala constantemente de las treguas conformistas con las que a menudo nos conformamos, para llevarnos hacia la paz auténtica. Con razón afirma el Concilio Vaticano II: "La paz jamás es una cosa del todo hecha, sino un perpetuo quehacer"[6].

No debemos olvidar que a las y los cristianos, un imperativo ético nos pide dar prioridad a los medios no-violentos sobre los violentos en la lucha por la justicia.

Prestaremos un gran servicio a la humanidad si conseguimos demostrar que tales métodos son eficaces. Cuando el balance de ganancias y pérdidas producidas por la violencia haga evidente a los ojos de todos y de todas que se trata de un medio cada vez más disfuncional, y simultáneamente aparezcan alternativas no-violentas mucho más funcionales para resolver los conflictos, será innecesario condenar éticamente la violencia.

EL COMPROMISO DE LOS LÍDERES RELIGIOSOS CON LA PAZ

Todos los creyentes y todas las creyentes, de las diferentes religiones, deben asumir un compromiso con la causa de la paz. Pero entre estos y estas tienen una especial responsabilidad los líderes de las diferentes comunidades o congregaciones: cristianos, judíos, musulmanes, budistas...

Se pide de las y los líderes religiosos capacidad profética para denunciar todo aquello que atenta contra la vida de las personas, de los animales y de la naturaleza. En este sentido son significativas las palabras que el obis-

po estadounidense, Robert Bowman, le dirigió al entonces presidente Bill Clinton, sobre las causas por las que el gobierno de Estados Unidos se ganaba el odio de muchas personas y países. Señaló: "Usted dice que somos un blanco de ataque porque defendemos la democracia, la libertad y los derechos humanos en el mundo. ¡Qué broma! Somos blanco de los terroristas porque, en buena parte del mundo, nuestro gobierno defiende la dictadura, la esclavitud y la explotación humana. Somos el blanco de terroristas porque se nos odia. Y se nos odia porque nuestro gobierno realiza cosas odiosas.

País tras país, nuestro gobierno se ha opuesto a la democracia, ha sofocado la libertad y ha hollado los derechos del ser humano. Esta es la causa por la que nos odian en todo el mundo. Esta es la razón de que seamos el blanco de los terroristas...

En lugar de enviar a nuestros hijos e hijas por el mundo entero a matar árabes y así tener el petróleo que hay bajo la arena, deberíamos enviarlos a reconstruir su infraestructura, dotarlos de agua potable y alimentar a los niños y niñas en peligro de morir de hambre... En lugar de entrenar terroristas y a los escuadrones de la muerte, deberíamos cerrar la Escuela de las Américas. En lugar de sostener la insurrección, la desestabilización, el asesinato y el terror en el mundo entero, deberíamos abolir la CIA y dar el dinero a las agencias de ayuda... Esta es la verdad, señor Presidente. Esto es lo que el pueblo americano debe comprender"[7].



Foto João Ripper

En lugar de sostener la insurrección, la desestabilización, el asesinato y el terror en el mundo entero, deberíamos abolir la CIA y dar el dinero a las agencias de ayuda...



Foto João Ripper

A MODO DE CONCLUSIÓN

En un mundo donde la violencia crece como fruto y consecuencia del sistema neoliberal que se nos impone, se pide a las y los creyentes de las diferentes religiones un compromiso serio con la defensa de la vida.

De ninguna manera es admisible el que se siga utilizando la dimensión religiosa para servir de soporte al actual sistema neoliberal que lleva en sí los gérmenes de la muerte y la destrucción. El dios que se utiliza para justificar la violencia, y para acabar con la vida de las personas, de los animales y de la naturaleza, para excluir, no puede ser un dios verdadero.

A partir de ahora no habrá religión verdadera sino la que invita y motiva a las y los creyentes a comprometerse con la construcción de la cultura de la paz. En ese camino de fe y de compromiso las y los religiosos, de la religión que sea, se encontrarán con los hombres y mujeres, de cualquier clase y condición, de cualquier raza o credo, en la construcción del sueño del Dios de la vida: "Un cielo nuevo y una tierra nueva en donde habite la justicia" (2 Pe 3,13). •

RED ECUMENICA BIBLICA DOMINICANA (Rebidom)
C/ Beler 1A, esq. Pina. Ciudad Nueva, Santo Domingo, República Dominicana. Tel/fax 1-809-687-5031. E-mail: Rebidom@tricom.net

1 Concilio Vaticano II, Gaudium et Spes, 81c

2 Concilio Vaticano II, Gaudium et Spes, 82a

3 Juan XXIII, Pacem in terris 113 (Once grandes mensajes, p. 241).

4 Erich Fromm, ¿Tener o ser? Fondo de Cultura Económica, Madrid, 1979, pp. 113-114.

5 Pablo Richard, No al terrorismo y a la guerra. Por una sociedad donde haya vida para todas y todos. Mensaje enviado por la Internet, San José, Costa Rica, 12-12-01.

6 Concilio Vaticano II, Gaudium et Spes, 78ª (Once grandes mensajes, p. 473).

7 Robert Bowman, Lo que el pueblo estadounidense debe comprender, en Agenda Latinoamericana 2001, p. 179.

MOSAICO

Cláudio Marques

livros/libros



Sociedade, Mídia e Violência
Muniz Sodré
Editora Vozes. Brasil, 2002.

O aumento da violência, em todas as suas formas, na maior parte dos grandes centros urbanos da América Latina coloca a mídia no centro das interrogações sobre o fenômeno da violência. Se a Colômbia ganha as manchetes internacionais em razão de sua guerra civil e da questão do narcotráfico, países como o México, Brasil e Peru chamam também a atenção pelos crescentes problemas de segurança pública em que a violência assume suas modalidades mais perversas e cruéis. "Sociedade, mídia e violência" confronta estatísticas, aponta pesquisas e descreve os meios de comunicação de massa.

Terrorismo - Tragédia e razão
Antonio Carlos Peixoto, Carlos Eduardo Martins, Fernando Padovani, Ricardo Vieira Alves e Theotônio dos Santos
Editora Revan. Brasil, 2002.

O livro reúne estudos de especialistas, professores da UERJ, sobre a chamada "guerra ao terrorismo" encabeçada hoje, em escala mundial, pelo governo dos Estados Unidos. Tem o objetivo de contribuir para a reflexão em torno dos atentados terroristas de 11 de setembro de 2001. Os antecedentes, o panorama atual e as perspectivas de desenvolvimento dessa espécie de 'Nova Cruzada' são focalizados em diversos ângulos, proporcionando um painel amplo e atualizado dos fatos em curso. A obra contribui para compreensão das razões históricas do atentado, bem como aponta alguns indicativos que possibilitam situar-se melhor neste cenário de enfrentamento político, cultural, econômico e militar de escala mundial.

Guerra insurgente
Alfredo Rangel
Intermedio Editores. Colombia, 2001.

La guerra insurgente en Colombia se ha mantenido en un extraño confinamiento, como si su especificidad volviera inútil toda aproximación con otras experiencias. El autor, reconocido analista del conflicto armado colombiano, realiza en este libro un revelador estudio comparativo de cinco casos: Filipinas, Malasia, Perú, El Salvador y Colombia, en los cuales, además de examinar la dinámica general que históricamente ha caracterizado la guerra de guerrillas y la lucha contrainsurgente, se concentra en la identificación y valoración de las estrategias políticas y militares desarrolladas tanto por los insurrectos como por el Estado, en cada uno de esos países.

Terrorismo Religioso - El auge global de la violencia religiosa
Mark Juergensmeyer
Editorial Catálogos - Argentina, 2001.

¿De qué manera se produce la asociación entre religión y terrorismo? El libro analiza las dimensiones socioeconómicas e ideológicas de las culturas que adoptan el concepto sagrado de la guerra cósmica y emplean la religión para satanizar a sus enemigos. Contiene entrevistas a algunos de los líderes de los principales grupos terroristas religiosos, como el reverendo Michael Bray (el clérigo incendiario), el doctor Abdul Aziz Rantisi (fundador del Hamás), Mahmud Abouhalima (condenado por el atentado de 1993 contra las Torres Gemelas) y otros activistas.

Las nuevas guerras
Mary Kaldor
Tusquets Editores. España, 2001.

Mary Kaldor defiende que, en el contexto de la globalización, lo que concebimos como guerra está convirtiéndose en un anacronismo. En su lugar, surge un nuevo tipo de violencia organizada, denominada por la autora como una nueva guerra, que puede definirse como una mezcla de guerra, crimen organizado y violación de los derechos humanos en gran escala. Los intereses son tan internacionales como locales, tanto públicos como privados. Se lucha por objetivos políticos particulares y se emplean tácticas de terror y desestabilización que, en teoría, están prohibidas, según las reglas de la guerra moderna. Estas nuevas guerras se generan y se sustentan gracias a una economía inmersa y criminalizada.



www.dhnet.org.br

A DHnet - Rede de Direitos Humanos & Cultura - tem como eixo central a questão dos direitos humanos e cidadania, abordando os seguintes temas: "Direitos Humanos", "Desejos Humanos", "Educação & Direitos Humanos", "Cibercidadania", "Memória Histórica", "Arte & Cultura" e "Denúncias". A seção sobre Direitos Humanos é dividida em "Proteção Internacional", "Participação e Cidadania", "Legislação Básica" e "Temas Quentes", com textos diversificados. Em português.

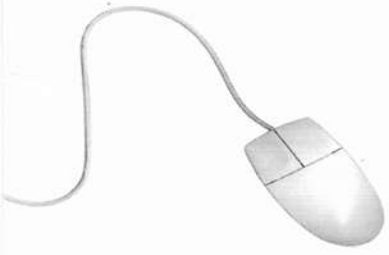
www.direitoshumanos.usp.br

A Biblioteca Virtual de Direitos Humanos da Universidade de São Paulo (USP) disponibiliza diversos textos sobre o tema. São documentos, declarações, tratados e instrumentos da ONU, OEA, OIT, Unesco e legislação brasileira. O site contém ainda notícias atualizadas, indicações de livros, artigos e links. Em português.

www.derechos.org

Se trata de un conjunto de sitios, todos ellos dedicados a los derechos humanos: el Equipo Nizkor, la Organisation Mondiale contre la Torture (OMCT), la Comisión Ecuménica de Derechos Humanos (CEDHU), la Liga por los Derechos Humanos en América Latina (DIML), la Fundación Regional de Asesoría en Derechos Humanos (INREDH), la Asociación de Familiares de Presos y Desaparecidos Saharauis (AFAPREDESA), el Comité de América Latina y el Caribe para la Defensa de los Derechos de la Mujer (CLADEM), la Asamblea Permanente por los Derechos Humanos La PLa-

sites



ta (APDHLP), La Comisión de Familiares de Víctimas Indefensas de la Violencia Social (COFAVI) y 40 imágenes por Cabezas. El sitio del Equipo Nizkor presenta secciones dedicadas a países como Argentina, Bolivia, Brasil, Colombia, Costa Rica, Cuba, Chile, República Dominicana, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Nicaragua, Paraguay, Panamá, Perú, Uruguay y Venezuela. Se encuentra disponible en español e inglés.

http://users.skynet.be/terrorism

Sitio que cuenta con una extensa bibliografía internacional sobre terrorismo y violencia en todo el mundo, con sugerencias de libros, artículos de periódicos y links. Sobre América Latina, presenta referencias relacionadas a la Argentina, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Cuba, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, México, Perú, Uruguay y Venezuela. Disponible en inglés.

www.novamerica.org.br

A Novamerica busca promover a construção da democracia como estilo de vida e a participação na sociedade civil, estimular o reconhecimento e valorização das diferentes culturas e favorecer o desenvolvimento de uma consciência latino-americana e de uma ética da solidariedade. O site da Novamerica disponibiliza informações sobre suas publicações, programação de atividades do ano e um banco de resenhas de livros e artigos sobre Direitos Humanos, Educação e Cidadania. Em português.

cine



NOTÍCIAS DE UMA GUERRA PARTICULAR

Direção: João Moreira Salles e Kátia Lund

Brasil - 1999
Documentário - 57'00"

Retrato da violência urbana no Rio de Janeiro, tendo como personagens policiais, traficantes e moradores de favelas. "Notícias de uma guerra particular", que lida com a estrutura, o funcionamento e a opinião dos integrantes de organizações criminosas do Rio de Janeiro, propõe como questão de fundo a complexa relação entre subsistência e delinqüência, e o caráter estritamente repressivo da política de segurança.

CIDADE DE DEUS

Direção: Fernando Meirelles e Kátia Lund

Brasil - 2002
Drama - 130'00"

Cidade de Deus é uma favela fundada no Rio de Janeiro na década de 60. O filme acompanha mais de 20 anos na vida dos moradores, o tráfico de droga e as constantes brigas pelo domínio do ponto. O filme é narrado por Buscapé, um garoto da favela que sempre quis ser fotógrafo. É por meio da ótica dele que acompanhamos os altos e baixos na vida da favela, tudo pela disputa do tráfico.

LA PENA MÁXIMA

Direção: Jorge Echeverri

Colômbia - 2001
Drama - 90'00"

"La pena máxima" está inspirada en un cuento del periodista José Luis Varela llamado "Un día de fútbol". Un fanático de la Selección Colombiama apuesta todos los ahorros de su vida en el partido final de las eliminatorias al Mundial, sin importarle que de ello dependa su vida matrimonial. «Esta es una película que representa a los colombianos», afirma Dago García, guionista de la cinta. La película recibió diversos premios, inclusive en el 6° Encuentro Latinoamericano de Cine, realizado en Perú.

AMORES PERROS

Dirección: Alejandro González Inárritu

Drama/Thriller - 153'00"

Después de un accidente automovilístico en la ciudad de México, las historias de tres personas se entrecruzan permitiendo que se revele el drama, el conflicto y el lado oscuro de la vida. Octavio, un joven de la periferia, descubre que puede ganarse la vida dejando que su perro participe de luchas sangrientas. Además, se enamora de la mujer de su hermano, quien simpatiza con el mundo de la marginalidad. Paralelamente, una modelo vive el drama de la amputación de una de sus piernas después del accidente de auto y no consigue reconstruir su vida. El tercer personaje es un misterioso mendigo que asesina fríamente a un rico empresario. Posteriormente, se descubre que el mendigo abandonó a su familia años atrás y que eliminó al hombre que había ocupado su papel de padre y marido.

ABRIL DESPEDAÇADO

Direção: Walter Salles

Brasil/Suíça/França - 2001
Drama/Romance - 99'00"

Ambientado no sertão nordestino do Brasil, no início do século 20. Narra a rivalidade entre duas famílias cujos membros juram vingança e travam duelos que se perpetuam ao longo de gerações. O filme é narrado em primeira pessoa por Pacu, garoto inteligente e rústico que não entende a opressão familiar. Ele é o irmão mais novo de Tonho, jovem sensível que tem sua vida partida em dois quando precisa vingar o assassinato do irmão mais velho. A primeira parte de sua vida é representada pela infância e adolescência sob o sol inclemente do sertão. A segunda é marcada pelos poucos dias que lhe restam antes de ser sacrificado para cumprir o código de honra que rege a família.

CONSELHO CONSULTIVO INTERNACIONAL 2002-2003

Argentina *Néstor Borri e Claudia Villamayor*
Bolívia *Juan Mari Lois e Fernando Andrade*
Brasil *Sônia Kramer e Maria da Glória Gohn*
Chile *Ricardo Florentino Salas Astraín e Cristian Parker Gumucio*
México *María Ángeles López García e Emilio Álvarez Icaza Longoria*
Peru *Marcial Rubio Correa e Vicente Santuc, sj.*
Uruguai *Verónica Abreu*

PUEDE SUSCRIBIRSE O ADQUIRIRLA EN:

Argentina: *Elena Picasso*
Moreno 935 3560 - Reconquista -
Santa Fe Tel: 03482-421794
E-mail: elenapicasso@ciudad.com.ar

Bolívia: *Rina López*
Calle Aureleo Meléan 753, Casilla 2419
Cochabamba Tel/Fax: /4/231851
E-mail:rilov@supernet.com.bo

Brasil: *Cecilia Botana*
Rua 19 de Fevereiro, 160, Botafogo
Rio de Janeiro - RJ Cep: 22.280-030
Tel/Fax: 021 2295-8033/2542-6244
E-mail: novamerica@alternex.com.br

Chile: *María Inés Wuth*
Vergara 174, Santiago 3
Tel: /2/6966880 Fax: /2/6988844
E-mail: poveda@interaccess.cl

Colombia: *Consuelo Vélez*
Avda. Caracas 41-44 Apto.503
Santafe de Bogotá - Colombia
Tel: /1/ 2327179
E-mail: ccaro@multiphone.net.co

Europa, Ásia, África y Estados Unidos: *María Isabel Ruiz*
Calle Francisco Silvela, 52, 8º B
28009 - Madrid Tel: /34/9 1/ 573-3539

María del Carmen López
Calle Regalado, nº 13, piso 10
47002 Valladolid
E-mail: mcarlopez@terra.es

Guatemala: María del Carmen Aguilar
6ª Calle 2-42 zona 1
01001 Guatemala
Tel: /502/232 3388 Fax: 323 5261
E-mail: itguat@terra.com.gt

México: *Paulina Jaime Mugiro*
Uxmal 388-1 Col. Navarte C.P. 03020
Benito Juaréz México DF Tel: 56829926
E-mail: paulis117@hotmail.com

Perú: *Fabíola Luna*
Plaza de la Bandera 125 - Pueblo Libre
Lima 21 - Perú Tel: /1/ 4632252
E-mail: fabiolamoon@hotmail.com

República Dominicana: *Aidée Santos*
2 nº. 9 A – Urbanización La Lotería
Santiago de los Caballeros
Tel. 587 9540
E-mail: aideesant@hotmail.com

Centro Cultural Poveda
Pina 210 A - Ciudad Nueva
Santo Domingo D.N.
Fone: /809/6895689 - 6854635
E-mail: ctro.poveda@codetel.net.do

Uruguay: *María Camino Trapero*
Pascual Costa 3265 ap. 810
Parque Posadas 11.700 - Montevideo
Tel: /2/ 3360027
E-mail: ctrapero@adinet.com.uy

Silvia Rivero - Vizconde de Maria 669
Paysandú, Tel: /72/25897

Rosario Alves - Lindoro Forteza 2496
Código postal: 11400 - Montevideo
Tel: /2/5083395
E-mail: rosal2@adinet.com.uy

Venezuela: *María Gorette Rodríguez Fernández*
De Platanal a Desamparados,
Edif. Platanal 37, Piso 1º, Apto 1ª
La Candelaria, 1001, Caracas 1011
Tel: 212/4621823 e 04166359574
E-mail: gore23@telcel.net.ve

REVISTA NOVAMERICA
NUEVAMERICA

Diretora
Susana Beatriz Sacavino

Conselho Editorial
Argentina - Elena Picasso
Bolívia - Rina López
Brasil - Brenda Carranza
Chile - María Inés Wuth
Peru - Fabíola Luna
Uruguai - Rosario Alves
Mexico - Enriqueta Castro Hernández

Comitê Técnico
Ana Waleska P. Mendonça
Janett Ramírez
Susana Beatriz Sacavino
Vera Maria F. Candau

Coordenação Editorial e Supervisão Gráfica
Adélia M.ª Nehme Simão e Koff

Revisão
Adélia M.ª Nehme Simão e Koff
Sílvia Alicia Martínez

Colaboração
Cláudio Marques

Assistente de Marketing
Jacqueline Paullier
Alejandra Briceño Fiebig

Secretária
Cecilia Botana

Administração
Jayme da Silva Corrêa Filho

Projeto Gráfico e *Programação Visual*
Rodolpho Oliva

Logomarca da Capa
Néstor Sacavino

Fotolito - Mergulhar
Impressão - Gráfica Zit

NOVAMERICA
Rua 19 de Fevereiro, 160, Botafogo
Rio de Janeiro, Brasil CEP: 22280 -030
Tel./Fax: (021) 2542-6244/2295-8033
E-mail: novamerica@alternex.com.br
www.novamerica.org.br

A direção da revista não se responsabiliza pelas opiniões disseminadas nos artigos.

Publicação indexada em CLASE

Apoio

fundación santa maría — *Espanha*

I·N·T·E·R cultural — *Brasil*

Fórum Social Mundial de Argentina[1] A Festa da Esperança.[2]

Lá estão os idealistas, os que lutam, os que esperam, os que reclamam, os que acreditam... lá estão, unidos numa festa de idéias, num reconhecimento de esforços mútuos para fazer deste mundo, um mundo para todos.

" Que arcaica, minha filha! O de vocês é uma pura concepção romântica moderna" - disse uma mulher enquanto olhava para mim de cima para baixo - "Acho, não- falei enquanto sorria para ela- você fala do passado, eu construo o futuro".

"Tão reclamando de que ?"- perguntou o cara da banca enquanto pedia um cigarro- Você ainda não sabe que o mundo é você e eu que o fazemos?", respondeu um dos que estavam na passeata.

Hoje, quatro dias depois, acrescentaria àquelas respostas muitas coisas.

O que foi que apreendemos nestes dias ?

Apreendemos a escutar, apreendemos a respeitar, apreendemos a nos reconhecer, apreendemos a ser mais fortes.

No Fórum encontramo-nos com pessoas necessitadas de utopias e compreendemos que essa necessidade deve estar sempre acompanhada da militância solidária.

Aprendemos que as palavras podem ser mantidas por ações, que as idéias podem se cristalizar em Constituições Nacionais, em cartas orgânicas e em grupos de resistência passiva. Aprendemos que, às vezes, os "de baixo" podem aspirar a chegar ao poder, não porque seja o desejo deles, mas porque assim lhes exige o seu povo.

Tomamos consciência de que em todo o planeta chamado Terra, tem gente que pensa como nós. Que na Ásia, na África, na Europa e na América um laço invisível vai tecendo o trabalho dos pequenos e grandes grupos que exercitam-se na prática cotidiana da solidariedade, da cooperação, do diálogo, da tolerância, da resistência... e que sempre essas ações encontram-se repletas de amor ao próximo, à terra, à cultura e às pequenas idiossincrasias, as que pretende erradicar o fantasma da homogeneização.

Aprendemos que para atingir um objetivo comum, ninguém deve passar por cima de ninguém porque, como disse em outras oportunidades o subcomandante Marcos, "essa rede internacional de comunicação alternativa não é uma estrutura organizada, não possui um centro regente nem decisório, não tem mando central nem hierarquias. A rede somos todos os que nos falamos e nos escutamos".

No entanto, O Fórum Social Mundial não foi só falar e escutar. Entrar no âmbito do Fórum foi como entrar em outro país, num país de esperanças, reivindicações de lutas populares, alegria, projetos; entrar no âmbito do Fórum foi ver milhares de pessoas manifestando as suas convicções, comemorando as diferenças, apreendendo do outro.

Mas olha que incrível! Só de pensar nisso me dá uma vontade de chorar! Você entende? A mídia nunca se importou, o governo não se importou, os indiferentes não se importaram... mas a gente assistiu mesmo assim. Os salões estavam transbordando, tinha pessoas de pé, sentadas no chão, na escada, na arquibancada dos oradores... E quem esteve lá não me deixa mentir, só sobrava espaço para as palavras e os aplausos.

Nas ruas a festa continuava. De um lado, as pessoas dançavam ao compasso dos tambores e das *"quenas"*, do outro, tinha um grupo reunido sob as estrelas, debatia sobre a necessidade da união... Do lado de lá um casal falava sobre a urgência de voltar às origens, em outro lugar uns jovens cantarolavam o tema do Fórum: "Eu trago no meu mundo todos os mundos/ meu mundo não semeia medos nem solidão/ meu mundo nasce do homem/ para que o homem não morra/ meu mundo é uma bandeira de dignidade".

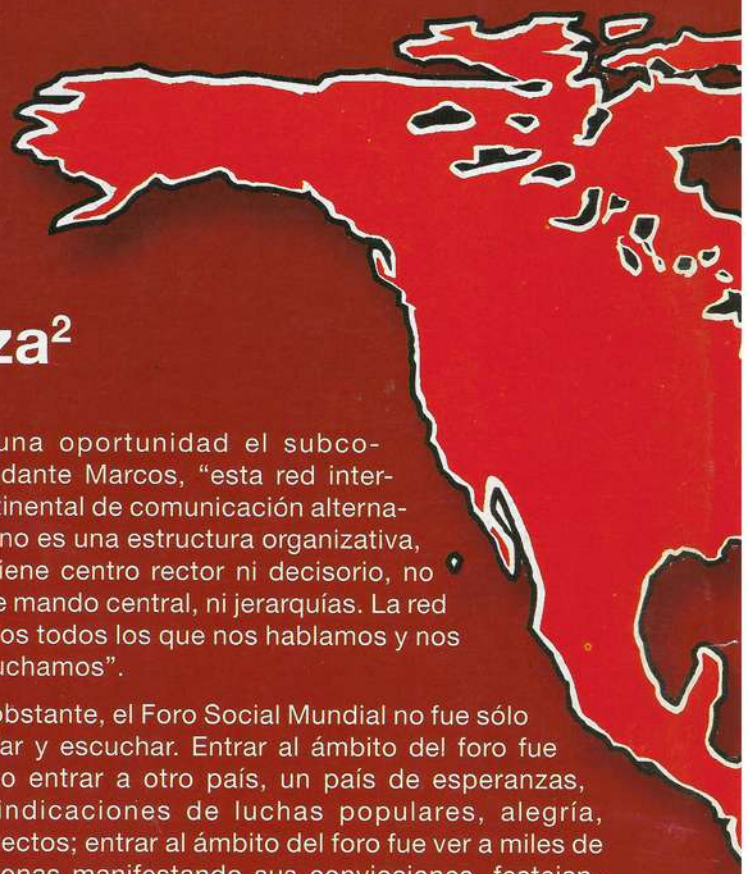
"Construir um mundo onde couberem todos os mundos" é possível e é nessa direção que estão direcionados todos os nossos esforços. A luta está instaurada. Agora é a sua vez.

---

1 Realizou-se em Buenos Aires dos dias 22 ao 25 de agosto. A Revista Novamerica/Nuevamerica esteve presente e foi uma das mais de 600 instituições que o convocaram.

2 Seleção do texto de Claudia Acuña, extraído de La Vaca Productora de Periodismo, www.lavaca.org

Nº 95 - ISSN 0325-6960 NOVAMERICA - Rua Dezenove de Fevereiro, 160 - Botafogo CEP: 22280-030 Tel/Fax: (55) (021) 2542-6244 E-mail: novamerica@ax.apc.org Rio de Janeiro - RJ - Brasil



Foro Social Mundial de Argentina[1] La fiesta de la esperanza[2]

Allí están los idealistas, los que luchan, los que esperan, los que reclaman, los que creen... allí están, unidos en una fiesta de ideas, en un reconocimiento de esfuerzos mutuos para hacer de éste un mundo para todos.

"Que retro, querida!! lo de Uds es pura concepción romántica moderna." -me dijo una mujer mirándome de arriba abajo- No lo crea señora -le sonreí- *Ud. habla del pasado, yo estoy construyendo el futuro.*

"¿De qué se quejan estos?" -preguntó el del kiosco mientras prendía un pucho- *¿¡todavía no te enteraste que al mundo lo hacemos vos y yo!?*, le contestó uno que pasaba manifestando.

Hoy, cuatro días después, agregaría muchas cosas a aquellas respuestas.

¿Qué aprendimos en estos días?

Aprendimos a escuchar, aprendimos a respetar, aprendimos a reconocernos, aprendimos a ser más fuertes.

En el Foro nos encontramos con personas necesitadas de la utopía, y comprendimos que esa necesidad debe estar siempre acompañada de militancia solidaria.

Aprendimos que las palabras pueden ser sostenidas por acciones, que las ideas pueden cristalizarse en Constituciones Nacionales, en cartas orgánicas y en grupos de resistencia pasiva. Aprendimos que, a veces, los "de abajo" pueden aspirar a llegar al poder, no porque lo deseen, sino porque así lo exige su pueblo.

Concienciamos que a lo largo y a lo ancho de este planeta, llamado Tierra, hay gente que piensa como nosotros. Que en Asia, en África, en Europa y en América un lazo invisible zurce la labor de los pequeños y grandes grupos que se ejercitan en la práctica cotidiana de la solidaridad, la cooperación, el diálogo, la tolerancia, la resistencia... y que siempre esas acciones están embebidas en amor al prójimo, a la tierra, a la cultura, y a las pequeñas idiosincrasias, esas que pretende erradicar el fantasma de la homogeneización.

Aprendimos que para alcanzar un objetivo común, nadie debe estar por sobre otro porque, como dijo en una oportunidad el subcomandante Marcos, "esta red intercontinental de comunicación alternativa no es una estructura organizativa, no tiene centro rector ni decisorio, no tiene mando central, ni jerarquías. La red somos todos los que nos hablamos y nos escuchamos".

No obstante, el Foro Social Mundial no fue sólo hablar y escuchar. Entrar al ámbito del foro fue como entrar a otro país, un país de esperanzas, reivindicaciones de luchas populares, alegría, proyectos; entrar al ámbito del foro fue ver a miles de personas manifestando sus convicciones, festejando las diferencias, aprendiendo del otro. Mirá, si lo pienso ahora y se me pianta un lagrimón. ¿Te das cuenta? A los multimedios no les importó, al gobierno no le importó, a los dormidos no les importó... pero la gente fue igual. Los salones estaban desbordados, había personas paradas, sentadas en el piso, en la escalera, en la tarima de los oradores... así fue, y el que estuvo allí no me deja mentir, sólo sobraba espacio para las palabras y el aplauso.

En las calles la fiesta continuaba, aquí la gente bailaba al compás de los tambores y las quenas, allí otro grupo reunido bajo las estrellas debatía sobre la necesidad de la unión... allá una pareja charlaba sobre la urgencia de volver al origen, y más allá unos jóvenes coreaban el tema del foro *"Yo traigo en mi mundo todos los mundos/ mi mundo no siembra miedos ni soledad/ mi mundo nace del hombre/para que el hombre no muera/mi mundo es una bandera de dignidad"*.

"Construir un mundo donde quepan todos los mundos" es posible, y hacia allí están dirigidos todos nuestros esfuerzos. La lucha está instaurada, ahora te toca a vos.

---

[1] *Se realizó en Buenos Aires del 22 al 25 de agosto. La Revista Nuevamerica/ Novamerica estuvo presente y fue una de las más de 600 instituciones que lo convocaron.*

[2] *Selección del texto de Claudia Acuña, extraído de La Vaca Productora de Periodismo, www.lavaca.org*

NOVAMERICA